

Metamorfoses no espaço comum Espaço público como elemento revitalizador do bairro das Nogueiras

(versão final após defesa)

Flávia Filipa da Cruz Pinto

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
(mestrado integrado)

Orientador: Prof. Doutor João Paulo Fialho de Almeida Pereira Delgado
Coorientadora: Prof. Doutora Rita Martins Ochoa de Castro

junho de 2024

Declaração de Integridade

Eu, Flávia Filipa da Cruz Pinto, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição 39182 de Arquitetura da Faculdade de Engenharias, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 05/06/2024

Flávia Filipa da Cruz Pinto

Agradecimentos

Aos meus pais, pela presença constante e incentivo na construção do meu caminho.

Ao meu namorado, pela força e apoio incondicional na realização dos meus objetivos, às longas conversas que guardo com grande carinho.

Ao professor João Paulo Delgado, pelo contributo e confiança que depositou na presente investigação. Pela orientação, motivação e apoio que prestou durante a realização da dissertação.

À professora Rita Ochoa, pelo apoio e rigor constante ao longo da investigação. Os ensinamentos e dedicação desde o início do curso até ao presente momento foram fundamentais no percurso académico.

Ao arquiteto Paulo Tormenta Pinto, pela disponibilidade de documentação para a realização do estudo.

À Divisão de Urbanismo e ao Departamento de Obras e Planeamento da Câmara Municipal da Covilhã, pelo fornecimento de documentos técnicos para a realização da investigação.

A todos os professores, pelo conhecimento transmitido ao longo deste caminho.

Aos amigos que ficaram deste percurso, um grande obrigado pela parceria e vivências ao longo destes anos.

Resumo

O crescimento exponencial das cidades e a ausência de desenho do espaço público desencadearam espaços urbanos desprovidos de identidade, muitas vezes sem qualidade arquitetónica, desintegrados a nível urbanístico e, conseqüentemente, a nível social. Paralelamente, verifica-se um interesse sobre questões relativas à habitação de interesse social e ao espaço público.

Em Portugal, ao longo dos últimos anos, verificam-se diversas iniciativas que visam melhorar as condições espaciais e sociais em territórios vulneráveis. O Bairro das Nogueiras, em Teixoso, na Covilhã apresenta-se como um complexo habitacional de cariz social constituído por 4 edifícios com 134 habitações. O contexto no qual está inserido é referido ao longo da investigação como a “periferia da periferia”, conceito que remete para um lugar bastante desarticulado da urbe, um espaço desencontrado, um local interior na localização geográfica, mas também nas conexões que estabelece com a envolvente.

Tornam-se evidentes várias debilidades, tanto em termos do próprio desenho do espaço, e inserção na malha urbana envolvente, como da falta de estruturas que fomentem o uso do espaço exterior por parte da comunidade. Torna-se assim necessário intervir profundamente no espaço público, através de uma perspetiva crítica sobre algumas premissas adotadas no projeto urbano, as quais geraram um lugar com défice de vivências.

Com base neste enquadramento, a presente dissertação pretende desencadear um conjunto de transformações - “metamorfoses” - no espaço comum, as quais se consideram determinantes para gerar usos, dinâmicas e sinergias entre a comunidade que ali reside, mas também, desejavelmente, de fora. Para tal, pretende-se reabilitar o limite entre o Bairro e a Ribeira da Atalaia, ou seja, a faixa entre o espaço construído e o espaço natural envolvente. Desta forma, procede-se à criação de diversas estruturas de utilização coletiva, com usos intermitentes que convidam a comunidade e dignificam o território do bairro e a sua envolvente natural. Torna-se então fundamental entender a história e os antecedentes do bairro das Nogueiras, quem o habita, quem o visita (e quem não o visita). Trata-se, no fundo, de compreender como a arquitetura e o desenho do espaço podem influenciar as relações sociais e a identidade urbana de um lugar.

Palavras-chave

Covilhã; Bairro das Nogueiras; habitação de interesse social; requalificação do espaço público; limite; ribeira; usos intermitentes.

Abstract

The exponential growth of cities and the absence of public space design have triggered urban spaces devoid of identity, often without architectural quality, disintegrated at an urbanistic level and, consequently, at a social level. At the same time, there is an interest in issues relating to social housing and public space.

In Portugal, over the last few years, there have been several initiatives aimed at improving spatial and social conditions in vulnerable territories. Bairro das Nogueiras, in Teixoso in Covilhã is a social housing complex consisting of 4 buildings with 134 homes. The context in which it is inserted is referred to throughout the investigation as the “periphery of the periphery”, a concept that refers to a place that is quite disconnected from the city, a mismatched space, an inner place in terms of geographic location, but also in the connections it establishes with the surroundings.

Several weaknesses become evident, both in terms of the drawing of the space itself, and insertion in the surrounding urban mesh, as well as the lack of structures that encourage the use of outdoor space by the community. Thus, it becomes necessary to deeply intervene in the public space, through a critical perspective on some assumptions adopted in the urban project, which generated a place with an absence of experiences.

Based on this framework, the present dissertation intends to trigger a set of transformations - “metamorphoses” - in the common space, which are considered decisive to generate uses, dynamics and synergies between the community that resides there, but also, desirably, from outside. To this end, the aim is to rehabilitate the limit between the neighbourhood and Ribeira da Atalaia, that is, the strip between the built space and the surrounding natural space. In this way, several structures for collective use are created, with intermittent uses that invite the community and dignify the neighbourhood’s territory and its natural surroundings. It then becomes essential to understand the history and background of the Nogueiras neighbourhood, who lives there, who visits it (and who doesn't). Basically, it is about understanding how architecture and space design can influence social relations and the urban identity of a place.

Keywords

Covilhã; Bairro das Nogueiras; social interest housing; requalification of public space; limit; river; intermittent uses.

Índice

0. Introdução	1
0.1. O surgir do tema	1
0.2. Objetivos do estudo	5
0.3. Relevância da dissertação	6
0.4. Metodologia.....	7
0.5. Estrutura da investigação.....	8
0.6. Glossário.....	9
01. Cidade e espaço público.....	14
01.1. A identidade da cidade.....	14
01.1.1. O habitar da cidade.....	18
01.1.2. A periferia.....	20
01.2. A habitação de interesse social	22
01.3. A expressão do espaço público	24
01.3.1. Espaço público em contexto residencial	28
01.3.2. A dimensão espacial da rua	32
02. Casos de estudo.....	35
02.1. Bairro do Lagarteiro, Porto.....	36
02.2. Corviale, Roma	43
02.3. Cité du Grand Parc, Bordeús.....	50
03. O Bairro das Nogueiras	60
03.1. Caracterização do contexto urbano	60
03.2. Descrição histórica, arquitetónica e social	62
03.3. Leitura morfológica do espaço público	66
04. Proposta de projeto para o bairro	72
04.1. Construção do conceito.....	72
04.2. Do conceito ao espaço	75
04.3. A intermitência dos usos	86
05. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
Referências bibliográficas	98
Apêndices	102

Lista de Figuras

Capítulo 00 Introdução

02 **Fig I.** Processo Pátio dos 80

Fotomontagem realizada pela autora a partir de imagens capturadas por Leonardo Ramires no decorrer do projeto (2021).

04 **Fig II.** Painéis submetidos à Trienal de Arquitetura 2022

Ochoa, Rita; Delgado, João Paulo; Pinto, Flávia; Figliolino, Hannah; Ramires, Leonardo; Tereso, Ricardo; Müller, Sofia (2022). Architectures of (inter)Action. Em Veríssimo, Cristina; Burnay, Diogo (eds.), *Emerging voices on new architectural ecologies* (pp. 27-38). Porto: Circo de Ideias.

ISBN: 978-989-53836-2-7
<https://www.circodeideias.pt/produto/emerging-voices-on-new-architectural-ecologies/>

Capítulo 01 Cidade e espaço público

16 **Fig 1.** “Cidade viva” Largo da Graça, Lisboa

Fotografia realizada pela autora (2023).

17 **Fig 2.** A via pedonal como fio condutor na cidade de Leipzig, Alemanha.

Fotografias realizadas pela autora no âmbito do percurso como motor de conhecimento da cidade (2022).

19 **Fig 3.** Praça do Comércio, Lisboa

Fotomontagem realizada pela autora (2023).

21 **Fig 4.** *Las casas baratas*, Barcelona

Barcelona, I. d. (2021). *Literatura y periferia*. Obtido de Institut d'Humanitats de Barcelona: <https://www.instituthumanitats.org/es/cursos/literatura-y-periferia-online>

23 **Fig 5.** Bairro da Bouça projetado por Siza Vieira no âmbito do SAAL, Porto

Espaço de Arquitetura. (29 de novembro de 2020). *Bairro da Bouça*. Obtido de Espaço de Arquitetura: <https://espacodearquitetura.com/projetos/bairro-da-bouca/>

- 25 **Fig 6.** Jardim da Graça, Torres Vedras
Fotomontagem realizada pela autora a partir de imagens capturadas por Válder Silva (2023).
- 30 **Fig 7.** Bairro das Estacas em 1958, Lisboa
Proença, S. d. (2014). *A diversidade da rua na cidade de Lisboa. Morfologia e morfogénese*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- 33 **Fig 8.** Rua Augusta, Lisboa
Fotografia realizada pela autora (2023).

Capítulo 02 Casos de estudo

- 36 **Fig 9.** Fotomontagem do Bairro do Lagarteiro nos anos setenta
Imagem realizada pela autora a partir de: Ribeiro, C., Ferreira, E., Dias, I., Fernandes, M., Guerra, P., & Mealha, R. (2006). *Iniciativa Bairros Críticos - Bairro do Lagarteiro*. Técnico, Universidade do Porto, Porto. Obtido de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/73624>
- 37 **Fig 10.** Espaço público anterior à intervenção
Imagem realizada pela autora a partir de: Carvalho, P. (2012). *Reabilitação deixada a meio gera indignação no Bairro do Lagarteiro. Público*.
- 39 **Fig 11.** Esquemas de ligações do antes e pós intervenção
Imagem realizada pela autora a partir de: Pinto, P. T. (junho de 2009). *Memória Descritiva*. Lisboa.
- 40 **Fig 12.** Planta da intervenção realizada
Pinto, P. T. (junho de 2009). *Memória Descritiva*. Lisboa.
- 41 **Fig 13.** Esquema de conexões após intervenção e proposta de dois edifícios
Imagem realizada pela autora a partir de: Pinto, P. T. (junho de 2009). *Memória Descritiva*. Lisboa.
- 42 **Fig 14.** Fotomontagem da intervenção no espaço público do Bairro
Fotomontagem realizada pela autora a partir de: d'Orey, I. (2012).

- 44 **Fig 15.** Construção do Corviale
Imagem realizada pela autora a partir de: Riso, V. (2017). *Rehousing na Europa: A cidade contemporânea e a sua emergente herança de alojamento do pós-guerra. O caso do complexo residencial Corviale em Roma.*
- 45 **Fig 16.** Fotomontagem do Corviale
Fotomontagem realizada pela autora a partir de: Guida, A. (2015). *Mario Fiorentino Il Corviale. Divisare.*
- 46 **Fig 17.** Proposta de intervenção e contexto
Laura Peretti . (2015). *Regeneration of Corviale.* Obtido de Laura Peretti architects.
- 47 **Fig 18.** Esquemas de circulação viária existente e da proposta
Laura Peretti . (2015). *Regeneration of Corviale.* Obtido de Laura Peretti architects.
- 49 **Fig 19-21.** Imagens representativas do projeto a realizar
Laura Peretti . (2015). *Regeneration of Corviale.* Obtido de Laura Peretti architects.
- 51 **Fig 22.** Construção do Grand Parc
Fotomontagem realizada pela autora a partir de: Marchetto, A.-S. (22 de abril de 2023). *Bordéus: 60 anos de imagens do bairro Grand Parc.* Obtido de Sudouest: <https://www.sudouest.fr/archives/portfolios/bordeaux-60-ans-d-images-du-quartier-du-grand-parc-2203178.php>
- 52 **Fig 23.** Contextualização da Cité du Grand Parc
Imagem realizada pela autora a partir de GoogleMaps (2023).
- 53 **Fig 24.** Transformação das 530 vivendas
Imagem modificada pela autora a partir de: Lacaton, A., & Vassal, J.-P. (2021). *Lacaton & Vassal espacio libre, transformación,habiter.* Barcelona: Fundación ICO/Puente editores.

54 **Fig 25.** Explicação do projeto

Imagem traduzida pela autora a partir de: Pintos, P. (2020). ArchDaily. Obtido de Transformation of 530 dwellings / Lacaton & Vassal + Frédéric Druot + Christophe Hutin architecture: https://www.archdaily.com/915431/transformation-of-530-dwellings-lacaton-and-vassal-plus-frederic-druot-plus-christophe-hutin-architecture?ad_medium=office_landing&ad_name=article

55 **Fig 26.** Esquema do existente e proposta

Pintos, P. (2020). ArchDaily. Obtido de Transformation of 530 dwellings / Lacaton & Vassal + Frédéric Druot + Christophe Hutin architecture: https://www.archdaily.com/915431/transformation-of-530-dwellings-lacaton-and-vassal-plus-frederic-druot-plus-christophe-hutin-architecture?ad_medium=office_landing&ad_name=article

56 **Fig 27.** Esquema das diferentes fases de evolução do projeto

Imagem traduzida pela autora a partir de: Lacaton, A., & Vassal, J.-P. (2021). *Lacaton & Vassal espacio libre, transformación, habiter*. Barcelona: Fundación ICO/Puente editores.

58 **Fig 28-30.** Imagens do projeto finalizado

Pintos, P. (2020). ArchDaily. Obtido de Transformation of 530 dwellings / Lacaton & Vassal + Frédéric Druot + Christophe Hutin architecture: https://www.archdaily.com/915431/transformation-of-530-dwellings-lacaton-and-vassal-plus-frederic-druot-plus-christophe-hutin-architecture?ad_medium=office_landing&ad_name=article

Capítulo 03 O Bairro das Nogueiras

61 **Fig 31.** A Cidade antítese

Pinto, F., Figliolino, H., & Silva, S. (2022). A Cidade antítese. Em M. Santiago, M. Neto, & O. Azevedo, *Cidade Criativa*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

62 **Fig 32.** Duas dimensões, Covilhã e o Bairro das Nogueiras

Imagem realizada pela autora (2023)

- 63 **Fig 33.** Fotomontagem das fases de construção e respectivo bairro
Imagem realizada pela autora (2023)
- 64 **Fig 34.** As diferentes frentes do bairro
Fotomontagem realizada pela autora (2023)
- 66 **Fig 35.** Fotomontagem dos principais acessos ao bairro
Imagem realizada pela autora (2023)
- 67 **Fig 36.** Esquema de identificação de usos
Fotomontagem realizada pela autora (2023)
- 69 **Fig 37.** Elementos presentes ao longo do percurso
Fotomontagem realizada pela autora (2023)
- 71 **Fig 38.** Manifestação de particularidades
Fotomontagem realizada pela autora (2023)

Capítulo 04 Proposta de projeto para o bairro

- 73 **Fig 39.** Imagética I – Artéria central do bairro
Fotomontagem realizada pela autora (2023)
- 74 **Fig 40.** Imagética II – Limite entre o bairro e ribeira
Fotomontagem realizada pela autora (2023)
- 76 **Fig 41.** Axonometria dos três momentos da proposta para o bairro das
Nogueiras
Imagem realizada pela autora (2024)
- 78 **Fig 42.** Atmosfera do espaço central do bairro
Imagem realizada pela autora (2024)
- 79 **Fig 43.** Axonometria explicativa do funcionamento da fachada
Imagem realizada pela autora (2024)
- 80 **Fig 44.** Esquema de identificação dos edifícios
Imagem realizada pela autora (2024)

- 80 **Fig 45.** Fachada poente intervencionada – edifício D
Imagem realizada pela autora (2024)
- 81 **Fig 46.** Atmosfera do conjunto das fachadas
Imagem realizada pela autora (2024)
- 83 **Fig 47-49.** Experimentação em maquete da relação dos passadiços com a ribeira
Imagem realizada pela autora (2024)
- 84 **Fig 50-51.** Estudo de imagem relativa à materialidade
Imagem realizada pela autora (2024)
- 85 **Fig 52.** Atmosfera da ligação entre o espaço público e a ribeira
Imagem realizada pela autora (2024)
- 87 **Fig 53-55.** Mercado temporário MAAT, Lisboa
ArchDaily (2022). Obtido de Temporary Market at MAAT – Museu de Arte, Arquitectura e Tecnologia / FURO: https://www.archdaily.com/978209/temporary-market-at-maat-nil-museu-de-arte-arquitectura-e-tecnologia-furo?ad_source=search&ad_medium=projects_tab
- 88 **Fig 56-58.** Horta Kasvattamo, Finlândia
ArchDaily (2021). Obtido de Horta Kasvattamo / ROOH Studio: <https://www.archdaily.com.br/br/969900/horta-kasvattamo-rooh-studio>
- 89 **Fig 59-61.** People's Alley, Vietname
LJ-Group (2018). Obtido de People's Alley: <https://lj-g.com/projects/people-s-alley/>
- 90 **Fig 62.** Uso intermitente dos espaços do bairro I
Imagem realizada pela autora (2024)
- 91 **Fig 63.** Uso intermitente dos espaços do bairro II
Imagem realizada pela autora (2024)

- 92 **Fig 64.** Uso intermitente dos espaços do bairro III
Imagem realizada pela autora (2024)
- 93 **Fig 65.** Uso intermitente dos espaços do bairro IV
Imagem realizada pela autora (2024)
- 94 **Fig 66.** Uso intermitente dos espaços do bairro V
Imagem realizada pela autora (2024)
- 95 **Fig 67.** Uso intermitente dos espaços do bairro VI
Imagem realizada pela autora (2024)

o.Introdução

o.1. O surgir do tema

No âmbito da unidade curricular de Projeto II/1, no ano letivo 2018/2019, realizou-se um concurso de ideias nomeado “Pensar o Vazio. Intervenção na Boidobra, Covilhã”, que culminou numa exposição pública de todos os trabalhos e respetiva apresentação dos projetos selecionados. O projeto localizava-se no designado Bairro dos 80 fogos, freguesia da Boidobra, na periferia da Covilhã, e tinha como objetivo requalificar um vazio urbano entre empenas, incluindo uma interação com os seus moradores, no sentido de perceber quais os usos a propor. A possibilidade de concretizar uma das propostas selecionadas, foi desde logo uma opção exequível de futuro, em articulação com a Junta de Freguesia da Boidobra, que era júri na apresentação pública.

No decorrer do ano de 2021, a Beira Serra - Associação de Desenvolvimento¹, apresenta uma candidatura designada “Pátio dos 80” que visa a reabilitação do espaço acima mencionado, através do programa nacional Bairros Saudáveis². A convite e em coordenação com docentes do MIA.UBI (Mestrado Integrado em Arquitetura da Universidade da Beira Interior) reuniu-se uma equipa,³ com vista a desenvolver uma proposta que reunisse as intenções adotadas nos trabalhos vencedores do concurso de ideias. Estabeleceu-se uma proposta que articula uma intervenção no pavimento, em uma das empenas, utilizando a cor e um conjunto de elementos de mobiliário urbano. O projeto proposto para o “Pátio dos 80” desenvolveu um espaço de permanência e convívio. Através do uso de cores distintas é desenhado no plano horizontal e vertical um tema que pretende dar visibilidade ao espaço e potencializar o mobiliário urbano (Fig.I). A execução do projeto com orçamento no valor de 5.000 euros ficou a cargo da junta de freguesia da Boidobra em colaboração com a equipa, aos quais se juntaram residentes e membros da Associação Beira Serra, sendo concluída em novembro de 2021.

¹ Instituição conectada a projetos na área social, económica, cultural e ambiental, nos territórios de Belmonte, Covilhã e Fundão (Beira Serra, 2023).

² Programa público, de carácter participativo, que através de pequenas intervenções apresentadas por associações, organizações conectadas com a comunidade pretende a melhoria da qualidade de saúde e bem-estar em territórios vulneráveis (Bairros Saudáveis, 2020).

³ Professores intervenientes: Professora Doutora Rita Ochoa; Professora Doutora Miriam Ruiz Iñigo; Professor Pedro Brandão. Alunos integrantes: Flávia Pinto (autora da presente investigação), Hannah Figliolino, Leonardo Ramires e Sofia Silva.



Figura I. Processo Pátio dos 80 (Ramires, 2021)

O interesse por territórios periféricos da cidade da Covilhã e a essência do tema relacionado com o espaço público desencadeia um segundo convite por parte da Beira Serra Associação de Desenvolvimento, para responder a um segundo projeto, aprovado através do programa Bairros Saudáveis com um orçamento de 50.000 euros.

A proposta designada por projeto “Pontes”, incidiu precisamente no Bairro das Nogueiras em Teixoso, objeto da presente dissertação. O projeto pretendeu transformar as áreas comuns degradadas através da instalação de infraestruturas comunitárias, nomeadamente um forno de pão, mobiliário urbano e jardins verticais. Também, proporcionou a reconversão de uma garagem, denominada “Garagem 33” para um centro comunitário que acolhe diversas atividades.

Em similitude com o “Pátio dos 80”, o Bairro das Nogueiras tinha sido objeto de estudo por parte de alunos do MIA.UBI na unidade curricular de Projeto I-2, em 2012. O exercício contemplava o desenho de uma churrasqueira, *playground*, espaço para hortas comunitárias, um pequeno auditório e um centro comunitário também utilizando a “Garagem 33”. O processo culminou numa exposição pública que decorreu no próprio bairro das Nogueiras, na Garagem 33.

Dez anos mais tarde, o projeto “Pontes” desenvolve-se em colaboração com o MIA.UBI, e pretende dar resposta à problemática existente da falta de equipamentos coletivos e consequente desconexão com a freguesia de Teixoso. Numa fase inicial, o grupo de alunos mencionado no “Pátio dos 80” desenvolveu a pesquisa por desenhos técnicos, legislação e intenções de projeto. A segunda fase, nomeadamente a elaboração de projeto foi desenvolvida pelo aluno finalista Ricardo Tereso em colaboração com os Professores Rita Ochoa e João Paulo Delgado, e a inauguração decorreu em novembro de 2022.

Todo o processo de conhecimento dos territórios periféricos e a relação estabelecida entre universidade, entidades e a comunidade, desenvolvida ao longo de diversos anos no MIA.UBI foi tema eleito para a participação na Trienal de Arquitetura de Lisboa 2022 com o tema “TERRA”⁴. Para tal, desenvolveu-se o projeto intitulado de “*Architectures of (inter)Action*” (Fig.II), um compilar de informações absorvidas em distintos projetos, que atuaram em diferentes escalas em territórios vulneráveis ou com caráter ativo na participação com a comunidade. O projeto foi um dos finalistas, selecionado para constar na Publicação online “*Emerging voices on new architectural ecologies*”.

⁴ A Trienal 2022 pretendeu explorar “como os paradigmas recentes estão a mudar a nossa forma de criação de lugares num Planeta globalizado”, tendo como curadores Cristina Veríssimo e Diogo Burnay (Lisboa T. d., 2022).

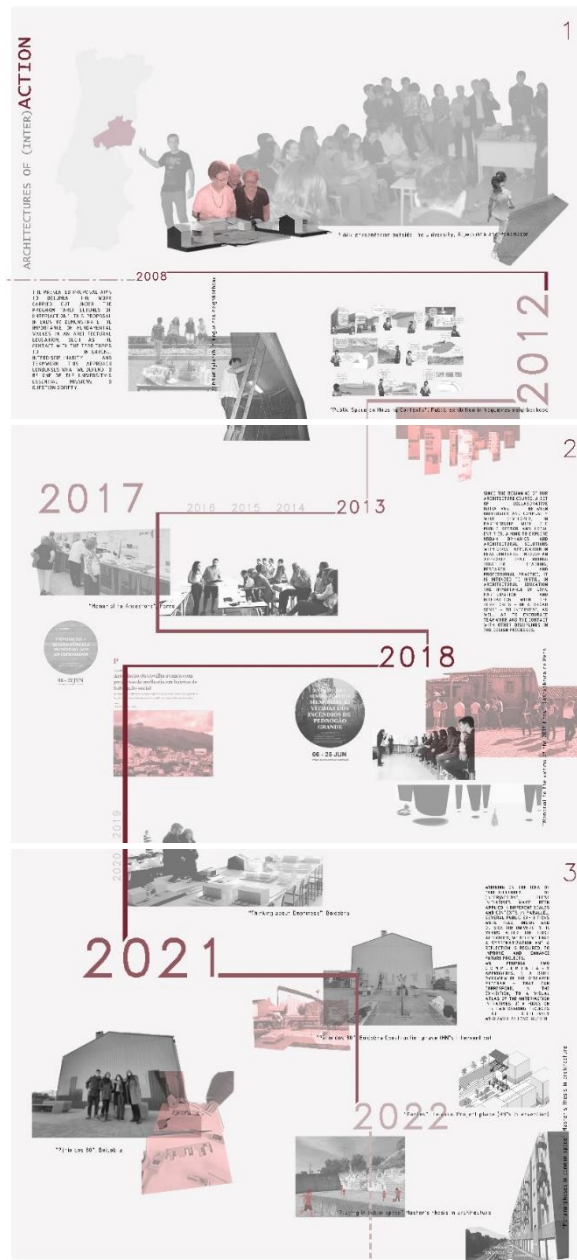


Figura II. Painéis submetidos à Trienal de Arquitetura 2022 (Ochoa, et al., 2022)

A partir das problemáticas descritas, em 2022 foi constituída uma equipa de trabalho, em que o Bairro das Nogueiras é investigado sob diferentes perspetivas, resultando em quatro dissertações, as quais se “alimentaram” mutuamente: A presente, intitulada *Metamorfoses no espaço comum, Espaço público como elemento revitalizador do bairro das Nogueiras*, “*Coser o tecido fragmentado, Projeto de desenho e requalificação urbana ao longo do eixo Bairro das Nogueiras e Teixoso*” desenvolvida por Hannah Figliolino, “*Brincar no espaço público, (Re)qualificação do Bairro das Nogueiras, Teixoso*” elaborada por Sofia Müller e “*Intervenções Espaciais em Territórios Vulneráveis, Programa Bairros Saudáveis*” desenvolvida por Leonardo Ramires.

0.2. Objetivos do estudo

Com o crescimento exponencial dos centros urbanos, o afastamento e desequilíbrio em relação às periferias e territórios vulneráveis torna-se cada vez mais evidente. A segregação urbana repercutida nos complexos de habitação de interesse social alia-se diversas vezes a espaços públicos com debilidades e edifícios desqualificados. Com base nestas premissas, o presente trabalho coloca como objetivo fundamental investigar as relações entre a arquitetura e as dinâmicas sociais no espaço público. Como objetivos específicos a investigação pretende:

1. Compreender a identidade da cidade e do espaço público em contexto de habitação de interesse social;
2. Explorar casos particulares que abordem o contexto da investigação, nomeadamente a nível nacional e internacional;
3. Estudar o caso do Bairro das Nogueiras, através da contextualização histórica, social e da interpretação das problemáticas existentes no espaço público;
4. Estabelecer a reconexão dos limites preexistentes, nomeadamente entre a ribeira e o bairro através do espaço público.

Os objetivos passam ainda por encontrar uma estratégia de requalificação do espaço público através de transformações – “metamorfoses” arquitetónicas que fomentem a pertença de cidade/comunidade no bairro. Com isto, surge diversas questões:

- Como a requalificação do espaço público poderá responder às necessidades urbanas e sociais da comunidade?
- Como o espaço público pode gerar vivências, estabelecer relações e usos do espaço por parte dos habitantes?

- Como intervir no espaço público de forma a articulá-lo com a malha urbana envolvente mediante a transformação dos limites/barreiras?
- Como poderá interagir o espaço privado do bairro com o espaço público?
- Como a linha de água/ribeira existente poderá estabelecer conexões com a comunidade e com a arquitetura?

Para tal, pretende-se responder através de uma intervenção arquitetónica de requalificação do espaço público e das fachadas que conformam o bairro, incorporando diversas premissas que visam torná-lo num espaço comum conectado com a envolvente urbana e social.

Finalmente, a investigação procura contribuir para a visibilidade dos territórios periféricos e segregados, e provocar reflexões para futuros estudos relativos ao espaço público em contexto de habitação de interesse social.

0.3. Relevância da dissertação

O interesse por territórios vulneráveis e a essência do tema da habitação de interesse social é imprescindível para menorizar as discrepâncias entre territórios e fomentar o correto crescimento das cidades. Existe a necessidade de abordar temas que possibilitem futuras perceções e críticas ao nível do desenvolvimento das cidades em contexto de habitação de interesse social. A presente investigação pretende instigar o debate de como atuar nesses espaços através do espaço público. É um tema cada vez mais protuberante devido ao carecimento de espaços públicos de qualidade em zonas habitacionais periféricas.

O caso das Nogueiras não é caso isolado em Portugal, representando um “*modus operandi*” de atuação em várias periferias, apresentando vários problemas que acontecem em parte devido ao isolamento. É de conhecimento que os grupos sociais com carências sociais eram “despejados” em massa em contextos periféricos das cidades, originando problemas de exclusão social e por sua vez de segregação urbana, aliados a espaços públicos desqualificados.

Torna-se assim de grande importância compreender a segregação social e urbana como um problema das cidades atuais, em que a “periferia da periferia” pode ser evitada como um estigma, mas sim entendida como potência para um desenvolvimento equilibrado. Esta investigação procura levantar questões que possam de alguma forma contribuir para futuras abordagens sobre o tema. De acordo com estes princípios, a arquitetura adquire um papel imprescindível na requalificação dos espaços públicos nos contextos

de habitação social, e constitui uma oportunidade transformadora para os territórios vulneráveis.

Numa perspetiva macro, esta investigação pretende envolver-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), fundamentalmente articular-se com os tópicos 10 e 11 que recaem sobre a redução das desigualdades no interior dos países e entre países, de forma a tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

0.4. Metodologia

A presente investigação desenvolveu-se em quatro fases sequenciais e distintas, no qual as três primeiras organizam-se mediante uma base fundamentalmente teórica, enquanto a última fase possui um carácter prático.

Num primeiro momento, para a compreensão dos conceitos inerentes à investigação, essencialmente relacionados com a cidade, espaço público e habitação de interesse social estabelece-se um estudo através de pesquisa bibliográfica apoiada por meio de artigos, dissertações, teses e livros.

Num segundo momento, efetua-se uma análise aprofundada de três casos de estudo relacionados com intervenções arquitetónicas realizadas em espaço público no contexto de habitação de interesse social. O conteúdo apresentado neste tópico é fundamentado através de dados fotográficos, memórias descritivas dos projetos, livros e artigos.

Posteriormente, num terceiro momento, desenvolve-se um estudo embasado no contacto com o território e a observação *in situ* do Bairro das Nogueiras em Teixoso apoiado através de registos fotográficos. A análise realizada permitiu identificar défices, confirmar dados cartográficos, gerar imagéticas a nível das relações arquitetónicas e sociais a desenvolver no bairro.

Seguidamente para a apresentação histórica, urbana e social do Bairro das Nogueiras, produz-se uma análise e recolha de informação nomeadamente, desenhos técnicos, livro de obra e peças escritas relativamente ao projeto do bairro. Procede-se à análise de documentos que contribuam para uma melhor compreensão do objeto em estudo, tais como o REOT (Relatório do Ordenamento do Território) disponibilizado pela Câmara da Covilhã e o PDM da Covilhã, com foco na zona eleita. Com vista a compreender o contexto sociocultural do bairro, efetua-se uma síntese de dados disponibilizados pela Associação Beira Serra, relativos a um estudo demográfico realizado em 2021.

O quarto momento inicia-se com a elaboração do levantamento técnico do bairro através dos elementos acima referidos, nomeadamente desenhos técnicos da construção do

complexo. Detetara-se algumas incongruências nos desenhos técnicos disponibilizados, surgindo assim a necessidade de elaborar um levantamento técnico por meio de articulação dos dados retirados *in situ* com esses desenhos técnicos.

Para a construção dos usos possíveis a desenvolver no bairro, procederam-se a entrevistas a observadores privilegiados, no caso com a antropóloga Marisa Marques da Beira Serra, a qual tem vindo a interatuar com as dinâmicas do Bairro das Nogueiras desde 2008. Este quarto momento culmina no desenvolvimento do projeto prático através da produção de elementos gráficos (plantas, cortes, alçados) e descrição detalhada mediante textos, esboços, maquetes e experimentação tridimensional, que sistematizam o resultado conseqüente da articulação com a componente teórica.

0.5. Estrutura da investigação

O desenvolvimento da presente investigação inicia-se com uma introdução e organiza-se posteriormente em cinco capítulos, com os seguintes conteúdos:

o. Introdução – enuncia o enquadramento metodológico e expõe as ideias gerais para a compreensão do tema em estudo, descrevendo o surgir do tema, os objetivos do estudo, a relevância e metodologia da investigação e a estrutura da mesma. Desenvolve-se um glossário com vista à compreensão de definições chaves da investigação.

Capítulo 1 – “Cidade e espaço público”, expõe diversos temas inerentes à identidade da cidade, do espaço público, com enfoque no contexto residencial e a importância do habitar a cidade. Pretende também interpretar conteúdos relacionados com a periferia, a habitação de interesse social e a dimensão espacial da rua.

Capítulo 2 - “Casos de estudo”, procura explicar três casos de estudo distintos geograficamente, mas em contextos semelhantes, designadamente o Bairro do Lagarteiro na cidade do Porto, o *Corviale* em Roma e a *Cité du Grand Parc* em Bordéus. É realizada uma caracterização histórica e evolutiva dos exemplos em estudo, com respetiva análise das intervenções arquitetónicas que foram sujeitos, de forma a compreender desde a conceptualização, projeto, construção e repercussão da intervenção.

Capítulo 3 - “O bairro das Nogueiras”, engloba o desenvolvimento do caso de estudo, onde se procede à apresentação do complexo habitacional, com base na caracterização do contexto urbano e através do enquadramento histórico, social e arquitetónico do mesmo. Desenvolve-se igualmente a caracterização dos aspetos morfológicos do espaço público do complexo das Nogueiras.

Capítulo 4 - “Proposta de projeto para o bairro”, apresenta o resultado da intervenção arquitetónica proposta, incorporando uma narrativa composta por vários parâmetros esclarecedores do projeto, nomeadamente a construção do conceito, do conceito ao espaço e a intermitência dos usos.

Capítulo 5 - “Considerações finais”, expressa a relação estabelecida entre a componente teórica e a componente prática expondo uma sistematização de pensamentos desenvolvidos ao longo da investigação e respetivas conclusões.

o.6. Glossário

Antes do capítulo 01, - “Cidade e espaço público” - procede-se à recolha e respetiva apresentação de conceitos chave, fundamentais e inerentes à investigação. Verificou-se a necessidade de adotar perceções próprias sustentadas por meio de distintos autores ou entidades devidamente referenciadas.

Acessibilidade

A acessibilidade pode ser definida através da capacidade que determinado espaço apresenta, de forma a oferecer equidade de uso, estável e executada autonomamente (Lisboa C. M., 2013).

Espaço urbano

Entende-se por um espaço, em que o solo abrange maioritariamente construções e possui um elevado nível de infraestruturas e de edifícios (Brandão P. , 2022).

Forma urbana

A forma urbana relaciona-se com os elementos físicos que compõem e plasmam a cidade, como exemplo: as ruas, lotes, edifícios e tecidos urbanos (Oliveira, 2014-2015).

Habitação de interesse social

Em 1983, Portugal introduziu o conceito de habitação social, também nomeada como habitação de interesse social, habitação pública ou habitação a custos controlados. Refere-se à habitação construída e comprada com o apoio financeiro do Estado, destinada especialmente a famílias de baixos recursos económicos (IHRU, 2018).

Leveza

O conceito de leveza transpõe várias imagéticas, podendo ser entendido como a subtração de peso ou interpretado como um vazio que pode ser tão concreto quanto um corpo sólido (Calvino, 1990).

Limite

O limite define-se como um elemento linear, que se estabelece entre duas áreas podendo criar fronteiras acessíveis ou inatingíveis (Lynch, 1960).

Morfologia urbana

Depreende-se com o estudo das formas urbanas, dos autores que fruem o espaço urbano e os processos responsáveis pela sua transformação (Oliveira, 2014-2015).

Práticas intermitentes

Entendidas como um “conjunto de dinâmicas urbanas que expressam simultaneamente valores de transitoriedade e de partilha” possibilitando novas ocupações espaciais que transfiguram diferentes espaços urbanos (Allegrì & Ochoa, 2021).

Reabilitação urbana

A reabilitação urbana fundamenta-se através de operações, que visam intervir na cidade, de modo a recuperar “a cidade à estima pública, a restabelecê-la no estado anterior” (Valente-Pereira, 1990).

Revitalização urbana

Apresenta-se como um conceito fortemente relacionado com a reabilitação urbana. Pretende incorporar operações focadas na melhora da vida económica e social de determinada cidade em decadência (Appleton, 2011).

Requalificação urbana

Trata de operações fundamentalmente aplicadas em áreas de habitação, “destinadas a dar uma actividade adaptada a esse local e no contexto actual” (Appleton, 2011).

Renovação urbana

Implica demolições de estruturas “morfológicas e tipológicas” preexistentes numa zona urbana em decadência e a respetiva substituição, implementando novos padrões, “atribuindo uma nova estrutura funcional a essa área” (Appleton, 2011).

Segregação residencial

A segregação incita à diferença de localização de um determinado grupo em relação à envolvente, onde conceitos como distinção ou exclusão evidenciam-se em comunidades determinadas (Ribeiro L. C., 2003).

Tecido urbano

O tecido urbano poderá ser associado à ideia de ecossistema, uma composição que não se demarca somente pela morfologia, mas sim, entendido como um “suporte de um “modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado: a sociedade urbana” (Lefebvre, 2011).

O espaço comum distinto do espaço público e do espaço privado emerge na cidade contemporânea como um espaço aberto à utilização pública, em que a forma de apropriação não depende de nenhuma autoridade. É consequência de um conjunto de relações espaciais originadas através de vivências, proporcionando “encontros criativos, mas fundamentalmente cria formas de vida social, formas de vida comum” (Stavrides, 2021).

01.Cidade e espaço público

O seguinte capítulo pretende explorar temas inerentes à cidade e conseqüentemente ao espaço público. Persiste a necessidade de abordar uma sequência de conteúdos de forma sucinta, de modo a construir uma leitura uniforme do tema e do pensamento subjacente à presente investigação.

Determinada uma linha de pensamento, adota-se uma visão macro perante o tema cidade e inicia-se através da compreensão da sua identidade como esta se relaciona com o espaço público e a expressão que este apresenta perante contextos específicos, em particular o contexto residencial. A cidade, o espaço público, a habitação de interesse social e as características inerentes a estes temas são protagonistas no deambular do presente capítulo.

01.1.A identidade da cidade

A Europa conserva desde cidades medievais de crescimento espontâneo às planificadas. Respeitante à forma, existe contrastes evidentes nos modelos de cidade, podendo relacionar duas linhas de pensamento, uma referente ao Renascimento e outra relacionada com o movimento funcionalista. O desenvolvimento das cidades é um processo lento, de adaptação e acerto contínuo com a envolvente e com as funções exercidas na urbe, onde a “cidade não seria um objetivo de si, mas uma ferramenta modelada através do uso”. Com o Renascimento, a cidade transpôs-se de ferramenta a obra de arte, concebida como um todo. Neste período, a consciência perante os aspetos visuais desenvolveu-se e estabeleceu-se critérios de desenho urbano (Gehl, 2021).

Contrariamente, o funcionalismo interpreta os aspetos físicos e funcionais da cidade como “uma dimensão de projeto, independente e complemento da estética”. Critérios como a orientação solar e a ventilação deveriam ser assegurados nas construções, através do princípio da edificação aberta, no qual a orientação dos edifícios seria paralela segundo a insolação (Gehl, 2021).

O funcionalismo, orientado segundo uma ideologia relacionada com aspetos físicos e materiais, deixou aquém aspetos respeitantes ao desenho do espaço público. A identidade das ruas desapareceu dos novos projetos urbanos. Em vários momentos da história “as ruas, as praças sempre formaram pontos focais e lugares de reunião. Com o funcionalismo tornaram-se superficiais e foram substituídas por calçadas e extensões de relvado”. Ao invés, o desenho da cidade medieval em que a dimensão unificava a relação exterior entre habitantes e proporcionava acontecimentos nas ruas, praças, o projeto de edificação funcionalista produzia o oposto (Gehl, 2021).

Historicamente, a cidade lê-se como o produto cultural mais significativa, lugar de cidadania e participação dos assuntos gerais, no qual a diversidade e a permuta são elementos fundamentais. Borja e Muxí (2003) interpretam a cidade como o tempo concentrado no espaço, a condensação do passado e a memória, onde se originam futuros projetos que transferem sentido ao presente. A cidade é património coletivo e sobretudo apresenta uma dimensão decisiva deste.

A cidade é entendida como um espaço público, um lugar com capacidade de produzir e criar pontos de encontro, existindo uma hierarquização, primeiro as ruas e praças, espaços coletivos e posteriormente edifícios e vias identificados como áreas circulatórias. A cidade engloba *urbs*, *civitas* e *polis*. A *urbs* associa-se ao conjunto de pessoas estabelecidas num território, mediante a densidade demográfica, diversidade social e funcional. A *civitas*, relaciona-se como produtor de cidadania. A *polis*, lugar de política que defronta questões relativas ao planeamento de territórios urbanizados (Borja & Muxí, 2003).

Segundo Gehl, existe dois opostos de cidade, as cidades verticais com edifícios de vários pisos, intenso tráfico e mobilidade condicionada, onde o automóvel e as construções são protagonistas. Os espaços exteriores não propiciam atividades, pois subsiste uma maior dispersão. Por outro lado, as cidades compostas por edifícios de térceas inferiores e apoiados através de percursos pedonais, em que a rua estabelece relação direta com as habitações e restantes espaços envolventes. Neste caso, é possível verificar pessoas humanizando o espaço exterior. Este tipo de cidade enquadra-se numa “cidade viva, em que os espaços exteriores são úteis e os espaços públicos tem uma maior probidade de funcionamento” (Gehl, 2021).

Na história da cidade e do urbanismo, quando a evolução de determinada cidade preexistente dá prioridade a edifícios ou infraestruturas ou quando os espaços se caracterizam através da segregação social ou funcional, a cidade perde a sua qualidade de “autorrepresentação” (Borja & Muxí, 2003).

A pressão definida através da dispersão, segregação e segmentação da área urbana apresenta-se como premissa para pensar e redefinir os espaços públicos. A segregação social e funcional cria imposições na cidade, pois as zonas de baixa densidade dão prioridade ao automóvel, acentuando a segmentação urbana e conseqüentemente o aumento das distâncias. É fundamental recuperar a dimensão simbólica, de forma que os espaços urbanos possam identificar-se como referências, ou seja, atribuir monumentalidade e multifuncionalidade, assegurando as relações entre cada zona da cidade. “A monumentalidade e a identidade de cada tecido urbano é uma exigência social” (Borja & Muxí, 2003).



Figura 1. “Cidade viva” Largo da Graça, Lisboa
(Autora,2023)

Para Lynch, a cidade detém uma imagem pública que emerge da sobreposição de diferentes imagens individuais ou coletivas, formadas através de um conjunto de cidadãos. O autor descreve os elementos físicos da imagem urbana como indissociáveis e apresenta-os em cinco tipos de elementos: vias, limites, bairros, cruzamentos e elementos marcantes (Lynch, 1960):

- As vias apresentam-se como fios condutores de mobilidade: ruas, passeios, canais, linhas ferroviárias entre outros. A observação da cidade realiza-se mediante a deslocação do observador, tornando este elemento influente na imagem da cidade (Lynch, 1960);
- Os limites, elementos lineares debatem-se entre duas áreas, atuando como fronteiras podendo ser “mais ou menos penetráveis” (Lynch, 1960);
- Os bairros compõem áreas urbanas de dimensões variadas, “passíveis de identificação do lado interior e, também, do exterior” (Lynch, 1960);
- “Os cruzamentos são pontos, locais estratégicos de uma cidade, através dos quais o observador nela pode entrar e constituem intensivos focos para os quais e dos quais se desloca”. Adquirem sentido de “nós de concentração” que possibilita possíveis fluxos, sendo um elemento com forte relação com as vias e os bairros (Lynch, 1960);
- Os pontos marcantes afirmam-se como particularidades dominantes, pontos de referência, sendo que o observador se situa fora deles e podem ser representados através de objetos físicos. Diferenciados da envolvente que os rodeia, “podem situar-se dentro da cidade ou a uma tal distância que desempenham a função constante de símbolo de direção” (Lynch, 1960).



Figura 2. A via pedonal como fio condutor na cidade de Leipzig, Alemanha (Autora, 2022)

01.1.1.O habitar da cidade

“A cidade envolve o habitar” (Lefebvre, 2011).

“Cada vez mais o habitar tem de ser entendido numa perspectiva ampla, como entidade viva que contribua para a vida da vizinhança, do bairro e da cidade”. As vizinhanças urbanas, entendidas como partes constituintes da cidade, têm o dever de integrar as habitações e equipamentos, que no conjunto estimulem o habitar para além da esfera privada (Gehl, 2021).

A cidade deve adotar proposições que proporcionem o contacto com o outro. “O ser humano necessita caminhar, ver gente e estar com gente”. Para Gehl (2021), o espaço público é onde ocorre muitas atividades não indispensáveis à vida humana.

A envolvente física é fator influenciador nas atividades desempenhadas no espaço público e atua de diferentes formas. De acordo com o autor, as atividades realizadas no espaço público podem ser divididas em três categorias, cada uma relacionada de forma diferenciada com o entorno físico: atividades necessárias, atividades opcionais e atividades sociais. As atividades necessárias relacionam-se com as tarefas quotidianas, envolvendo a função de caminhar. Por outro lado, as atividades opcionais são aquelas onde existe opção de escolha, sendo dependentes das condições físicas externas. Quando o ambiente exterior não possui características de qualidade, só se realizam as atividades necessárias (Gehl, 2021).

“Um bom entorno leva a que haja uma grande variedade de atividades humanas completamente distintas”. É fundamental pensar o que ocorre no ‘negativo’ da cidade, porque as pessoas necessitam de espaços pensados para caminhar, sentar e falar (Gehl, 2021).

“As atividades sociais são todas aquelas que dependem da presença de outras pessoas nos espaços públicos”. Estas, abrangem desde jogos, às saudações, a conversas e a contactos de carácter passivo, ou seja, ouvir e ver outras pessoas. As atividades sociais poderão produzir-se espontaneamente, resultado das pessoas que deambulam e coabitam os mesmos espaços. Estas atividades são fortalecidas quando se proporciona condições favoráveis a nível do espaço público (Gehl, 2021).

“A vida entre edifícios transporta o espectro de todas as atividades, que combinadas fazem espaços comunitários das cidades e das zonas residenciais” (Gehl, 2021).



Figura 3. Praça do Comércio, Lisboa (Autora,2023)

O desenho urbano deve garantir propriedades de continuidade e integração ao nível de distintos níveis do habitat humano e particularmente de acordo com a esfera residencial.

O habitat humano estrutura-se consoante níveis físicos (Coelho & Pedro, 1998):

- Envolvente da área residencial à vizinhança alargada;
- Vizinhança alargada à vizinhança próxima;
- Vizinhança próxima ao edifício habitacional;
- Edifício habitacional à habitação;
- Habitação aos espaços e compartimentos habitacionais;
- Espaços e compartimentos habitacionais à pormenorização.

“Desta forma o habitar pode invadir as vizinhanças desejavelmente «afectivas», apropriáveis e dignas de uma cidade, que assim se torna mais viva e estimulante”. A sensibilidade inerente ao termo habitar é decisiva para desenvolver propostas que se integrem com a morfologia urbana da cidade (Coelho, 2009).

01.1.2. A periferia

Rem Koolhaas, descreve a cidade genérica como uma cidade sem identidade, sem história e desarticulada com o centro, podendo representar muitas cidades atuais que cresceram sem um planejamento específico e que adotam as periferias como um ‘apêndice’ e não como parte integrante do tecido urbano (Koolhaas, 2014).

Para Lefebvre, a origem da periferia estabeleceu-se na França, em resposta ao êxodo rural promovido pela industrialização. A sua gênese desencadeou um pensamento urbanístico desarticulado e descentralizado do que é a cidade, estabelecendo uma consciência urbana vazia. “As periferias são urbanas, numa morfologia dissociada, império da separação e da cisão entre os elementos daquilo que foi criado como unidade e simultaneidade” (Lefebvre, 2011).

A cidade dispersa, sem identidade enfrenta uma desestruturação ao nível das periferias. Segundo Bohigas, defensor do espaço público como auxiliar fundamental na reconstrução da cidade de Barcelona sobre a máxima “recuperar o centro e monumentalizar a periferia”. A expressão poderá ser adotada em diferentes âmbitos espaciais, na medida que a reorganização das periferias difusas projeta sistemas com critérios de centralidade com sentido coletivo, que conformam uma estrutura física consolidada. O autor idealizava a periferia como um componente de elevado interesse na construção ou reorganização de cidade (Brandão, 2011).

As cidades na atualidade sustentam-se perante processos de periferização que conduzem a pensamentos ambíguos de concepções empíricas conducentes aos conceitos de ‘não-lugar’ ou ‘lugar’, noções que traduzem a realidade construída e as relações que nestes estabelecem. Neste determinado contexto os ‘não-lugares’ podem ser os descritos por Marc Augé, aqueles que surgem contrariamente aos lugares antropológicos, estes sustentados nas relações entre o espaço e o social (Sá, 2006).

Em suma, o conceito de periferia é volátil e pode indicar diversos aspetos, quer a disposição no espaço em relação ao centro, a indicação de carência de recursos materiais ou ainda elemento preponderante para construir cidade.



Figura 4. *Las casas baratas*, Barcelona (Barcelona, 2021)

01.2. A habitação de interesse social

Após a segunda guerra mundial, o aparecimento da cidade europeia adveio da elevada quantidade de construções face à habitação, correspondendo na época ao maior crescimento urbano na Europa. Para além que, os alojamentos na sua maioria seriam providenciados pelo estado, através do poder local e de rápida construção de maneira a possibilitar o acolhimento de numerosas famílias com fracas condições de habitabilidade. As transformações políticas e sociais dataram o fim do processo que durou até meados dos anos setenta. A propriedade privada afirmou-se sobre a pública, contribuindo para a perda da essência da construção social (Riso, 2017).

Nos tempos atuais, um entendimento mais minucioso tem emergido relativamente aos complexos de interesse social que, cooperam com a cidade europeia presente. Os estudos que recaem sobre complexos habitacionais construídos pós-guerra apresentam especificações sociais, culturais e arquitetónicas que evidenciam a história local e temporal. Projetados mediante sistemas de produção em massa, com distintas tipologias os bairros apresentam uma panóplia de soluções espaciais e sociais (Riso, 2017).

No final do século XX, Portugal experienciou um desenvolvimento face ao êxodo rural para os centros urbanos, particularmente nas cidades de Lisboa e Porto, constituindo uma problemática face à habitação. Para fazer frente a este impulso deu-se a construção de conjuntos de habitação de interesse social, de forma a combater a precariedade da habitação. Geograficamente, estes conjuntos em generalidade eram implementados nas periferias, áreas com terrenos a custos mais reduzidos (Antunes, 2019).

Durante os anos 60 e 70, na Europa o modelo de desenho urbano dos bairros de realojamento sustentava-se maioritariamente, em interpretações da Carta de Atenas. De acordo com a carta, deveria existir por parte do espaço público uma divisão de funções. Ainda com exceções, aplicações empíricas da Carta de Atenas desencadearam uma desordem a nível do espaço público (Antunes, 2019).

O período após a Revolução de 25 de abril despoletou por parte da sociedade, manifestações que expunham o problema da carência habitacional. Como resposta desencadeou-se a formação de entidades relacionadas com a implementação de políticas de habitação. Em 1974, com a criação do SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório), que visava a diminuição de bairros com condições vulneráveis. “A metodologia SAAL rejeitava os processos tipicamente *top-down* e privilegiava uma abordagem *bottom-up*, que pretendia fomentar a governação de proximidade e a participação da população.”

Posteriormente, uma série de programas e institutos conectados à habitação de interesse social foram desenvolvidos, como exemplo o Instituto Nacional da Habitação (INH), atualmente nomeado por Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU).



Figura 5. Bairro da Bouça projetado por Siza Vieira no âmbito do SAAL, Porto (Espaço de Arquitetura, 2020)

Em 1993, é publicado o Programa Especial de Realojamento (PER), que previa apoio financeiro aos municípios nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto para a construção ou aquisição de habitações, destinadas ao realojamento de agregados familiares. Em 2004, o PROHABITA concretiza-se mediante protocolos entre municípios e o INH (Antunes, 2019).

Com o decorrer dos anos, o IHRU em 2009 contraiu empréstimos, de modo a financiar operações de renovação e reabilitação urbana inseridas nos Programas PROHABITA, PER, Iniciativa Bairros Críticos e o Programa de Habitação Social Municipal para Arrendamento (PHSMA). Em 2017, “através da alteração a Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional (Decreto-Lei n.º 99/2017, de 18 de agosto)” foi estabelecida a Secretaria de Estado da Habitação, no âmbito do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, onde está inserido o IHRU na atualidade (IHRU, 2018).

De nomear, o mais recente programa de intervenção em territórios vulneráveis, o Programa Bairros Saudáveis, um programa público que visa através de pequenas intervenções atuar na melhoria da qualidade de vida em territórios fragilizados (Bairros Saudáveis, 2020).

Efetivamente na atualidade, vários conjuntos residenciais apresentam uma leitura intrínseca, ausentes de diálogo com a envolvente e sem estrutura ao nível do desenho do espaço público, onde é fundamental intervir e repensar as premissas outrora adotadas. A habitação de interesse social desempenha um papel articulador com a arquitetura e assume um papel preponderante como ferramenta de desenvolvimento das comunidades e referentes vizinhanças (Coelho, 2009).

01.3. A expressão do espaço público

Madanipour enuncia a ambiguidade que a definição do espaço público possui. A autora apresenta-o como “uma parte complexa, multidimensional e integrante do meio social”. A interpretação do espaço público, por vezes introduz uma dimensão de ausência do construído. Interpretado como o espaço dos outros, um “mero pano de fundo para outras coisas”, permanecendo como elemento quase impercetível. Em diversas cidades, desempenha a função de espaço vazio, o espaço restante, que somente adquire presença ao interesse de privados (Madanipour, 2019).

O espaço público não poderá ser reconhecido como o ‘negativo’, mas afirmar-se como o ‘positivo’ da cidade, quando assim é compreendido, encontra a sua identidade e atua como espelho social, parte integrante dos processos urbanos e mediador entre espaços privados (Madanipour, 2019).

No decorrer do tempo, a relação com os espaços públicos tende a transformar-se consoante variáveis, pois na forma física, o espaço público autenticasse por múltiplas presenças, tendo como princípio fundamental a acessibilidade, elemento que garante a inclusão e que é mutável (Madanipour, 2019).

O espaço público define-se como um cenário, um espaço aberto à sociedade através do uso e posse comum, estruturante de territórios urbanos, logo desempenha um papel articulador relacionado com a dimensão sociocultural de determinada comunidade. Detém funções integrantes relacionadas com políticas urbanas, tanto económicas, sociais e culturais que estruturam e potencializam o espaço para possíveis sinergias urbanas (Brandão & Brandão, 2019).



Figura 6. Jardim da Graça, Torres Vedras (Silva, 2023)

A organização do espaço público consente a inclusão social, a criação de identidades e respetiva conservação do “espírito de bairro”. Segundo Bohigas, uma cidade em que o espaço público não é urbano, caracteriza-se pelo excesso de liberdade, uma cidade sem forma, bairros, ruas ou praças (Bohigas, 2003).

O autor descreve o espaço público, como o espaço cénico da cidade, o espaço da representação, onde a sociedade é protagonista. É a partir deste espaço que se interpreta e narra a história de uma determinada cidade. Desde a antiguidade é palco de acontecimentos históricos, manifestações, ou seja, atos sociais que só são praticáveis no espaço público (Borja & Muxí, 2003). O vazio entre ruas e edifícios não origina espaço público, pois são necessários atributos distintos que elevem um determinado espaço a ser designado por espaço público (Borja & Muxí, 2003).

A história do espaço público é a história da cidade, onde acontece as relações entre cidadãos. A cidade é interpretada como uma rede, formada por um conjunto de elementos, ruas, praças, infraestruturas, equipamentos, espaços de uso coletivo que possibilitam o encontro e o deambular que conseqüentemente organiza cada zona da cidade e lhe dá sentido físico e social (Borja & Muxí, 2003).

“O espaço público é ao mesmo tempo o espaço principal do urbanismo, da cultura urbana e da cidadania. É um espaço físico, simbólico e político” (Borja & Muxí, 2003).

Os sistemas urbanos fundamentam-se na composição dos espaços públicos, onde a identidade é revelada através da morfologia do tecido urbano e nos intercâmbios que caracterizam o espaço, nomeadamente “o acesso (livre), o uso comum (partilhado), ou ainda os significados (variáveis no tempo) e a interação com outros sistemas urbanos”. O espaço coletivo supera tipologias consolidadas, articulando espaços híbridos e usos dissemelhantes (Brandão & Brandão, 2019).

“Quão mais vazio de uso e significado é o espaço, mais se degrada, quão mais degradado, mais vazio fica”. O crescimento das cidades e a ausência de gestão e produção de espaços urbanos afirma-se perante a degradação das estruturas físicas que sustentam o espaço público, onde por vezes o investimento realizado em territórios urbanos não se qualifica de forma equivalente desencadeando desigualdades (Brandão & Brandão, 2019).

O ser que deambula no espaço público, tanto ativo como passivo tem o dever de o compartilhar, pois como bem público detém propriedades de “indivisibilidade” tendo os ‘atores’ acesso à mesma disponibilidade de serviços. A multiplicidade de ‘atores’ no espaço público é evidente, portanto existem disposições diversas de valores diferenciados, dotando o espaço público com numerosas contradições e sobreposições. Os atores expõem percepções próprias sobre o espaço público fundamentadas na experiência, conhecimento, cultura ou objetivos (Brandão & Brandão, 2019).

A redefinição dos espaços públicos urbanos é essencial, potencializar zonas de crescimento mediante a criação de propriedades simbólicas ao lugar, como a monumentalidade, multifuncionalidade, intercâmbio, lugares de encontro e expressão, sendo fundamental garantir a polivalência e visibilidade de cada zona da cidade (Borja & Muxí, 2003).

Intervenções urbanas admitem a adaptação de novas funções e requisitos da contemporaneidade ao contexto, incluindo valências ou excluindo deformidades proporcionando um equilíbrio (Brandão, 2008).

É indicativo que o espaço público atua como indicador de qualidade urbana, como também instrumento de fazer cidade e qualificar periferias e originar novas centralidades. É o espaço público que define a qualidade da cidade pois este atua como indicador da qualidade de vida dos habitantes. Há que dar prioridade aos espaços públicos como estratégia de construir cidade sobre cidade. Nas cidades europeias o espaço público é elemento fulcral para a criação e recuperação da cidade (Borja & Muxí, 2003).

A importância de estabelecer um diálogo entre os centros e a mobilidade traduz-se na conceção do espaço público. O direito à centralidade acessível e simbólica é aliar a identidade aos espaços públicos envolventes tornando-os elementos articuladores do tecido urbano. “O tecido urbano e o espaço público condicionam-se mutuamente e tem de responder a conceções compatíveis” (Borja & Muxí, 2003).

A identidade pressupõe uma referência de interação, entendida através do “sentimento de pertença, através de uma coerência entre narrativas e experiência pessoal (individual ou social) do lugar”. Existe um conjunto de conceitos associados à percepção da identidade urbana: memória coletiva, uso e apropriação do espaço, espírito do lugar, redução da identidade, cidade-espetáculo e publicidade, organização simbólica do espaço-arte e democracia. A identidade urbana constrói-se mediante particularidades tipológicas, morfológicas e simbólicas (Brandão, 2008).

O espaço público poderá ser interpretado como a origem da morfologia urbana, o espaço entre matérias que conforma as relações sociais enquanto comunidade, um bem de utilização livre (Brandão, 2008).

As tipologias urbanas estruturam-se através de seis referências: o traçado, composto por espaços de encontro e circulação (praças, largos, ruas, avenidas), a paisagem, formada por espaços de lazer ou contemplação (parques, jardins, panoramas), a deslocação, que incorpora o transporte, canais e estacionamento, a memória gerada por espaços de saudade, memória e arqueologia, a economia constituída por espaços comerciais e por fim o espaço gerado composto por edifícios ou sistemas (Brandão, 2008).

A leitura do espaço público é complexa, pois a sua origem advém de morfologias urbanas distintas, conforme particularidades relacionadas com dimensões, escala, ou “elementos agentes da definição da sua forma”. Para além das morfologias urbanas, o espaço público detém características informativas e simbólicas, como a toponímia, a planta da cidade, a arquitetura e a arte. Atualmente, com a evolução da mobilidade o automóvel identifica-se como um facto a lidar no meio urbano (Brandão, 2008).

Sintetizando, o espaço público conta com diversas dimensões de identidade: morfológica, visual e percetiva, vivencial e funcional, social e cultural e económica e legal. O papel do espaço público na identidade urbana fundamenta-se através do contexto urbano em que se insere, sendo este histórico, periférico, consolidado ou emergente (Brandão, 2008).

01.3.1. Espaço público em contexto residencial

O espaço público resulta da separação entre a propriedade privada e a propriedade pública, interpretado como um mecanismo de redistribuição e integração social, incluindo infraestruturas e equipamentos. O espaço coletivo caracteriza-se fisicamente através da acessibilidade. É importante conhecer o uso social dos espaços públicos, esse uso dependerá de diversos fatores, o desenho, a acessibilidade, a beleza, a monumentalidade, a manutenção, a diversidade de usuários e atividades possíveis (Borja & Muxí, 2003).

Os projetos urbanos podem articular bairros, proporcionar mecanismos de interação e melhorar a qualidade de vida de quem habita o espaço público. Estes projetos podem produzir centralidades donde antes não existia, facilitando as mobilidades. São

necessários projetos que integrem objetivos sociais e ambientais que ampliem a cidadania em quantidade e qualidade (Borja & Muxí, 2003).

O espaço coletivo organiza o quotidiano dos habitantes de determinada área, que por sua vez é espaço de passagem para outros atores e de uso por parte de equipamentos e atividades. “Portanto é necessário estabelecer separações flexíveis quando necessárias” e “realizar uma transação gradual dos espaços comunitários ou privados vinculados à habitação”. O espaço público terá de prever o vínculo entre o habitante e a cidade, por meio da acessibilidade, os monumentos e elementos centrais (Borja & Muxí, 2003).

Segundo António Batista Coelho, a problemática envolta no realojamento acontece de forma cíclica, e deverá ter especial atenção por parte do Estado e Municípios que gerem o território proporcionando ações de regeneração urbana e habitacional. As medidas sociais, de gestão, acompanhamento e de enquadramento devem enquadrar-se com um pensamento “profundo/longo caso contrário será provavelmente quando o meio social está a começar a responder pela positiva e as estruturas lançadas estão a começar a funcionar”. A “cidade positiva” constrói-se com o tempo, sendo este fundamental para uma correta articulação e relação com a história da cidade (Coelho, 2005).

Os aspetos físicos sublinham o envolvimento entre os espaços públicos e os edifícios pois, estes não podem ser considerados isoladamente, o pensamento recai integradamente em ambos. A cidade cresce mediante “troços urbanos bem ligados uns aos outros e aos núcleos citadinos próximos mais consolidados e vitalizados”. A intervenção urbana relativamente a aspetos físicos deverá considerar dois fatores fundamentais do urbanismo. O primeiro depreende-se com a “(re)constituição” efetiva e afetiva das envolventes urbanas viáveis para as relações sociais. O segundo fator é o vínculo efetivo e afetivo com a “cidade mãe e com a própria continuidade e vitalidade urbanas”, pois a vizinhança residencial e urbana somente funcionará se existir dinâmica e continuidade consolidada entre o centro urbano e as periferias (Coelho, 2005).

António Batista Coelho (2005) afirma que a “qualidade” arquitetónica não deve ficar omissa, “feita de raiz ou refeita, pois cada vez mais fica evidente que não sendo essa qualidade uma determinante isolada/autónoma da qualidade de vida e do habitar, ela realmente ajuda muito e participa muito na criação de espaços residenciais e urbanos verdadeiramente geradores ou influenciadores de felicidade”.



Figura 7. Bairro das Estacas em 1958, Lisboa (Proença, 2014)

Os fatores de enquadramento social e de gestão, de regeneração urbana física e de segurança urbanística enquadram-se perante uma requalificação de territórios frágeis, consciente que são ações de intervenção demorosas, economicamente variáveis, complexas, mas fundamentais para o desenvolvimento urbano e social da cidade (Coelho, 2005).

A área da regeneração urbana tem ampliado ações, tanto de ordem social como de ordem física em diversos municípios e outras entidades. Portugal, possui “zonas urbanas e bairros de realojamento cuja dimensão, complexidade social, e características urbanas e de integração, merecem e exigem um urgente reforço dos cuidados”. Por vezes, são zonas com debilidades enraizadas ao longo de décadas que advém de situações urbanísticas frágeis, podendo com a regeneração possibilitar a inclusão de novos espaços ou a atualização de preexistências (Coelho, 2005).

É fundamental compreender que a construção de grandes conjuntos urbanos e de realojamento, “isolados da continuidade urbana, sem vida própria, compostos por grandes edifícios, sem qualidade arquitectónica e destinados apenas a determinados grupos sociais” não funcionaram na dita cidade contemporânea, sendo necessário possuir uma noção rigorosa relativamente às condições sociais, de integração urbana e do estado de conservação dos conjuntos de interesse social existentes, muitos situados nas periferias das cidades (Coelho, 2005).

“A melhor habitação de interesse social portuguesa é caracterizada por uma estimulante diversidade de soluções, onde se constata as evidentes vantagens físicas e sociais da pequena dimensão e da máxima integração das intervenções” (Coelho, 2009).

01.3.2.A dimensão espacial da rua

A origem da palavra rua identifica-se com a raiz anglo-saxónica *ride* que define a passagem de um lugar para outro. A rua, palco de experimentações pretende estabelecer uma narrativa com os edifícios e espaços envolventes e mediar encontros e vivências (Alves, 2019).

Em Portugal, com a ausência da tradição da praça urbana, coube à rua desempenhar o papel de lugar de encontro social e de trocas comerciais. A evolução demográfica, económica e as transformações culturais incutiram na rua um fenómeno alheio perante a cidade e quem a percorre. Com o aumento do tráfego viário, os trajetos contemporâneos, despoletaram a rua como meio fundamental para a comunicação pedonal e social (Alves, 2019).

A estrutura física contribui para a identidade da rua, entende-se como um espaço mediador entre o espaço público e o privado. A palavra rua remete para uma superfície delimitada, determinando a estrutura urbana em que se insere, nomeadamente um percurso, com dimensões diversas, limitado ou não por edifícios de ambos os lados. A relação que a rua institui perante os seus limites é fundamental para a sua composição, para a qualidade do espaço envolto e para relação com os edifícios que a compõem (Alves, 2019).

Ao longo da história, vários pensadores definiram cenários interpretativos, Vitruvius (séc. I a.C.) qualificava a rua através da decoração e do espaço cénico que desempenhava, baseado em três cenários: trágico, cómico e satírico. Leon Alberti (1404-1472), distinguia a rua em duas categorias interligadas com os cenários trágicos e o cómico de Vitruvius. A cidade nobre deveria ostentar ruas retilíneas e largas, de forma a afirmar o sentido de sumptuosidade, por outro lado, as cidades menores, as ruas, multidirecionais possibilitavam um carácter ilusório das dimensões reais. Andrea Palladio (1508-1580) defendia o modelo ideal, uma rua seria retilínea e regular, proporcionando uma perspectiva clara do espaço e dos edifícios envolventes. Já no século XX com a Carta de Atenas produzida no âmbito do 4º *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne* (CIAM) e publicada em 1942, frisa a teoria do Movimento Moderno na arquitetura e no planeamento urbano sintetizando ideias de pensadores, como Le Corbusier, Alvar Aalto, Walter Gropius entre outros. Nos anos 50 Peter e Alison Smithson apresentaram o conceito de reabilitação de rua como elemento fundamental do desenho urbano. A simbologia da rua não se depreende somente com as acessibilidades, mas também um lugar para a “expressão social”, espaço de relevância no contexto de uma cidade (Alves, 2019).



Figura 8. Rua Augusta, Lisboa (Autora, 2023)

Socialmente a rua pode ser entendida através de fatores influenciados por quem a utiliza e controla, conjuntamente com outros espaços públicos impede determinadas atividades e proporciona outras, desempenhando um papel importante na estrutura urbana e social da cidade. Permite a circulação de peões, veículos e bens, produzindo oportunidades para o desenvolvimento de uma comunidade (Alves, 2019).

Segundo Sérgio Proença, a rua “é o elemento morfológico do espaço público mais comum e aquele que define a maior parte do traçado da cidade.” A rua torna-se assim parte fundamental para o correto desenho de cidade e pode ser concebida através de três tipos: “a rua como ideia de linha; a rua como ideia de corredor; e a rua como ideia de espaço equipado.” A arborização é um elemento de importância na composição espacial funcionando muitas das vezes como um “teto sobre a rua” estabelecendo um limite horizontal (Proença, 2014).

A dinâmica da rua é impulsionada através de um elevado conjunto de pessoas e das diversas possibilidades que lhes é proporcionada, a atividade na rua aumenta quando a quantidade de peões é significativamente grande para impossibilitar o uso do automóvel e, conjuntamente sustentar atividades e “distâncias pedonais estimulantes.” O conjunto dos espaços públicos deverá ser pensado e organizado face à cidade, propondo uma sucessão espacial e contínua, sequentemente descrita por espaço privado, espaço semiprivado ou semipúblico e espaço público. Estes três setores geram diferentes requisitos para o desenho de rua (Alves, 2019).

O desenho urbano e o desenhar a rua como um meio de circulação automóvel, não se assemelha a desenhá-la como passagem. Os elementos constituintes da rua, como passeios e galerias desempenham um papel de importância na interação social, no qual as pessoas utilizam as ruas para atividades sociais e económicas. Neste âmbito, o desenho da rua necessita incorporar tanto o desenho da forma como as atividades (Alves, 2019).

A rua não é um limite construído, mas um espaço incluído, em que os seus componentes interligam-se, construindo uma quantidade de enquadramentos imagéticos. O desenho urbano, como disciplina criativa conseguirá proporcionar adaptações e metamorfoses e tornar um determinado espaço humanamente agradável. Qualquer intervenção realizada no espaço público urbano deve sustentar-se em um estudo profundo da morfologia urbana e das tipologias arquitetónicas (Alves, 2019).

02.Casos de estudo

O seguinte capítulo constrói-se mediante um pensamento explorativo por elementos de estudo que vigorem o tema da presente investigação. Para esse efeito, foram eleitos três casos de estudo, um a nível nacional e os restantes a nível internacional, que intervêm em contexto de habitação de interesse social e nas periferias de cidades.

O primeiro projeto, corresponde à reabilitação do espaço público do Bairro do Lagarteiro (2009-2012), no Porto, com autoria do arquiteto Paulo Tormenta Pinto. O seguinte projeto apresenta a proposta levada a concurso para a requalificação do espaço público do complexo de interesse social *Corviale* (2014-), em Itália, com autoria de Laura Peretti. O terceiro e último caso de análise corresponde à intervenção realizada no âmbito do programa de renovação da *Cité du Grand Parc* (2016-2017) em Bordéus, França, pelo Atelier *Lacaton & Vassal* em colaboração com o arquiteto Frédéric Druot e Christophe Hutin. Os casos de estudo selecionados expõem semelhanças conceptuais e funcionais entre si, pois os dois primeiros casos atuam no espaço público em contexto de habitação de interesse social e o terceiro apresenta uma proposta de intervenção para um conjunto de habitação de interesse social estabelecendo um diálogo direto com as preexistências. É de ressaltar que a intervenção realizada no Bairro do Lagarteiro e a renovação da *Cité du Grand Parc* foram realizadas, enquanto a proposta para o *Corviale* não iniciou a fase de construção.

Sobre os elementos de estudo eleitos é elaborada uma cronologia de esclarecimentos, relativos à diacrónica dos distintos lugares, espacialidades, relação das intervenções submetidas perante as preexistências, analisando as estratégias de intervenção adotadas. A interpretação dos casos de estudo selecionados permite extrair premissas fundamentais de projeto para o caso prático da dissertação. Através de um pensamento crítico é possível formular um paralelismo e reinterpretar de conceitos adotados nas intervenções em estudo, que influenciam a prática de projeto a desenvolver no terceiro capítulo, nomeadamente conceções funcionais nos casos construídos e conceptuais no caso de estudo não construído.

02.1. Bairro do Lagarteiro, Porto

O Bairro do Lagarteiro encontra-se no extremo oriental da cidade do Porto, num contexto residencial de isolamento urbano, perante a malha metropolitana da cidade. Desenvolve-se através de edifícios em banda, com acessibilidades diminutas e uma elevada condição de afastamento, conseqüente da topografia do lugar. Construído em duas fases distintas, a primeira terminada em 1973 com 246 fogos integrantes dos blocos 1 a 9. Em 1977, uma segunda fase de ampliação face à elevada pressão habitacional da época, conta com a implementação de 198 fogos, relativos aos blocos 10 a 13 num total de 446 fogos com tipologias distintas (Ribeiro, et al., 2006).

A essência do bairro reproduz o modelo modernista utilizado na construção da cidade e contrariamente às políticas habitacionais do Estado Novo, a Câmara Municipal do Porto implementa o modelo habitacional plurifamiliar (Ribeiro, et al., 2006).



Figura 9. Fotomontagem do Bairro do Lagarteiro nos anos setenta a partir de: (Ribeiro, et al., 2006)

Circundado por uma malha espontânea com arquitetura de baixo-relevo, o conjunto habitacional estrutura-se mediante o desalinhamento na implantação dos lotes. O bairro do Lagarteiro adveio de um pensamento abstrato, desencadeado da implantação periférica. Esta produz um défice a nível das acessibilidades, reforçando a decadência do espaço, a degradação do edificado e dos intercâmbios sociais e arquitetónicos com a envolvente (Ribeiro, et al., 2006) (Pinto, 2009).

Os blocos habitacionais desenvolvem-se sob socacos, contribuindo para a inexistência de articulação do espaço não construído do conjunto sul, em relação ao conjunto norte correspondente às fases de execução de 1973 e 1977 (Ribeiro, et al., 2006). O Bairro do Lagarteiro divide-se em dois setores, isolados pela acidentada topografia, apenas relacionados por percursos pedonais desqualificados e acidentados, potencializando momentos de segregação no interior do bairro. A incontinuidade da circulação viária e pedonal estabelece uma relação pouca dinâmica com a envolvente e com o próprio bairro (IHRU, 2019).

A elevada degradação e desqualificação dos espaços exteriores é evidente, desencadeando uma configuração espacial desintegrada com as vivências do espaço comum. O uso crescente do automóvel no espaço público altera a leitura dos espaços exteriores e relação entre residentes (Ribeiro, et al., 2006).



Figura 10. Espaço público anterior à intervenção a partir de: (Carvalho, 2012)

O bairro no decorrer dos tempos e com a degradação constante tanto a nível da edificação, como do espaço envolvente, tem sido alvo de intervenções arquitetónicas, tais como o projeto de reabilitação de fachadas desenvolvido em 2001, pelo arquiteto Manuel Botelho, o projeto de reabilitação do espaço público realizado pelo arquiteto João Campos (Urb-Atelier) em 2004, entre outras intervenções (Ribeiro, et al., 2006). Será alvo de uma análise mais detalhada a intervenção realizada pelo arquiteto Paulo Tormenta (Domitianus Arquitetura), concluída em 2012.

O desenvolvimento urbano da área metropolitana do Porto nas últimas décadas contribui para uma releitura da relação entre o centro e a periferia. Na atualidade, a ideia inerente de que o Bairro do Lagarteiro é distante, modificou-se, sendo fundamental atuar “sobre aquela realidade física e social, um novo olhar, mais integrador, de modo a potenciar-se a regeneração do Lagarteiro e do modo de vida da sua população” (Pinto, 2009).

A Domus Social, é a responsável pela implementação e realização de planos de reabilitação, renovação ou reconstrução de habitações públicas degradadas, a conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais, como também elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social no Município do Porto (Domus Social, 2022).

A reabilitação urbana do Bairro do Lagarteiro integra-se no programa Iniciativa Bairros Críticos (IBC), um projeto nacional promovido pela administração geral e coordenado através do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) com o objetivo de atuar na reabilitação de áreas urbanas de Lisboa e Porto (Habitar Portugal, 2012).

O projeto de intervenção estendeu-se ao longo de sete hectares estabelecendo novas premissas para o lugar. Realizou-se mediante uma ação coordenada com o IHRU que atuou diretamente com a comunidade do bairro (Habitar Portugal, 2012).

“A questão fundamental” “passa pela redefinição de todas as ligações do Bairro com a estrutura viária e metropolitana da cidade do Porto, tornando-o mais permeável”
(Pinto, 2009).

Os objetivos gerais de regeneração urbana articulam-se com o Plano Diretor Municipal do Porto, que tenciona a criação de novos fluxos de atravessamento no Bairro, nomeadamente a conexão com o eixo estruturante e de articulação intermunicipal composto pela Avenida de Azevedo [1]. A base de projeto articula-se com o desenho de um novo arruamento de ligação entre a Rua Diogo Macedo [2] e a Alameda Arq. Carlos Ramos [3] que fomenta novas ligações viárias e pedonais (Pinto, 2009).



Figura 11. Esquemas de ligações do antes e pós intervenção (Pinto, 2009)

A metodologia projetual desenvolve-se com a demarcação de sete áreas estruturantes que permite controlar com maior exatidão os diferentes âmbitos de intervenção. Na faixa central do Bairro, segundo o arquiteto, a intervenção obriga a um maior nível de especialização, pois a construção de um conjunto de muros de suporte e a implementação de acessos verticais, particularmente escadas e rampas possibilitará controlar a topografia acidentada do Bairro do Lagarteiro (Pinto, 2009).

Uma matriz de 2,5m articula a intervenção, organizando áreas de estacionamento, vegetação e percursos pedonais. Fundamentalmente, as premissas gerais de projeto depreendem-se com: a construção de arruamentos necessários à conexão com a envolvente e entre os dois níveis, área norte e área sul de forma a superar as altimetrias e as dimensões precárias do lugar. Fomentar a inclusão social no espaço público através da implementação de percursos pedonais a pessoas com mobilidade condicionada. Através da reestruturação da rede viária é possível a acessibilidade de veículos de emergência e limpeza no interior do bairro e a definição de um desenho retilíneo nos percursos pedonais. O bairro sofre uma revisão geral ao nível das infraestruturas, desde a rede de águas, saneamento, segurança, iluminação pública e telecomunicações. A

sobreposição de um novo desenho às preexistências e melhoramento das áreas verdes concretiza-se através de materiais qualificados e resistentes (Pinto, 2009).



Figura 12. Planta da intervenção realizada (Pinto, 2009)

A intervenção baseou-se na utilização reduzida de materiais, sendo utilizados na fase construtiva particularmente, cubos de granito 11x11cm de cor amarelada para os percursos pedonais e de cor cinza para os percursos viários. A escolha deste material fundamenta-se por motivos de impermeabilização, durabilidade e manutenção. De acordo com a memória descritiva do projeto, a diferenciação entre os passeios e os arruamentos efetua-se, tanto pela diferença de cor, tanto pela disposição dos cubos. Nos arruamentos aplicados a 45°, contrariamente aos percursos pedonais, dispostos em faixas perpendiculares aos lancis (Pinto, 2009).

Como referido anteriormente, o Bairro do Lagarteiro caracteriza-se por desníveis acentuados, de forma a contrapor essa objeção é realizado um conjunto de muros de suporte. A materialização destes, é realizada perante uma cofragem distinta, de forma a caracterizar os muros com betão à vista potencializando o “efeito cénico quando expostos à luz” (Pinto, 2009).

É proposta a implantação de duas bandas de edifícios (Fig.13) de forma a estabilizar urbanisticamente a malha urbana junto ao Bairro. A área que envolve a escola e o espaço desportivo é um local fortemente intervencionado, pois nesta área implementa-se a nova via de ligação entre a Rua Diogo Macedo [2] e a Alameda Arq. Carlos Ramos [3], superando o desnível existente (Pinto, 2009).

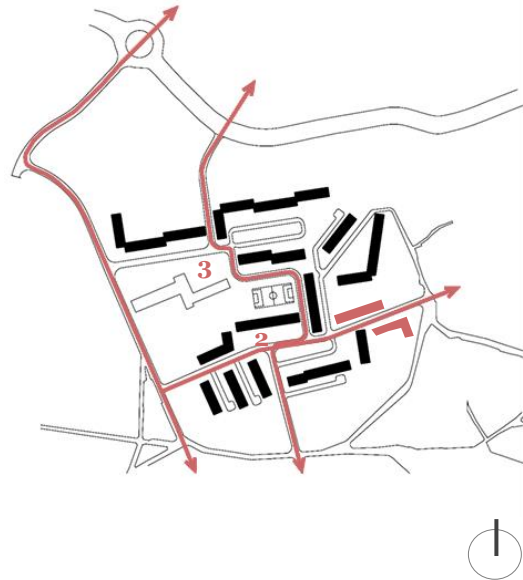


Figura 13. Esquema de conexões após intervenção e proposta de dois edifícios (Pinto, 2009)

A intervenção no espaço público do Bairro do Lagarteiro potencializa as sinergias entre a comunidade, a arquitetura e “esta solução permitirá, no seu conjunto, construir uma forte identidade expressiva, que julgamos fundamental num processo de regeneração do espaço público do Lagarteiro” (Pinto, 2009).



Figura 14. Fotomontagem da intervenção no espaço público do Bairro a partir de: (d'Orey, 2012)

02.2. Corviale, Roma

Em 1871, ano que Roma tornou-se capital do então Reino de Itália, a cidade inicia um período de expansão, pois a sua condição de capital assim o impunha. O seu estatuto, gerou Ministérios que proporcionaram o aumento de fluxo de imigração. Nesse momento, Roma enfrenta um problema na habitação, são construídos edifícios de habitação de interesse social através da demolição de conventos e parques pertencentes às ordens religiosas. O crescimento espontâneo da cidade desencadeia um elevado número de bairros não planeados e segregados da urbe (Pavel, 2010).

Com a reivindicação ao direito da habitação digna, em 1903 funcionários públicos e cooperativas avançam com iniciativas sociais e humanitárias. Nesse mesmo ano, o governo funda o Instituto Casas Populares, posteriormente o Instituto Autónomo Casas Populares e depois a Agência Territorial para a Construção Civil Habitacional. Depois de 1945, após a Segunda Guerra Mundial, existiu a necessidade de redefinir o plano da cidade, aprovado em 1965 (Pavel, 2010).

O novo plano, apoia-se na lei 167 de 1962, que prevê o *Piano per l'Edilizia Economica e Popolare* (PEEP), projeto com a implantação de 72 planos de zona. É a partir dos anos setenta que a cidade começa a desenvolver uma nova imagem, onde nas periferias crescem sobre as zonas rurais nas proximidades de Roma, monólitos de betão segregados da malha envolvente. Em simultâneo, o crescimento de uma cidade alienada de um desenho urbano, com a construção de barracas e bairros ilegais continuava desenvolvendo-se (Pavel, 2010). Os terrenos nos aclamados núcleos urbanos detinham custos elevados, transportando as intervenções para os subúrbios. Consequentemente, quem projetava desenvolvia propostas autossuficientes com espaços públicos e equipamentos integrados no projeto (Riso, 2017).

Os projetos desenvolvidos através do PEEP apresentavam uma quantidade de limitações, um número elevado de pessoas com necessidades sociais e o arrendamento de apartamentos por vias ilícitas apresentou um problema urbanístico complexo (Pavel, 2010).

No ano de 1972, inspirado nas teorias modernistas, sobretudo em Le Corbusier, o arquiteto Mario Fiorentin, em colaboração com uma equipa de 28 arquitetos, projeta um edifício com uma visão ousada para a época, um projeto de construção em banda com grandes dimensões que pretendia reacender o valor da habitação enquanto produtor de cidade. “O complexo residencial *Corviale* foi a expressão radical desta ideia de cidade, mas também algo mais, porque procurou considerar, e de alguma forma sintetizar, dentro de um único projeto, quatro décadas de questões prementes sobre a habitação

social”. O *Corviale* pretende estabelecer-se como um projeto autónomo e autossuficiente, mas que produz um limite entre a cidade e o campo, desconectado a questões tipológicas e ao território envolvente. A sua construção desenvolveu-se com uma rapidez incessante, num contexto de rápido desenvolvimento económico da capital italiana (Pavel, 2010) (Riso, 2017).



Figura 15. Construção do Corviale a partir de: (Riso, 2017)

No cimo da colina encontra-se um extenso edifício implantado em 60 hectares, 958m de comprimento, 200 de largura e nove pisos correspondendo a 30m de altura. Uma “quase” cidade linear com 1.200 apartamentos para um total de 6.500 habitantes (Riso, 2017).

O edifício incorpora três corpos, o primeiro desenvolve-se mediante nove pisos de altura, mais dois pisos subterrâneos com estacionamento. No interior divide-se por galerias, criando um espaço intermédio para a entrada de luz natural, ventilação e no piso térreo um pátio. As galerias dão acesso às habitações e possuem vários espaços para a comunidade. Os acessos verticais marcam a divisão do edifício em seis lotes, com uma sala de condomínio cada. O quarto andar receberia um espaço de comércio, uma galeria expositiva, com vãos amplos para uma melhor contemplação, ventilação e iluminação (Pavel, 2010).

A oeste do corpo principal, no seu comprimento desenvolve-se um segundo volume, de habitações com três pisos e serviços, no qual tinha sido previsto a implementação de uma creche, escola básica e um conjunto de atividades comerciais. Através de percursos

pedonais, posicionados em relação às cinco praças de entrada existe ligação entre o volume principal e os serviços base (Pavel, 2010).

A norte, encontra-se uma igreja e um parque, a sul campos desportivos e um centro cívico, na zona central, no qual estava conjeturado a implementação de um mercado, um centro de saúde, teatro, cinema, biblioteca e a junta de freguesia, somente alguns dos edifícios foram realizados. A partir do centro cívico nasce um volume orientado a 45° dedicado a habitações e que contempla a preexistência (Pavel, 2010).

Em outubro de 1982, ainda com obras a decorrer as primeiras habitações foram entregues, mesmo com a inexistência de serviços, transporte público, supermercado, escola e espaço para idosos. Nos primeiros meses, 700 famílias ocuparam as habitações, sendo que o quarto piso não teve ocupação e o comércio não foi implantado, que por sua vez, desencadeou a ocupação ilegítima por parte de 68 famílias. Através de compartimentos não planeados, o andar oferece habitações e espaços para a comunidade (Pavel, 2010).

Nas extremidades da cidade de Roma, o monólito de betão estrutura uma barreira, pois a *campagna romana* (zona utilizada para a prática da agricultura nos séc. XIX e XX) é obstruída visualmente (Pavel, 2010). A desarticulação do complexo residencial *Corviale* é evidente, um grande volume destaca-se na envolvente. A apropriação feita por inquilinos promoveu leituras distintas em oposição ao projeto inicial, pois estes adaptaram espaços consoante as necessidades produzindo uma identidade comunitária (Riso, 2017).



Figura 16. Fotomontagem do Corviale a partir de: (Guida, 2015)

O grupo *Osservatorio Nomade* em 2003, a convite do município de Roma procurou desenvolver uma estratégia de intervenção em relação ao *Corviale* e proporcionou diversas iniciativas comunitárias. Iniciou-se o programa *Immaginare Corviale* com diretrizes definidas no âmbito físico, social e arquitetônico do local estabelecendo espaços para o diálogo e conhecimento da comunidade através de diversos workshops. Em 2009, um concurso de arquitetura pretendia reabilitar o 4º andar apropriado pela comunidade, iniciativa que não prosperou. Em 2008, surge a associação *Corviale Domani*, composta por habitantes do *Corviale*, sendo em 2014 promovido um novo concurso de arquitetura. O *Rigenerare Corviale*, tinha como objetivo reorganizar a circulação exterior e interior de forma a redefinir os espaços coletivos do edifício. Um estudo mais aprofundado, incidirá em particular na proposta vencedora, por parte do *StudioInsito*, liderado por Laura Peretti, pois esta sugere novas vivências a nível do espaço público, através de uma praça conectada a diversas passagens, permitindo uma maior permeabilidade no piso térreo (Riso, 2017).

O projeto pretende intervir em diversas escalas, reconstruindo o sistema entre os espaços públicos e a circulação. A condição geográfica é reinterpretada, e o rés-do-chão gera de forma progressiva e contínua percursos espontâneos e articulados. O projeto intervém a diferentes cotas e identifica as principais permeabilidades ao longo do *Corviale* (Peretti, 2015).

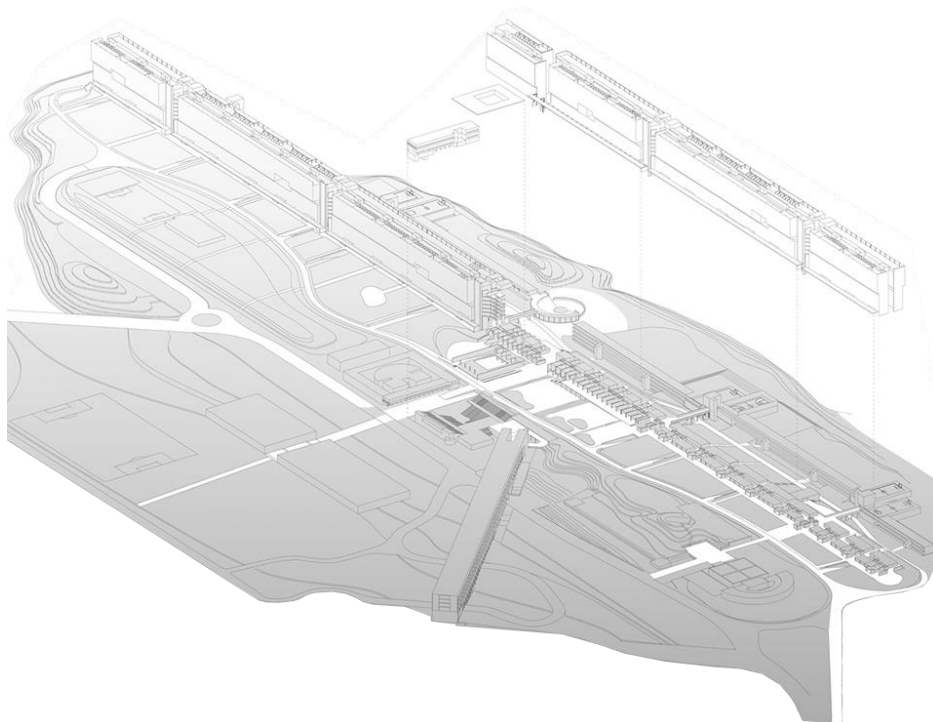


Figura 17. Proposta de intervenção e contexto (Peretti, 2015)

Na extensão do complexo habitacional é implementado um conjunto formado por oficinas artesanais, espaços de *coworking* e vegetação. As coberturas das oficinas são acessíveis e destinadas particularmente a quem habita nos apartamentos inferiores, atualmente não beneficiando de nenhuma área exterior (Peretti, 2015).

Através das demolições de espaços não utilizados cria-se ligações do complexo à zona rural. São adicionados novos programas, como um edifício ponte destinado a um Centro de Pesquisa em Biodiversidade, um edifício suspenso conectado a diferentes níveis do complexo. É proposto um conjunto de abordagens para proporcionar um sistema fluído, em que o edifício será habilitado para formar uma nova leitura com o envolvente (Peretti, 2015).

Relativamente às vias automóveis, o fluxo viário é repensado através de um novo sistema com disparidades espaciais que para além de intervir nas vias adjacentes ao edifício, nomeadamente a via *Poggio Verde*, é também adotado o uso de espaços verdes com distintas dimensões de forma a redesenhar o espaço público e o estacionamento (Peretti, 2015).

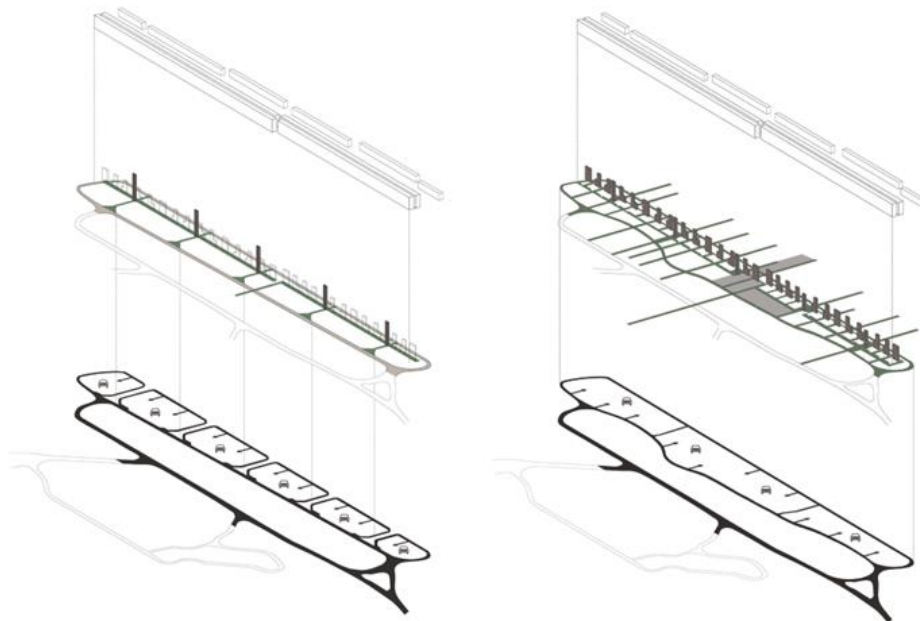


Figura 18. Esquemas de circulação viária existente e da proposta (Peretti, 2015)

A alteração no sistema viário introduz uma escala intermédia, assinalada pelo parque público que abre o piso térreo do *Corviale* para o exterior, no qual a área confinante ao monólito acolhe os acessos para as garagens, parques infantis, jardins, novos percursos pedonais e uma intervenção artística (Peretti, 2015).

No centro do complexo uma grande praça percorre desde a cota +61,58 a +51,50 envolvendo as lojas e a restauração. Assume-se com um espaço público articulador do quotidiano, pois a praça articula diferentes momentos de ligação, nomeadamente o acesso ao Centro de Investigação da Biodiversidade. Ao longo do complexo, é criado um passeio ao ar livre através de uma cobertura em balanço. Este percurso pretende organizar o sistema de acessos, valorizado pela criação de halls de entrada e ligações verticais requalificadas (Peretti, 2015).

Ao longo da via *Ferrari*, a ampliação permite criar um percurso pedonal com novas particularidades, sobretudo a conexão entre o edifício I e II. No decorrer do percurso são eliminados alguns estacionamentos, para utilização pelos inquilinos do edifício II (Peretti, 2015).

O projeto de regeneração do complexo *Corviale* pretende ir de encontro às normas de um bairro contemporâneo, com abordagens de construção sustentável e sistemas de eficiência energética, segurança e recolha de águas para irrigação de áreas verdes (Peretti, 2015).



Figura 19-21. Imagens representativas do projeto a realizar (Peretti, 2015)

02.3. Cité du Grand Parc, Bordéus

A *Cité du Grand Parc* localiza-se a norte de Bordéus na França. A sua construção data do início dos anos sessenta, afirmando-se como um espaço urbano com mais de 4.000 unidades de habitação. Este grande conjunto surge como resposta à crise residencial, desencadeada pela elevada procura habitacional após a Segunda Guerra Mundial (Lacaton & Vassal, 2017).

Descrita como uma cidade dentro de uma cidade, com cerca de 25.000 habitantes, a Cidade do Grande Parque é pensada prioritariamente para acolher as famílias de retornados da Argélia, destacamentos de populações de outros distritos e funcionários públicos (Pedrotti, 2019). A *ville* foi planeada e traçada através de um plano ortogonal, pelos arquitetos Jean Royer e Claude Leloup. Inspirados pelo urbanismo e os princípios funcionalistas da Carta de Atenas, desenvolvida em parte por Le Corbusier, sintetizando o IV Congresso Internacional de Arquitetos Modernos (Vital Neighborhoods, 2017).

O projeto sugere 4.000 habitações maioritariamente sociais, para acolher entre 16.000 e 25.000 habitantes, através de um plano urbano concentrado em dezoito edifícios de dez a dezasseis pisos e quatro torres de vinte e dois pisos (Vital Neighborhoods, 2017). Pragmaticamente o projeto baseou-se em eixos ortogonais, para traçar a fração edificatória e o restante espaço, ocupado com zonas públicas e áreas verdes (Pedrotti, 2019).

As técnicas de pré-fabricação industrial estiveram presentes na fase construtiva. O guindaste ferroviário permitiu construir simultaneamente dois conjuntos de habitações paralelas com fachadas compostas por painéis pré-fabricados. Estes dispostos de acordo com a melhor orientação solar, baseado nos estudos do Movimento Moderno (Pedrotti, 2019).

A comissão da Unesco que coordena as transformações arquitetónicas e urbanas da cidade de Bordéus, definiu a cidade como histórica, formada por um vasto património arquitetónico herdado do Movimento Moderno e decidiu preservar o plano urbanístico. O centro público desenvolve-se através de uma área verde composta por oito hectares de parque e por oitocentos metros de praça. A praça de Quinconces, a de maiores dimensões da cidade. Por um lado, a ideia de concentrar uma grande densidade populacional na cidade de Bordéus, nomeada por Le Corbusier a “cidade das torres” e aumentar as áreas verdes, representou premissa fundamental a defender, por outro lado as dinâmicas geradas e as necessidades habitacionais contemporâneas gerou lugares obsoletos e espaços de segregação social (Pedrotti, 2019).

O *Grand Parc*, composto por blocos habitacionais com um número elevado de pisos, produz uma disparidade com a sua envolvente marcada por bairros residenciais, maioritariamente constituídos por edifícios de um ou dois pisos. A morfologia urbana do espaço gera uma ligação visual limitada nas áreas envolventes ao térreo dos edifícios (Vital Neighborhoods, 2017).

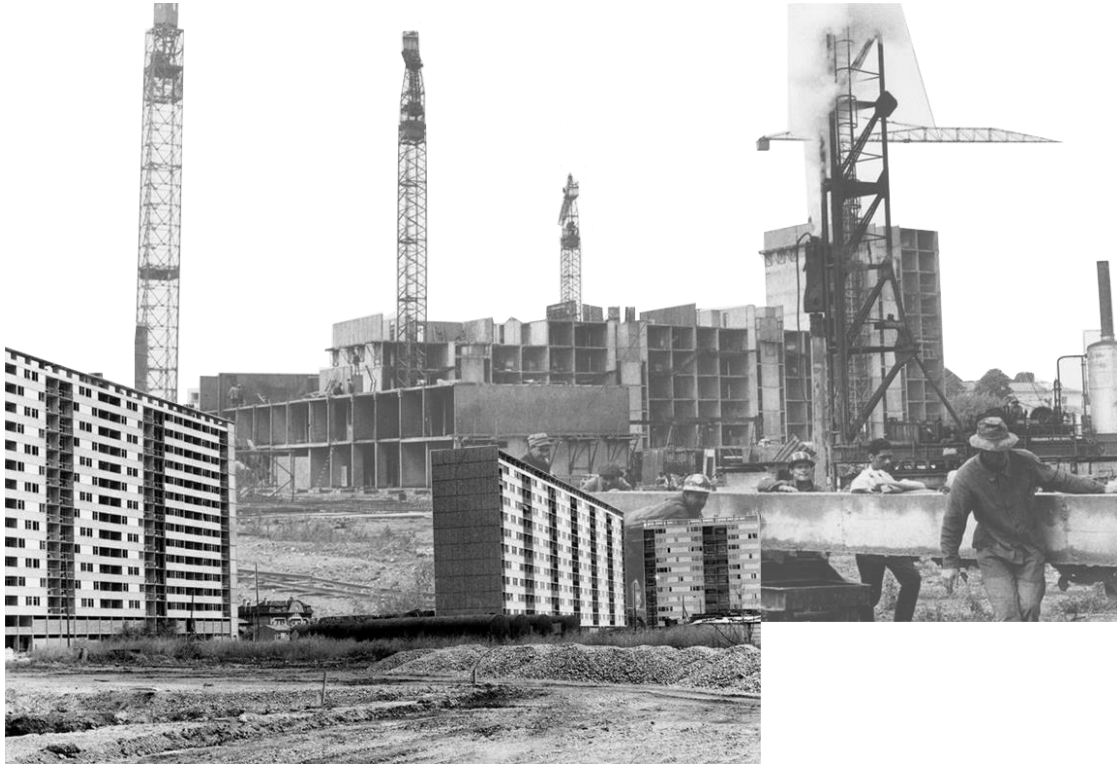


Figura 22. Construção do Grand Parc a partir de: (Marchetto, 2023)

A composição arquitetónica identifica-se por proporcionar uma quantidade significativa de equipamentos sociais e culturais. Diversas escolas encontram-se a curtas distâncias dos blocos de habitação. Na zona central da Cidade do Grande Parque, é possível encontrar outros equipamentos sociais, desportivos escolares e culturais, como um consultório médico, um centro juvenil, uma igreja, uma biblioteca, uma creche, zonas comerciais e um complexo de piscinas (Vital Neighborhoods, 2017).

Devido à escassez de espaços públicos condignos e à condição obsoleta do bairro, a *Aquitanis*, responsável pela manutenção dos blocos habitacionais e restante zona envolvente, propõe um programa de renovação da *Cité du Grand Parc* (Vital Neighborhoods, 2017).

O programa de renovação apresenta-se como um projeto de transformação de três edifícios lineares de habitação social de 15 andares respetivamente, incluindo 530 unidades de habitação. O concurso para o programa de renovação surge em 2011, entregue ao atelier parisiense *Lacaton & Vassal* em colaboração com o arquiteto Frédéric Druot e Christophe Hutin, concluído no ano de 2016 (Lacaton & Vassal, 2017).

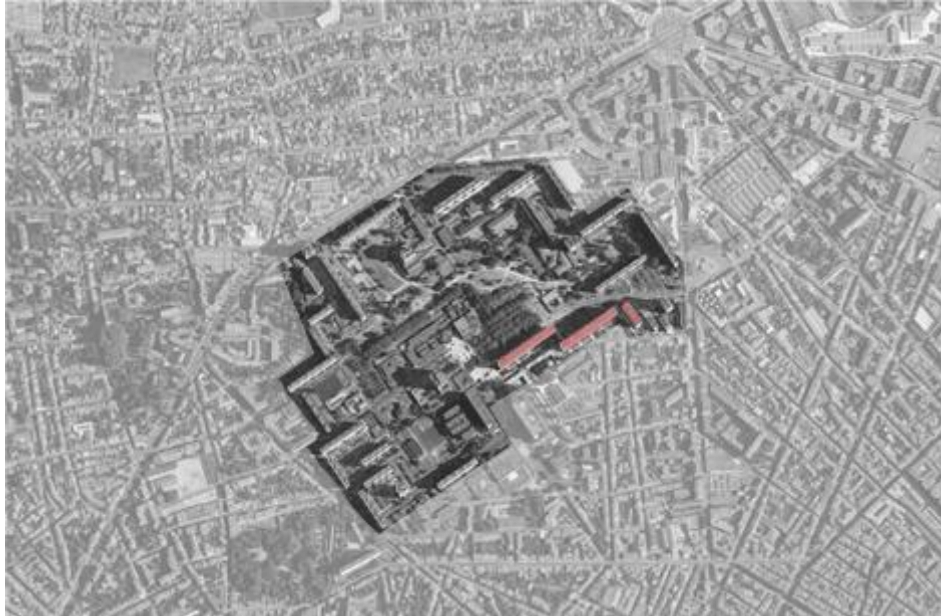


Figura 23. Contextualização da *Cité du Grand Parc* a partir de: (GoogleMaps,2023)

O projeto visa conservar os elementos estruturais dos edifícios a intervir, resultando numa operação de ampliação e de adaptação com premissas sustentáveis, sem remover os habitantes das habitações durante a fase construtiva. Os autores do projeto optaram por uma releitura do bloco monolítico que, em intervenções passadas, tinha sofrido apenas intervenções da cor da fachada. O repensar dos padrões de espaço na habitação social através da adição de espaço, baseia-se no modelo de *villa*, tendo todos os compartimentos da habitação acesso através do jardim de inverno, de forma a simplificar a circulação dentro de cada apartamento. A ampliação permite, assim, alterar o esquema rígido dos apartamentos e proporcionar diferentes configurações de utilização do espaço (Vital Neighborhoods, 2017).



Figura 24. Transformação das 530 vivendas a partir de: (Lacaton & Vassal, 2021)

“A transformação questiona a forma de modificar a cidade, partindo do existente.”

(Lacaton & Vassal, 2021)

A opção de preservar e interceder com adições na fachada possibilita a criação de espaços exteriores habitáveis. Cada habitação é ampliada perante uma composição de galerias, produzindo uma zona exterior de carácter privado. A orientação predominante dos novos vãos é a sul o que possibilita uma melhor iluminação natural e uma vista desafogada da cidade de Bordéus. Os novos espaços são lidos como jardins de inverno que refletem uma melhoria ao nível do comportamento térmico e acústico. Este, também melhorado através da qualidade dos materiais introduzidos, e ao isolamento aplicado nas fachadas posteriores durante os 24 meses de obra (Arquitectura Viva, 2018).

As galerias conformadas por uma estrutura autoportante em betão armado, com fundações próprias, configuram uma nova imagem das fachadas com 3,80m de profundidade. Estas com amplitude para gerar espaços úteis e flexíveis. O betão armado foi eleito invés do aço devido à sua resistência ao fogo, facilidade de implementação através da pré-fabricação e menor custo (Arquitectura Viva, 2018).

Lacaton & Vassal praticam uma abordagem que acreditam ser premissa para melhorar significativamente e de forma sustentável a qualidade e o tamanho da habitação. A extensão dos espaços possibilita um maior uso, com uma forte relação com o exterior.

Com a adição de jardins de inverno e varandas, cada habitação admite mais luz, mais fluidez, conforto e vista (Lacaton & Vassal, 2017).

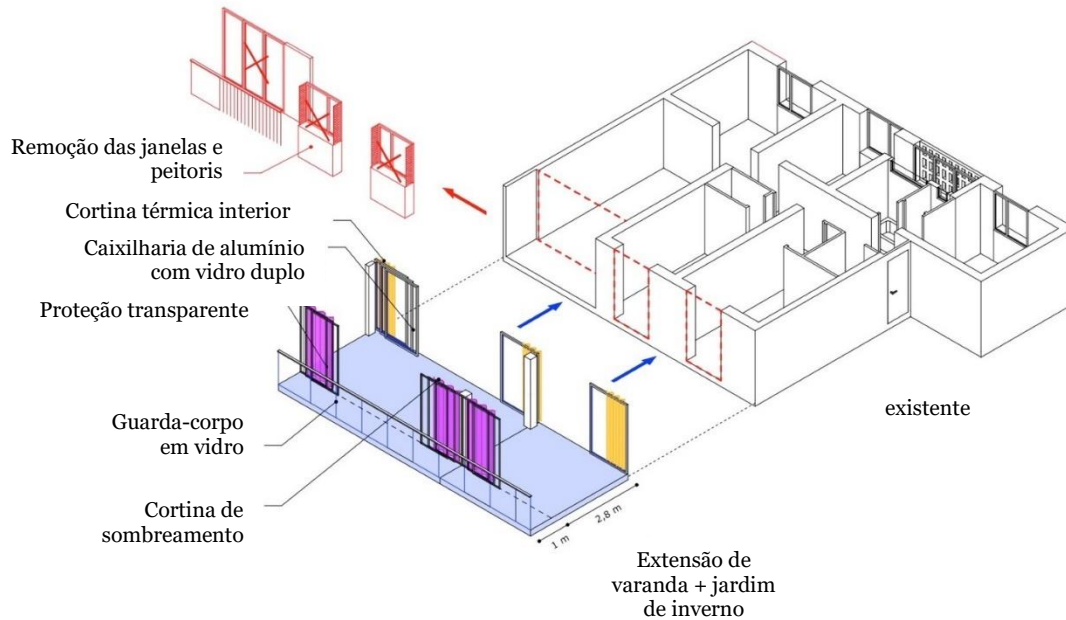


Figura 25. Explicação do projeto a partir de: (Archdaily, 2020)

“A nossa premissa é fazer com. Fazer com é levar consigo os valores do existente e os seus pontos fortes” e “utilizá-los para criar a base e o valor do novo projeto” (Lacaton & Vassal, 2021).

Os apartamentos abrem-se para os jardins de inverno e respectivas varandas através da substituição dos vãos existentes, optando por portas de correr envidraçadas, que conectam cada espaço à zona exterior. O comportamento energético após a intervenção arquitetónica é significativo, diminuindo o consumo energético em 60%. Durante a estação de inverno o espaço adicionado comporta-se como uma estufa com ganho direto de radiação solar, possível através da extensa superfície transparente composta por painéis em policarbonato (Pedrotti, 2019).

De forma a possibilitar a correta utilização do espaço, é fundamental a intervenção por parte de quem habita. No inverno, durante o dia, o jardim de inverno atua como um coletor solar que armazena calor e, quando este atinge temperaturas elevadas, é necessário abrir as janelas que separam o espaço da habitação para que o calor possa

circular. Durante o período noturno, as janelas devem permanecer encerradas porque o jardim de inverno opera como uma *buffer zone* que limita a dispersão térmica para o exterior, apoiada também através das cortinas térmicas (Pedrotti, 2019).

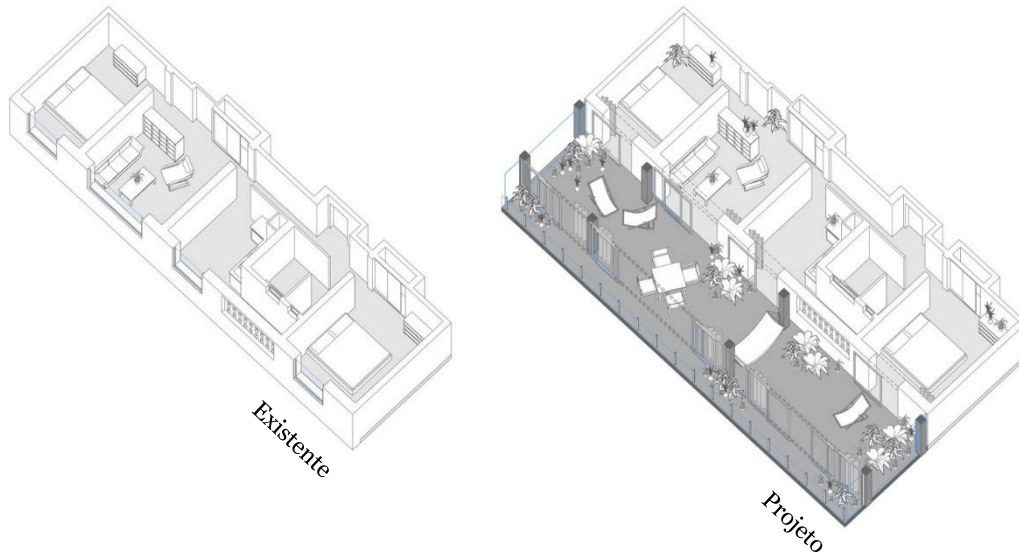


Figura 26. Esquema do existente e proposta a partir de: (Archdaily, 2020)

No verão, o superaquecimento pode ser evitado através da abertura dos vãos exteriores de correr e o ambiente transforma-se num sistema de *loggia*. Durante a noite o calor absorvido mediante os pisos e paredes pode ser dissipado com a abertura dos vãos do apartamento (Pedrotti, 2019).

Os arquitetos acreditam que para a apropriação do espaço, é necessário utilizar ferramentas simples, como por exemplo o sombreamento é obtido através de cortinas blackout que geram ambiências, como um cenário que está constantemente em mudança através dos diferentes modos de vida dos habitantes. Os jardins de inverno e respetivas varandas adjacentes potencializam a constante transformação das fachadas, de forma hábil, tanto para quem habita o interior como para quem observa através do exterior (Pedrotti, 2019).

“Habitar remete-nos para o prazer, a generosidade, a liberdade de ocupar um espaço. Independentemente da sua função e do seu uso” (Lacaton & Vassal, 2021).

Os ocupantes dos blocos habitacionais, apropriam-se dos novos espaços, podendo utilizá-los para o cultivo de plantas, lavagem e secagem de roupa, criar zonas exteriores de estar, armazenar objetos e decorar os espaços criando assim distintas atividades que influenciam na fachada dos edifícios e permite que cada residente personalize o seu

espaço de habitar. A empresa promotora do programa de renovação, a *Aquitanis* convidou estudantes de uma das escolas de Paris, para participar num concurso, no qual o objetivo depreendia-se com o projetar um conjunto de produtos personalizados, que se aliassem com os usos dos jardins de inverno. As propostas vencedoras apresentaram, uma parede verde, um armário com ventilação diferenciada e um conjunto de peças de mobiliário (Vital Neighborhoods , 2017).

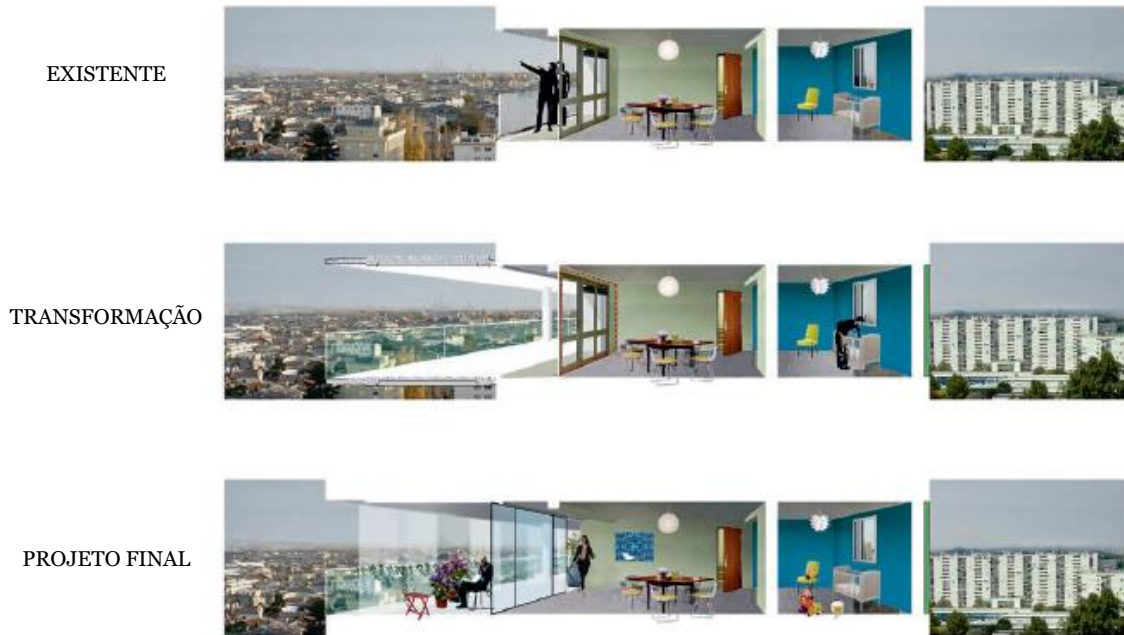


Figura 27. Esquema das diferentes fases de evolução do projeto a partir de: (Lacaton & Vassal, 2021)

Após a intervenção, que representa parte do programa de recuperação de habitações fornecidas pelo município de Bordéus, no interior dos edifícios são realizadas obras de melhoramento de interiores e consequente reorganização das instalações sanitárias e nova instalação elétrica (Vultur, 2019).

O projeto aborda a reconfiguração das circulações verticais, com a substituição dos elevadores e dos halls de entrada. O projeto procurou dividir o amplo piso térreo preexistente em uma série de espaços menores para aumentar a segurança. A renovação do espaço público do *Grand Parc*, está a cargo do arquiteto François Leclercq (Vital Neighborhoods, 2017).

O *masterplan*, procura diminuir o estacionamento de carros, a introdução de novos espaços verdes e lidar com as preexistências potencializando os espaços exteriores do bairro (Vital Neighborhoods, 2017).

O objetivo final do projeto para a *Cité du Grand Parc*, por parte de *Lacaton & Vassal* é criar espaços para habitar e proporcionar qualidade na habitação, simplificando o uso dos mesmos e presenteando os habitantes com um cenário propício para estabelecer ligações e vivências com a cidade e com o espaço de habitar (Lacaton & Vassal, 2017).



Figura 28-30. Imagens do projeto finalizado (Archdaily,2020)

“O espaço cinematográfico é constituído por fragmentos reunidos e interligados por uma ação, som e narrativa. É assim que agimos no momento de conceber os nossos projetos, como cineastas, construindo visões a partir de uma percepção íntima. Portanto, o projeto de arquitetura é uma câmara. Uma câmara na qual se entra e sai, na qual nos infiltramos. Uma câmara que cria a metamorfose” (Lacaton & Vassal, 2021).

03.O Bairro das Nogueiras

03.1. Caracterização do contexto urbano

Neste momento pretende-se estabelecer um fio condutor desde a escala macro (cidade) à escala micro (bairro). O Bairro das Nogueiras insere-se numa escala micro perante a cidade da Covilhã. Para definir a escala macro, recorre-se ao conceito de *cidade antítese*⁵, (Fig.31) um conceito que engloba um conjunto de pensamentos obtidos durante um período temporal. Um período de existências e experimentações, fundamentado na tentativa de compreender a cidade, especificamente a cidade da Covilhã. A narrativa de determinada cidade constrói-se e interpreta-se através daqueles que a habitam e que nela permanecem. Por meio dos pensamentos de *Gilles Deleuze*, articulou-se como peça chave o conceito de dobra, esta, símbolo do acontecimento, físico, temporal ou nenhum destes num determinado espaço.

“São efeitos, não são corpos, mas propriamente falando, ‘incorporais’. Não são qualidades e propriedades físicas, mas atributos lógicos ou dialéticos. Não são coisas, mas acontecimentos que ocorrem na DOBRA.”

Gilles Deleuze

A construção da Covilhã enquanto cidade ocorreu em momentos distintos e, por vezes divergentes sobre distintas dobras. A evolução da cidade compreende quatro momentos fundamentais, a primeira fase diz respeito à vila medieval entre os séc. XIII-XVI, posteriormente surge a cidade industrial têxtil entre os séc. XVIII-XX. A terceira fase corresponde à cidade universitária e por fim a cidade em expansão, correspondente à atualidade. Esta viagem temporal culmina com a imagem apresentada, onde a zona baixa e a zona alta da cidade apresentam discrepâncias ao olhar do observador. Os parasitas impõem-se no centro histórico e a máquina na zona em consolidação baseado num olhar imaginário e crítico. A dobra enfatiza a antítese entre as duas dimensões da cidade, uma dimensão histórica com uma identidade desvanecida em oposição a uma cidade em crescimento desordenado e alienado da narrativa histórica da cidade. Fundamentalmente, a cidade da Covilhã transmite e obtém o simbolismo de *cidade antítese* (Pinto, Figliolino, & Silva, 2022). O próximo tópico aprofundará o conceito micro, a periferia da periferia, ponto onde se insere o caso prático.

⁵ De forma a apresentar o contexto urbano, recorre-se a um trabalho desenvolvido na unidade curricular de Projeto V/2 durante o ano letivo 2021-2022, no qual o estudo da cidade da Covilhã foi ponto de partida para uma melhor compreensão do exercício apresentado nomeado *cidade antítese*.

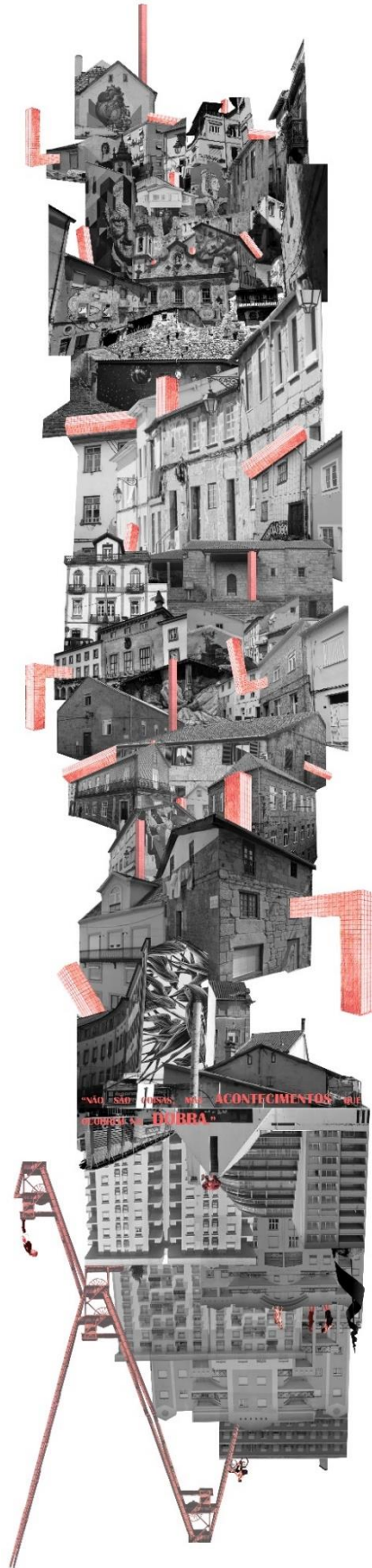


Figura 31. A Cidade antítese (Pinto, Figliolino, & Silva, 2022)

03.2. Descrição histórica, arquitetónica e social

A partir do século XIX, com o desenvolvimento do processo de industrialização em Portugal, a Covilhã detinha o maior número de unidades de lanifícios. A procura de habitação com renda acessível cresceu por parte da classe operária. No século XX o Estado Português investiu no concelho da Covilhã, através da construção de casas económicas e bairros de habitação social até à década de sessenta, data que marca um decréscimo na construção de habitação. Nas décadas seguintes recomeça um novo período, marcante na cidade pois diversas unidades de habitação social são construídas, nomeadamente a urbanização das Nogueiras também denominada por complexo ou bairro das Nogueiras (Campos, 2013).

O bairro das Nogueiras insere-se na freguesia de Teixoso na periferia da cidade da Covilhã (Fig. 32), uma localidade com cerca de 4.360 habitantes descrita como uma das mais antigas pertencentes à cidade e elevada a vila no ano de 1928 (Campos, 2013). Geograficamente a relação estabelecida entre o bairro e a envolvente é debilitada dada a condição periférica adotada. A topografia acentuada faz com que o bairro em relação a Teixoso, tenha uma localização quase impercetível da envolvente urbana.

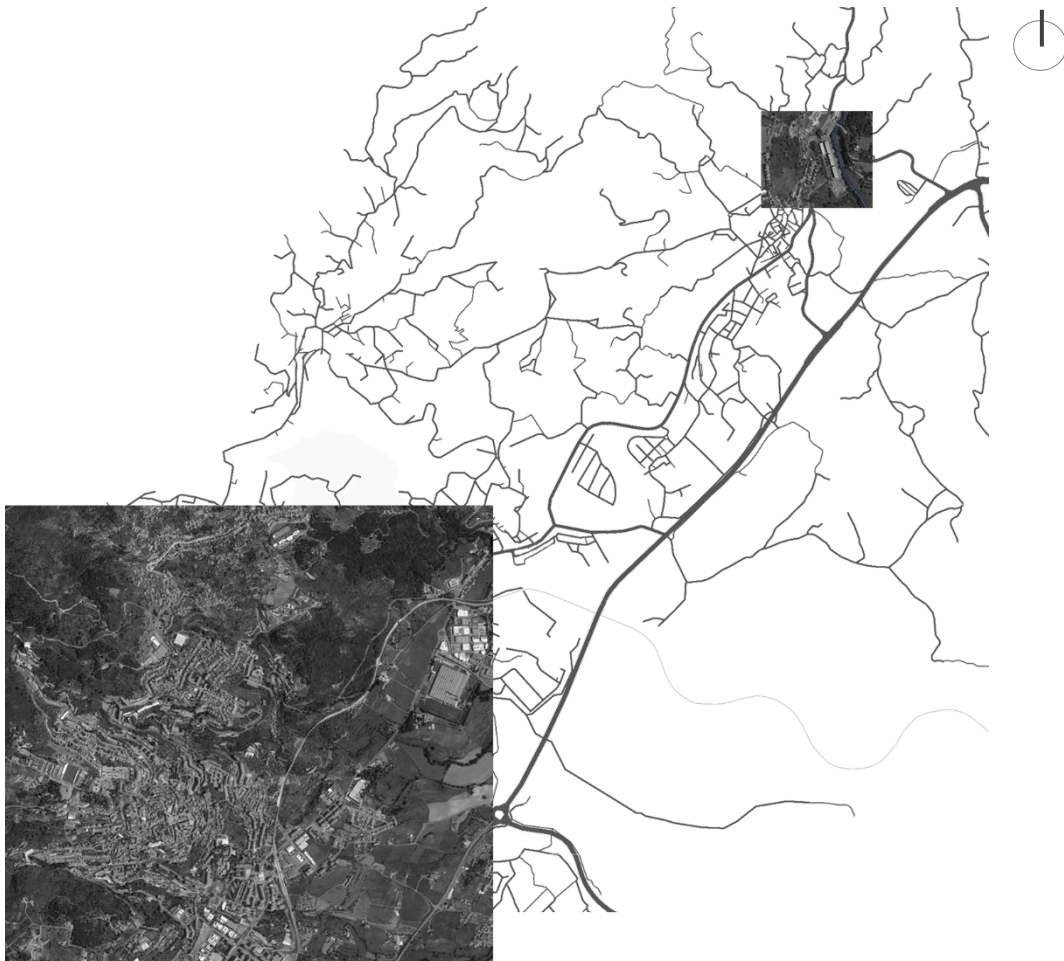


Figura 32. Duas dimensões, Covilhã e o Bairro das Nogueiras (Autora, 2023)

O bairro destinado a habitação social localizado na Beira Interior foi construído em duas fases a cargo da Câmara Municipal da Covilhã. Em 2002, numa primeira fase são construídos 64 fogos, onde posteriormente em 2003 são adicionados 71 fogos, onde atualmente apresenta um total de 134 habitações dispostos por 4 edifícios em banda (Campos, 2013). As tipologias disponíveis são 79 habitações T2 e 55 habitações T3.

A primeira fase de construção contemplou os dois blocos junto à principal entrada do bairro (Fig.33), e a segunda fase desenvolveu os dois blocos adjacentes (Campos, 2013). Esta fase apresenta diferenças evidentes na organização da planta, visto que as últimas construções adicionaram elevadores e são constituídas por 5 pisos, contrariamente às primeiras que possuem 4 pisos.

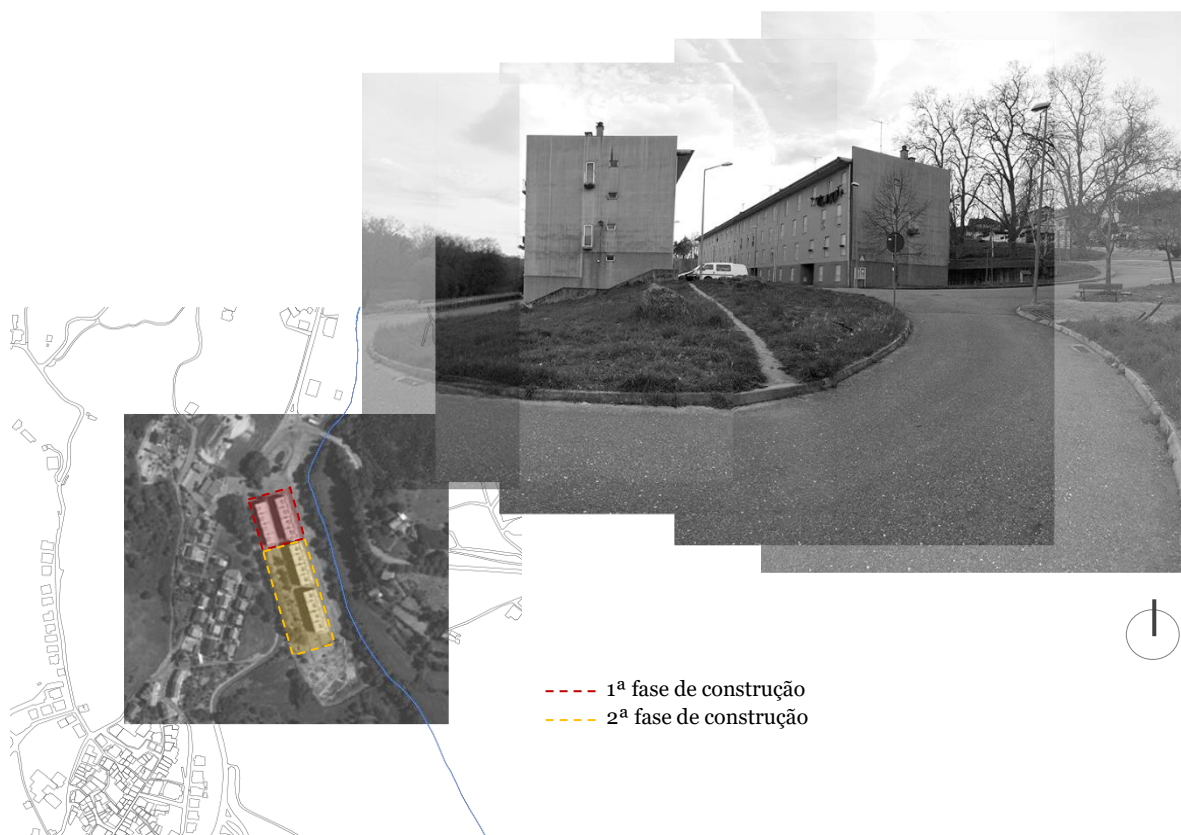


Figura 33. Fotomontagem das fases de construção e respetivo bairro (Autora, 2023)

A urbanização detém frentes com atmosferas distintas. A frente voltada a Este, possui uma envolvente arbórea de grande densidade envolta numa linha de água denominada de ribeira da Atalaia ou dos Corges. As fachadas voltadas a Este e para a ribeira na planta da cave apresentam garagens e arrecadações. A frente voltada a Sul apresenta as hortas comunitárias e uma paisagem maioritariamente composta por vegetação. A frente a Oeste distinta das referidas anteriormente, delimita o bairro com a via apresentando uma topografia elevada. Para superar a diferença topográfica existe um acesso vertical por escadas. A frente direcionada a Norte acolhe a entrada principal do bairro, onde é possível circular através de automóvel.



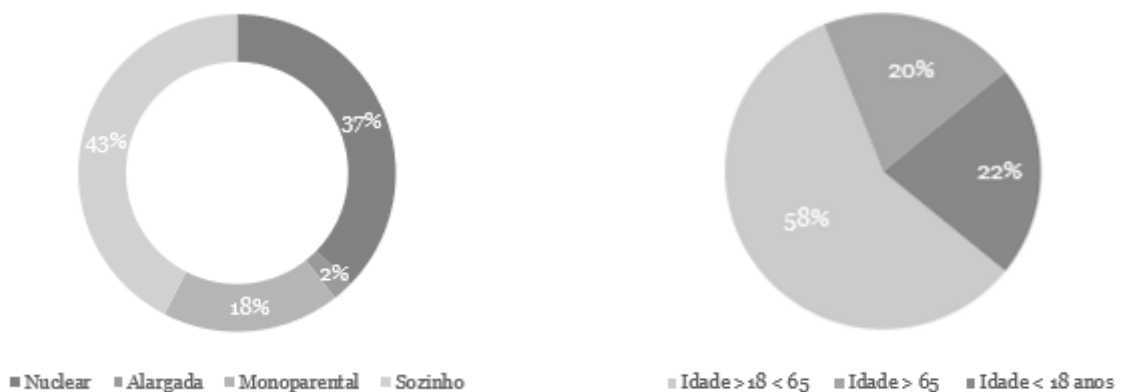
Figura 34. As diferentes frentes do bairro (Autora, 2023)

Exteriormente o bairro apresenta uma leitura uniforme ao nível das fachadas, tanto através da cor, como da métrica utilizada, somente existindo discrepâncias pelas fases de construção. No interior do bairro, existe na atualidade um escritório da Beira Serra, um café e outros espaços destinados a serviços, atualmente desocupados.

No ano de 2022, através do programa bairros saudáveis, surge a candidatura com a proposta ‘Pontes’ apresentada pela Beira Serra para o bairro das Nogueiras. O projeto ‘Pontes’ pretende colmatar e envolver a comunidade através da implementação das infraestruturas referidas e “reverter a situação de mal-estar psicológico latente no bairro, pela requalificação de um espaço que permita que os residentes partilhem, aprendam e estabeleçam laços e pontes com os habitantes da freguesia” (Serra A. B., 2021). O projeto referido foi construído no ano de 2022 em colaboração com o MIA.UBI.

A periferização do bairro influencia negativamente a comunidade que nele habita, a segregação é evidente perante a população de Teixoso e entre habitantes do bairro. Como principal consequência, a ausência de infraestruturas e de espaço público adequado para a prática da socialização estabelece limites com o entorno, devido ao desenho de espaço público desconectado do bairro e do respetivo entorno.

Um estudo disponibilizado pela Associação Beira Serra, referente à população que vive no bairro, indica que no início de 2021 o tipo de agregado familiar é maioritariamente pessoas que habitam sozinhas, de seguida famílias nucleares e com percentagens menores, famílias monoparentais e famílias alargadas, relativamente às faixas etárias são maioritariamente entre os 18 e 65 anos como é possível constatar através dos gráficos apresentados. Das 134 habitações à data do estudo, existia 19 habitações desocupadas.



03.3. Leitura morfológica do espaço público

A abordagem adotada no presente tópico pretende através do percurso estabelecer um diálogo de apresentação do espaço público do Bairro das Nogueiras, construindo uma narrativa fundamentada nas fragilidades e nos pontos de força. Através da observação *in situ*, realizada nas diferentes visitas a Teixoso e mediante registos fotográficos é possível identificar aspetos inerentes ao espaço público.

A chegada ao bairro realiza-se principalmente através de dois pontos, através da Avenida Maia Campos de acesso direto ao centro de Teixoso [2] e também mediante a via periférica TCT (Estrada eixo Teixoso Canhoso Tortosendo) [1] onde se denota maior afluência viária e conexão de transportes públicos. O acesso viário é realizado somente através da zona Norte, onde aflui ambos os eixos viários referidos acima [A]. O acesso pedonal pode ser realizado tanto através da zona Norte como também através de um acesso vertical localizado a Oeste.

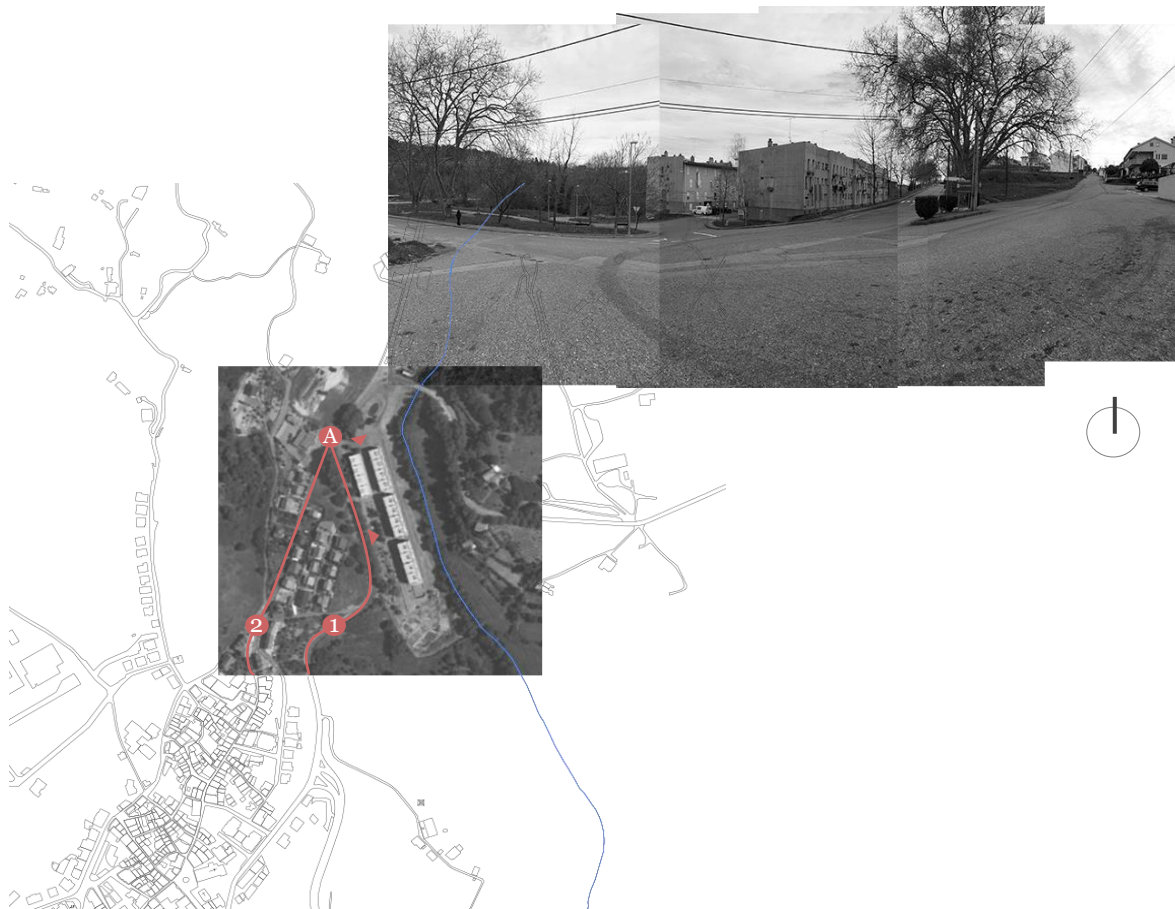


Figura 35. Fotomontagem dos principais acessos ao bairro (Autora, 2023)

Na aproximação ao complexo das Nogueiras é possível observar dois níveis diferentes, um central que abrange as entradas dos edifícios e outro nível que dá acesso às garagens, sendo estes conectados exteriormente através de escadas colocadas entre os edifícios, mas também mediante a via que envolve todo o conjunto habitacional. É igualmente possível uma visão geral do complexo e a desconexão com a envolvente, visto que os limites impostos através dos muros de contenção acentuam-se sobre o espaço público. Nas proximidades do bairro existe uma ponte em pedra e a ribeira da Atalaia que marca a sua presença predominantemente através da audição, pois encontra-se invadida pela vegetação sendo praticamente impercetível ao olhar.

No projeto inicial estava previsto uma zona para parque infantil [B], no espaço central do bairro, mas foi construído junto à zona viária [C] sem qualquer proteção onde atualmente só resta o pavimento degradado. Também estava previsto uma zona dedicada a equipamento coletivo no local onde atualmente se encontra a horta comunitária Teixoso [D].



Figura 36. Esquema de identificação de usos (Autora, 2023)

Relativamente aos pavimentos, estes não apresentam grande cuidado no que diz respeito aos limites do bairro, pois vários dos percursos são de pé posto sem qualquer revestimento, existindo somente dois tipos de pavimento, pavês de cor cinza para zonas pedonais em torno dos edifícios e betuminoso para zonas de circulação automóvel. A utilização excessiva do betuminoso leva a que o conforto do espaço público decresça significativamente. Entre as diversas visitas realizadas ao local foram adicionados elementos de abrandamento na via automóvel na zona central do bairro.

Outra debilidade notada é a distância reduzida do estacionamento aos edifícios ou a devida separação entre peões e veículos, pois de forma geral é priorizado o automóvel ao invés da comunidade. Para além que a área destinada a estacionamento é uma grande parcela, sobrepondo-se a qualquer interação pedonal. Um espaço que em projeto foi pensado para estacionamento foi apropriado para uma zona desportiva, que pouco é utilizada pois não apresenta os elementos necessários para o efeito.

A entrada para os edifícios acaba por ser identificada somente na proximidade a estes através do recuo na fachada, no qual o acesso é realizado por escada ou rampa. Os moradores ocupam essa mesma área com elementos de vegetação.

Outra iniciativa levada a cabo foi a horta comunitária, um espaço utilizado pela comunidade do bairro para cultivo próprio que se situa a uma cota inferior sendo o acesso a esta complexo por parte de pessoas com pouca mobilidade. Existe também outro acesso que conecta a horta com a cota do eixo TCT, uma zona elevada do bairro que possui um chamado miradouro, um espaço de contemplação da envolvente composto por elementos de estar desarticulados, no qual a comunidade não usufrui provavelmente devido à sua localização.

Através da candidatura submetida ao Programa Bairros Saudáveis foi possível realizar uma atividade em parceria com o atelier Formas Efémeras e o artista Filipe Savian em colaboração com a comunidade, onde resultou a pintura do acesso vertical oeste. A iniciativa intitulada “*Que lata!*” propôs uma nova abordagem para o acesso vertical. Como referido no tópico anterior, a requalificação da Garagem 33 como espaço comunitário, a nível de espaço público não adiciona qualquer premissa pois admite as mesmas semelhanças às restantes garagens. Já a construção do forno a lenha para confeção de pão e uma cultura de ervas aromáticas dotou o espaço de uma área sombreada para a elaboração de tais tarefas.



Figura 37. Elementos presentes ao longo do percurso (Autora, 2023)

Devido à topografia acidentada da implantação do bairro, este é envolto em três frentes por muros de suporte que geram impasses e limites, bloqueando a fluidez do espaço público e também formando espaços degradados e poluídos.

A questão da apropriação do espaço público de forma desorganizada é notória ao longo do bairro, pois existe diversos pertences sobretudo junto às fachadas nas zonas pedonais e devido à ausência de espaços de sentar qualificados, a comunidade acaba por apropriar-se das escadas de acesso aos edifícios para as suas vivências. No decorrer de algumas ações dinamizadas pela Associação Beira Serra foi construído uma zona de churrasqueira e posteriormente por parte da comunidade do bairro, uma zona de mesas para utilização exterior por parte dos moradores, mas que infelizmente por falta de materiais adequados e planeamento das medidas ergonómicas, gerou um espaço mais uma vez desqualificado de uso.

No decorrer do percurso foram assinalados diversos pormenores, de referir a fixação dos estendais da roupa ao guarda-corpo, pois as varandas não têm dimensões suficientes para a inserção de objetos do uso doméstico. Igualmente os elementos com vegetação são colocados sobre as varandas muitas vezes ocupando toda a área da mesma. A comunidade mais jovem do bairro brinca maioritariamente sobre os muros de suporte e ‘estaciona’ as bicicletas nos acessos verticais do bairro.

Completando, no decorrer do percurso constatou-se diversas particularidades que suscitaram questionamentos, especialmente ao nível do espaço público e como este poderia funcionar, ou seja, como dotar o espaço de identidade e gerar vivências entre a comunidade do bairro e respetiva envolvente social e urbana. As fachadas e a relação que estabelecem entre o espaço público-privado apresentam fragilidades intrínsecas ao uso e à arquitetura das mesmas. A palavra limite surgiu em diversos momentos e é premissa para a construção do ‘não espaço público’ atual do bairro, no qual a estereotomia adotada no projeto de construção da urbanização das Nogueiras fomenta um afastamento considerável com elementos que parecem fundamentais incorporar com o bairro, como a ribeira da Atalaia.

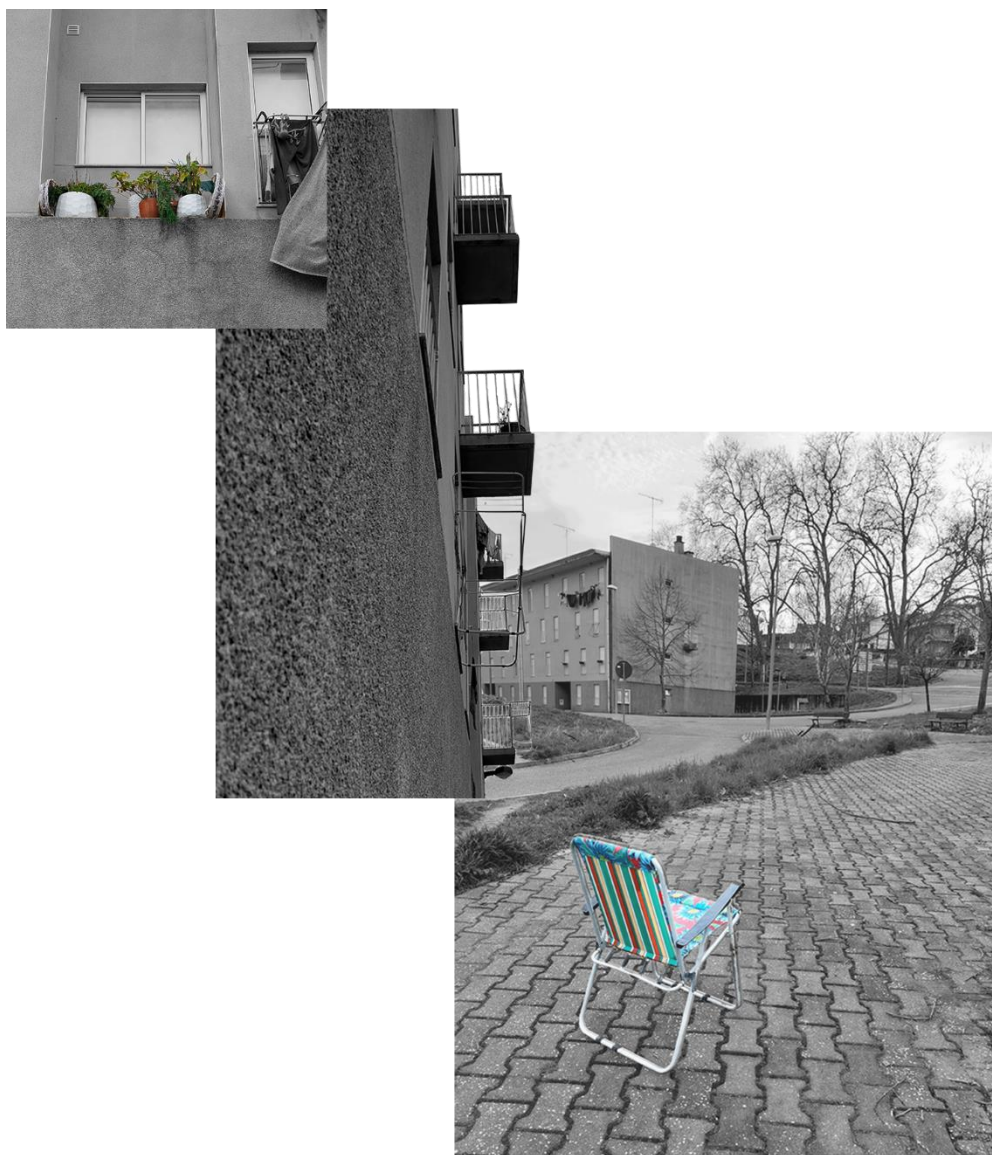


Figura 38. Manifestação de particularidades (Autora, 2023)

04. Proposta de projeto para o bairro

O seguinte capítulo apresenta a narrativa adotada na realização do projeto para o Bairro das Nogueiras, no qual pretende expor de forma sucinta a revitalização realizada no espaço público e nas fachadas nascente e poente do bairro. As fragilidades e particularidades identificadas no capítulo anterior potencializam a criação de novas abordagens sobre o espaço público. É importante referir que as análises dos casos de estudo influenciaram várias imagéticas e despertaram ideias, que posteriormente estão descritas na construção dos diversos momentos de projeto.

04.1. Construção do conceito

“Sempre consideramos o existente como uma oportunidade” “Todos os lugares estão abertos à criação e à imaginação” (Lacaton & Vassal, 2021).

A narrativa inicia-se através de imagéticas, estas sugerem possíveis ideias a utilizar na intervenção no bairro, nomeadamente para a artéria central e para o limite junto à ribeira. Para a realização das imagéticas recorre-se a memórias e questões que surgiram ao percorrer o bairro.

A primeira imagética (Fig. 39) através de comparação apresenta a subtração e adição de possíveis elementos na artéria central das Nogueiras. Um espaço de grande importância, pois este recebe e distribui os habitantes para os diferentes acessos aos edifícios. A artéria central foi uma questão incessante, que teria de ser repensada, devido à visível ocupação e sobreposição do automóvel à natureza humana.

A segunda imagética (Fig. 40) explora o limite do espaço construído e a ‘não relação’ que este estabelece com a ribeira. A desconexão total presenciada durante as visitas, entre o bairro e a ribeira, tornou-se uma inquietude de projeto. Esta imagética pretende transmitir as ideias que surgiram ao vivenciar este espaço. O limite vertical, ou seja, a fachada que confronta com a ribeira seria interpretado como um ‘pano de cenário’ para possíveis acontecimentos no plano horizontal. Estes seriam desencadeados através da criação de estruturas que possibilitassem o usufruo do espaço, enquanto espaço comum e conseqüentemente promover um diálogo arquitetónico e social através do espaço público.



Figura 39. Imagética I - Artéria central do bairro (Autora, 2023)



Figura 40. Imagética II - Limite entre o bairro e a ribeira (Autora, 2023)

04.2. Do conceito ao espaço

A proposta de intervenção no espaço público das Nogueiras procura resolver os desafios e dicotomias com a envolvente, ‘metamorfosar’ os limites de forma a promover um diálogo entre a arquitetura e a sociedade pois, os limites que o bairro estabelece com a envolvente estão intrínsecos no desenho urbano adotado na fase construtiva. Após um pensamento crítico e imaginário surge a necessidade de ‘formalizar’ as ideias de projeto. Por questões de metodologia dividimos a proposta de projeto em três áreas estruturantes permitindo assim explicar as frentes da intervenção. A zona central do bairro agregando a circulação viária e pedonal, a fachada voltada a Este e o limite entre o espaço construído e a ribeira, incluindo o novo estacionamento, como é possível observar no esquema seguinte (Fig. 41)

Para o espaço central do bairro, é proposta uma ‘descolonização’ dos carros, repensando a bolsa massiva de estacionamento. Este sofre uma reinterpretação ao nível do desenho, começando pela sua orientação e uma significativa diminuição no número de estacionamentos. Esta ação potencializa a utilização das garagens por parte dos habitantes. Os elementos arbóreos atuam como uma sequência que marca as entradas aos diferentes edifícios e esculpem zonas de respiro e sombra apoiadas através da inserção de bancos para usufruto dos habitantes. É interrompida a bolsa de estacionamento junto ao edifício central, de forma a criar uma amplitude de ligação entre os vários percursos, o que acaba produzindo uma ‘praça’ convergente de todo o espaço entre os edifícios. Configura um espaço com total acessibilidade, uma nova área de encontro e de integração social. Também neste espaço central encontra-se o forno comunitário, no qual a proposta pretende dialogar, através da inserção de um novo pavimento. Este pretende integrar o forno e consequentemente a artéria central com o limite da ribeira, propondo uma conexão fortemente visual com a proposta que ocorre no nível inferior junto às garagens.

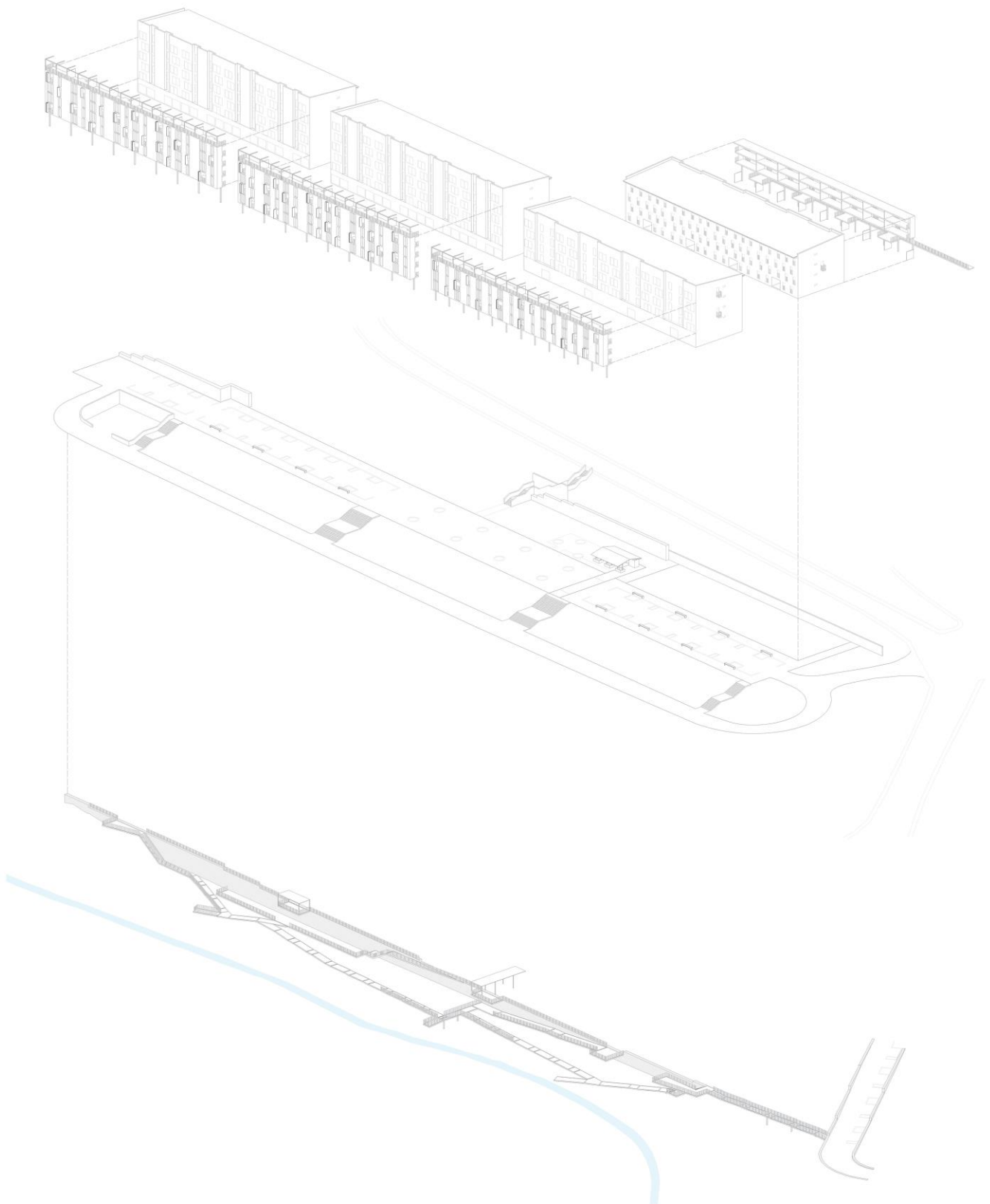


Figura 41. Axonometria dos três momentos da proposta para o bairro das Nogueiras (Autora, 2024)

A intervenção proposta para o bairro das Nogueiras pretende potencializar a preexistência através da revitalização do espaço público. Para tal as materialidades adotadas pretendem dialogar com as orientações de projeto sendo sugerida uma nova pavimentação, que promova o 'estar'. A substituição do pavimento preexistente por cubo de granito, de forma a criar um sistema de circulação homogéneo, diferenciando os locais de estacionamento com uma guia com tonalidade mais clara que o restante pavimento. A escolha deste material fundamenta-se pela fácil manutenção e resistência ao desgaste. A proposta da cor branca para as fachadas do bairro, atribui uma leveza e forte diálogo com os materiais envolventes, particularmente com os elementos arbóreos.

A análise do bairro do Lagarteiro foi especialmente importante no desenvolvimento neste momento de projeto, a nível da escolha dos materiais e no redesenho do espaço público, nomeadamente na relação entre edificado, estacionamentos e elementos arbóreos.

É importante referir que os fluxos viários e pedonais são mantidos no interior do bairro, através de vias mistas adotadas no espaço central, junto às garagens e na nova bolsa de estacionamento, somente o acesso à ribeira é realizado mediante percursos pedonais.



Figura 42. Atmosfera do espaço central do bairro (Autora, 2024)

A fachada que confronta com a ribeira torna-se um plano vertical de extrema importância, para o diálogo tanto com o espaço público, como para a aproximação da ribeira com o bairro. O caso de estudo de *Lacaton & Vassal* caminhou em simultâneo com o pensamento de projeto e auxiliou particularmente neste momento, através das suas premissas de intervenção mencionadas no capítulo dos casos de estudo. Tal como acontece na intervenção em Bordéus pretende-se através da fachada preexistente desenvolver uma ‘prótese’, que promova um diálogo direto com o espaço exterior, mas também que amplie o espaço privado, aumentando a qualidade de ambos. Uma proposta ‘leve’ que expande o espaço interior público dos apartamentos, sala e cozinha ao longo dos quatro edifícios.

Os vãos preexistentes são ampliados, gera-se uma nova fachada e produz-se uma ‘pele’ de fechamento. A ‘pele’ é entendida como um filtro que gera metamorfoses no espaço através das suas aberturas em fole, e que permite a constante mudança por partes dos moradores (Fig.43). Pretende ser uma estrutura com adaptabilidade a outros momentos do bairro agindo como um ‘*modus operandi*’. De acordo com este pensamento é possível identificar como esta se agrega ao espaço preexistente. A ‘pele’ opera como um ‘cenário’ para o que acontece no plano horizontal, atuando como um ‘pano de fundo’ mutável e intermitente.

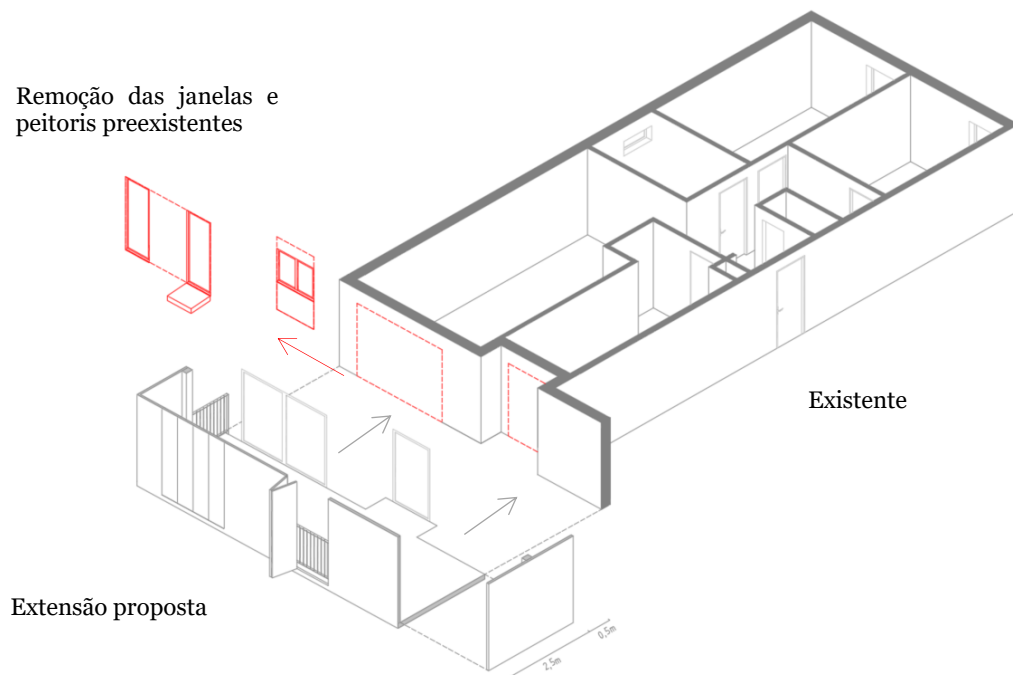


Figura 43. Axonometria explicativa do funcionamento da fachada (Autora, 2024)



Figura 44. Esquema de identificação dos edifícios (Autora, 2024)

Esta estrutura expande-se desde o piso 0 ao piso 3 nos edifícios A e B, no edifício C até ao piso 2. O piso de garagens é permeável, somente a estrutura de sustentação da ‘prótese’ marca um pórtico coberto ao longo da fachada Este. Os topos dos edifícios sofrem uma quebra da ‘pele’ possibilitando uma visão ampla da envolvente e transmitindo através do coroamento, uma monumentalidade ao espaço. Para a divisão entre apartamentos é proposta a colocação de um painel idêntico à ‘pele’, uma estrutura leve que dialogue com o restante ambiente. Nos topos a altura das separações entre habitações difere, permitindo assim uma maior permeabilidade.

Já no edifício D (Fig.45) ocorre ligeiras diferenças, no piso 0 o corredor formado entre o edifício e o muro de contenção da via é diminuto optando-se assim por oprimir essa passagem, tornando-a privada para os apartamentos. No piso 1 existe a possibilidade de ligação direta aos apartamentos através de um novo percurso. Os restantes pisos são ampliados e rematados com a introdução da ‘pele’. A materialidade sugerida para a ‘pele’ é o policarbonato e os vãos preexistentes sofrem ampliações para uma maior permeabilidade interior-exterior mutuamente.



Figura 45. Fachada poente intervencionada – edifício D (Autora, 2024)



Figura 46. Atmosfera do conjunto das fachadas (Autora, 2024)

O limite entre o espaço construído e a ribeira definido através de um muro de gabião é repensado, de forma a ‘abraçar’ e trazer a ribeira como componente integrante do bairro. Neste momento de projeto, o caso de estudo *Corviale* foi de extrema importância, pois na proposta de *Laura Peretti* a criação de diferentes estruturas possibilita o desenvolvimento de diversos fluxos que paralelamente articulam todo o conjunto edificado com o espaço público. É um caso de estudo que demonstra um nível de experimentação distinto dos restantes analisados, as imagens transmitidas dos espaços geram imagéticas e possíveis diálogos do espaço público. É algo que se pretende obter neste momento da intervenção, ou seja, possibilitar a articulação da ribeira com o conjunto edificado através do espaço público e ‘desbloquear’ os limites atualmente impostos.

Através das oscilações altimétricas do muro de gabião, cria-se estruturas que atuam como ‘pátios’ do piso das garagens e desenvolvem vários pontos de vista sob a proposta arquitetónica e perante a envolvente natural. As estruturas diante dos acessos preexistentes à cota das garagens, apresentam coberturas em policarbonato, onde propõem um diálogo com a ‘pele’, com o espaço público criado e induzem a conexão visual desde o espaço central até à ribeira. As plataformas geradas possibilitam a criação de um ‘jogo’ de sombras que produz uma mutabilidade ao espaço público. As guardas acompanham o desenho das plataformas e o limite do muro de gabião.

A aproximação à ribeira é feita através das plataformas, que possibilitam através de novos percursos o acesso à linha de água. Consequentemente esses percursos podem-se expandir para a envolvente e criar possibilidades de conexão. Os passadiços próximos à ribeira permitem uma ligação entre os diferentes patamares e sugerem pontos de vista para a envolvente, possibilitando uma articulação entre esta e a proposta. Para o desenho dos passadiços desenvolvem-se diferentes testes em maquete, de forma a experimentar diferentes orientações e gerar o máximo de perspetivas perante a envolvente (Fig. 47-49).

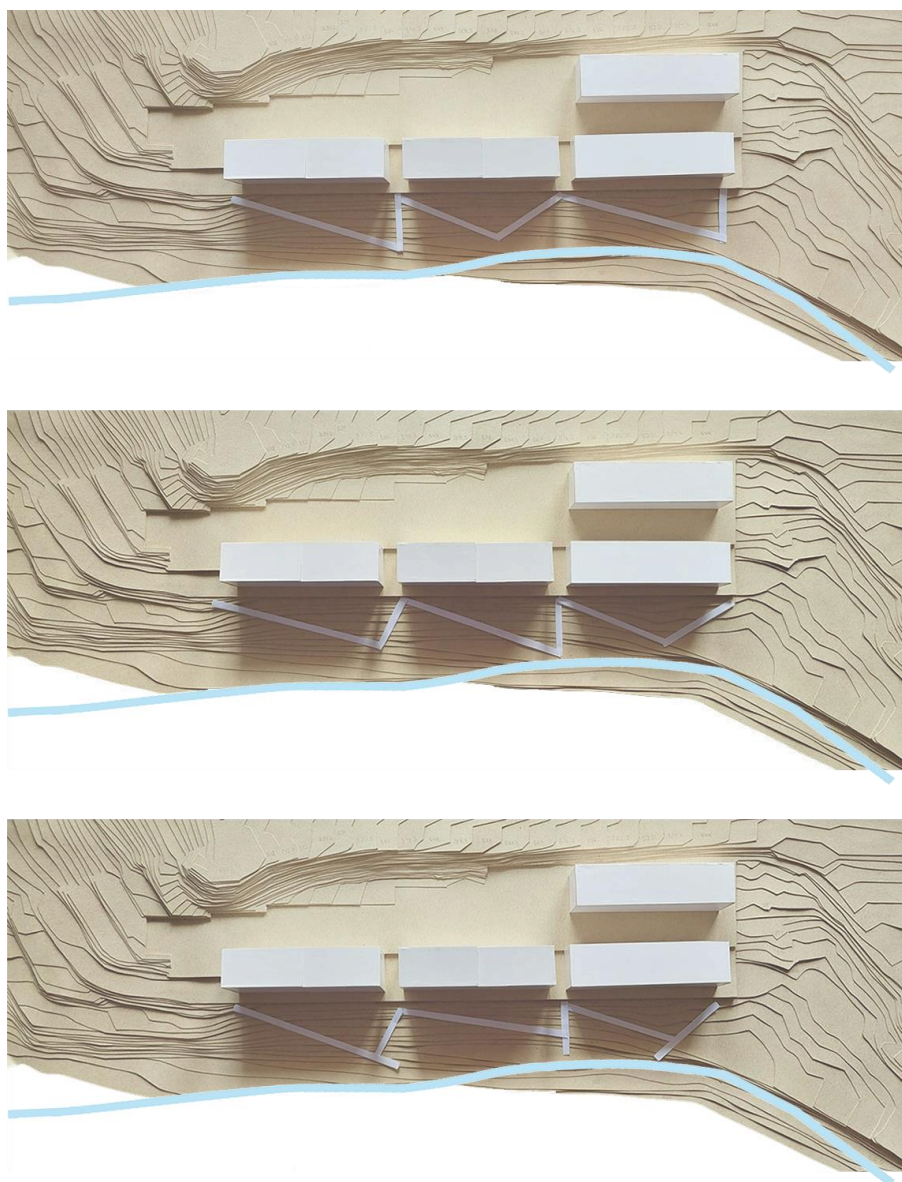


Figura 47-49. Experimentação em maquete da relação dos passadiços com a ribeira (Autora, 2024)

As estruturas colocadas, podendo ser identificadas como ‘próteses’ teriam de ter um sentido de leveza, para esse efeito propõe-se a possibilidade da estrutura metálica, tanto na sustentação das novas fachadas, como nos passadiços. A estrutura leve possibilita uma transparência visual mais evidente, assim a aproximação à ribeira faz-se através de passadiços em gradil, no qual induzem o habitante a percorrer um caminho delimitado ou andar livremente junto à ribeira, não querendo gerar condicionantes. A materialidade proposta é testada através de imagens, de forma a compreender a relação que o material impõe na envolvente, como é possível ver nas seguintes imagens.



Figura 50-51. Estudo de imagem relativa à materialidade (Autora, 2024)

O muro de gabião preexistente é mantido, e é proposta a colocação de um muro de suporte com características materiais idênticas que permitem controlar e estabilizar a zona do novo estacionamento. As guardas propostas na intervenção são em alumínio e pretendem assemelhar-se às utilizadas atualmente no bairro das Nogueiras.



Figura 52. Atmosfera da ligação entre o espaço público e a ribeira (Autora, 2024)

04.3. A intermitência dos usos

“A par das transformações políticas, socioeconómicas e tecnológicas que emergiram no novo milénio, as cidades têm assistido a mudanças significativas. Valores de transitoriedade e de partilha surgem em diferentes dimensões da vida pública, impulsionando transformações urbanas e provocando disrupções nas relações convencionais entre espaço, tempo e uso” (Allegrí & Ochoa, 2021).

No decorrer da construção da possível composição programática para o novo espaço público das Nogueiras, constatou-se que dada a adaptabilidade das plataformas, estas podiam servir diversos usos, questionando o paradigma tradicional de que o espaço tem de ter um programa ou função imutável, inalterável. Surge assim, um tema inerente nas cidades atuais, as práticas intermitentes ou usos temporários, fundamentado na constante reativação do espaço público através de imaginários distintos, logo proporciona uma dinâmica de momentos efémeros. Dotar o espaço de ferramentas para proporcionar lugares com identidade e vínculo funcional com a cidade⁶, foi um dos objetivos fundamentais da proposta para o bairro e conseqüentemente a reativação urbana.

O uso intermitente do espaço público é realizado através da comunidade, do bairro, de Teixoso, a sociedade em geral que enfatiza um papel fundamental na formação do espaço. Quem habita o espaço temporariamente também promove transformações que impulsionam metamorfoses com quem permanece no bairro. Os habitantes, grupos de indivíduos ou entidades coletivas, como por exemplo a Associação Beira Serra, com elevado impacto no território terão a oportunidade através das estruturas adotadas no espaço construir progressivamente o “software” essencial para produzir uma cultura urbana atualmente inexistente (Faraone & Sarti, 2008).

Nas plataformas junto à ribeira, no estacionamento e na artéria central do bairro seria possível implementar formas de habitar e vivenciar o espaço, através de eventos espontâneos ou informais como exemplo, mercados, concertos, exposições, lugares de estacionamento reinterpretados, bem como todo um conjunto de atividades que acreditem a intermitência dos usos e a atratividade dos espaços.

⁶Rossana Galdini no artigo “*Temporary uses in contemporary spaces. A European project in Rome*” aborda a temática dos usos temporários e a sua importância na regeneração urbana.

As seguintes imagens demonstram exemplos de eventos dinamizadores do espaço em lugares distintos. O primeiro conjunto de imagens refere-se ao evento comemorativo do quinto aniversário do MAAT desenhado pelo atelier Furo, realizado em 2021, no qual foi concretizado um mercado, curado pela Comida Independente, uma associação fortemente conectada com produtores locais emergentes. O segundo conjunto de imagens remete a 2020, no qual uma instalação temporária desenvolvida sob o conceito de agricultura urbana é instalada numa praça em Helsínquia. O desenho realizado pelo ROOH Studio pretende uma composição modular com espaços de estar em harmonia com cultivo de plantas. O terceiro conjunto de imagens refere-se a um evento *pop-up* em 2018 no Vietnã, produzido através do LJ-Group foi concebido como uma experiência de envolvimento social com o espaço público. Através de três elementos, uma fita vermelha delimitadora de espaço, cadeiras de plástico e redes de descanso o espaço público passou a ser habitado. Os exemplos apresentados são possíveis imagéticas dentro de um vasto conjunto para o espaço público das Nogueiras.

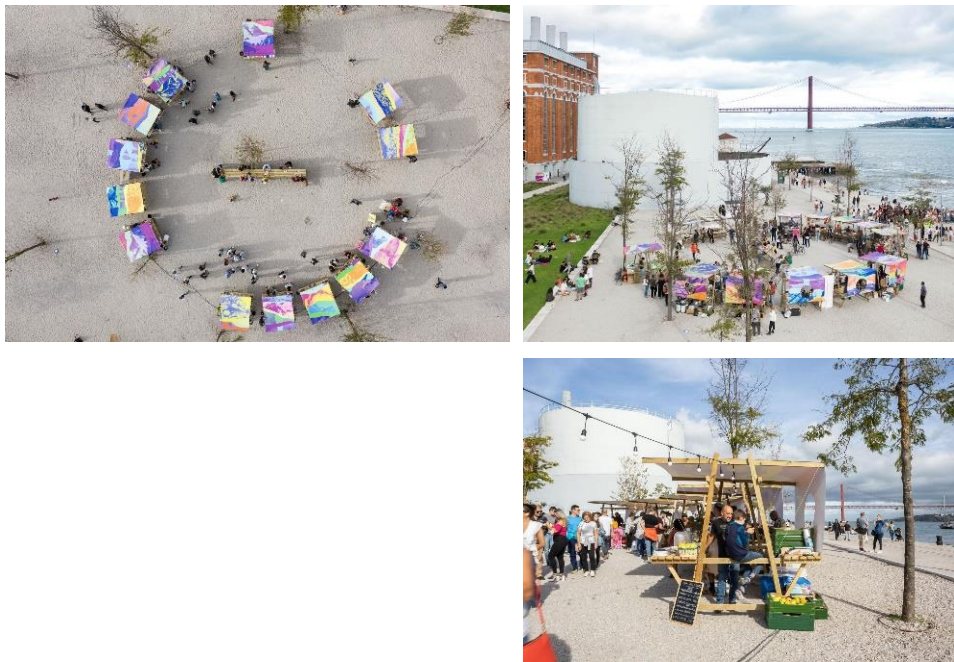


Figura 53-55. Mercado temporário MAAT, Lisboa (Archdaily, 2022)



Figura 56-58. Horta Kasvattamo, Finlândia (Archdaily, 2021)



Figura 59-61. People's Alley, Vietnam (LJ-Group, 2018)

Segundo Ochoa e Allegri (2021), a expressão do temporário na cidade pode gerar grande impacto, pois favorece a criação de novas tipologias nos espaços dotando-os de significado, valor e dinâmica da vida pública. Assim, uma abordagem mais experimental, onde a origem é as necessidades das pessoas formula um laboratório de cidade, que pode “acolher projetos urbanos “adaptativos”, ou seja, transformações que mudam progressivamente à medida que o experimento avança e nos quais nos concentramos nas reações obtidas a cada solicitação.”

De forma, a intervenção realizada no Bairro das Nogueiras não só possibilita um abordar o espaço como um sistema aberto, com uma malha maleável, mas também proporciona a criação de identidade e leveza num lugar atualmente despromovido de relações arquitetônicas e como consequência sociais.



Figura 62. Uso intermitente dos espaços do bairro I (Autora, 2024)



Figura 63. Uso intermitente dos espaços do bairro II (Autora, 2024)



Figura 64. Uso intermitente dos espaços do bairro III (Autora, 2024)



Figura 65. Uso intermitente dos espaços do bairro IV (Autora, 2024)

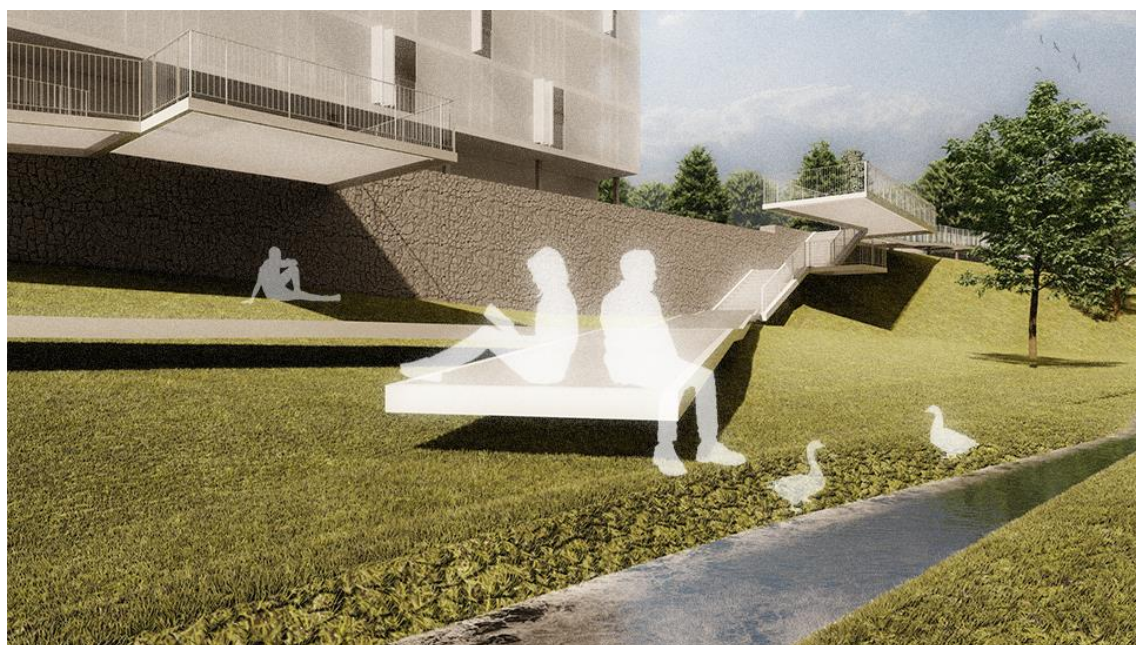


Figura 66. Uso intermitente dos espaços do bairro V (Autora, 2024)



Figura 67. Uso intermitente dos espaços do bairro VI (Autora, 2024)

05. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade do espaço público transcende o seu caráter físico, este deve ser entendido como um palco de sociabilidades e acontecimentos urbanos, possibilitador da identidade coletiva e de inclusão. Para fomentar o diálogo entre a arquitetura e a comunidade, pretende-se a construção de cidades ‘vivas’. Como vimos, tal não acontece atualmente no complexo das Nogueiras. A habitação de interesse social carece de leituras intrínsecas à composição urbana.

Ao longo da investigação, procurou-se construir uma base de conhecimentos que possibilitassem o desenvolvimento crítico perante o complexo das Nogueiras. Por um lado, o estudo realizado inicialmente permitiu um aprofundamento com uma visão ampliada no entender da cidade e do espaço público, que depois mediante a análise dos casos de estudo fortemente relacionados com a questão da reabilitação do espaço público em habitação de interesse social gera um entendimento para explorar possíveis abordagens relativas ao objeto em estudo. Inicialmente etapas profundamente teóricas são interligadas posteriormente com propriedades experimentais.

A presente investigação desenvolveu uma possível narrativa entorno da revitalização do espaço público e da transformação morfológica da fachada nascente e poente do complexo das Nogueiras. Perante um tecido urbano desarticulado, periférico e desvalorizado, a arquitetura tornou-se peça chave para a reestruturação do espaço. Através da ‘massa existente’ em correta articulação com as ‘próteses’ propostas produz-se um conjunto acrescentado de valor plástico e funcional. Através da pele que conforma um cenário vertical e propõe a ampliação da relação do espaço privado-público, as plataformas que atuam como extensões para acontecimentos e os passadiços que permitem a correta articulação entre todos elementos.

As estruturas propostas integram assim um sistema aberto que pretende a conexão do sistema construído com a ribeira e com a respetiva envolvente. A reinterpretção do espaço entre edifícios valoriza a leitura uniforme do complexo, enaltecendo a importância de habitar também o espaço central do bairro.

A preocupação estratégica de proporcionar espaços para usufruto público desenrola-se em concomitância com práticas intermitentes, as quais se pretende que impulsionem metamorfoses e articulações constantes possibilitando um movimento sinérgico na utilização do espaço. O projeto foi idealizado para as pessoas interferirem, um gesto que temporalmente proporciona distintas imagens.

Esta investigação pretende ser um ponto de partida para possíveis discussões, novas abordagens ao espaço urbano e acima de tudo dignificar a periferia, a habitação de interesse social e o espaço comum enquanto espaço vivo, e significativo na composição urbana.

Referências bibliográficas

Ochoa, Rita; Delgado, João Paulo; Pinto, Flávia; Figliolino, Hannah; Ramires, Leonardo; Tereso, Ricardo; Müller, Sofia (2022). *Architectures of (inter)Action*. Em Veríssimo, Cristina; Burnay, Diogo (eds.), *Emerging voices on new architectural ecologies* (pp. 27-38). Porto: Circo de Ideias. <https://www.circodeideias.pt/produto/emerging-voices-on-new-architectural-ecologies/>

Alves, F. B. (2019). A dimensão social e simbólica da rua. <https://doi.org/10.34624/tpu.voi1.844>

Antunes, G. (2019). *Política de habitação social em Portugal: de 1974 à actualidade*. Lisboa: CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. <https://doi.org/10.4000/sociologico.4662>

Appleton, J. (2011). *Reabilitação de Edifícios Antigos - Patologias e Tecnologias de Intervenção* (2^oed.). Lisboa: Edições Orion.

Arquitectura Viva. (2018). Elogio del ahorro: 530 dwellings, Bordeaux (France) - Lacaton & Vassal/F.Druot/C.Hutin. *Arquitectura Viva* - n^o202. http://www3.arquiteturaviva.com/Lacaton_Vassal_530_Dwellings_Bordeaux

Bairros Saudáveis. (2020). Programa Bairros Saudáveis. <https://www.bairrossaudaveis.gov.pt/o-programa/o-que-e/index.htm>

Bohigas, O. (2003). *Prólogo: En defensa de la urbanidad*. Em Borja, Jordi; Muxí, Zaida. (eds.), *El espacio público, ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Electa.

Borja, J., & Muxí, Z. (2003). *El espacio público, ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Electa.

Brandão, A., & Brandão, P. (2019). *O LUGAR DE TODOS - Interpretar o espaço público urbano*. IST-ID, Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento.

Brandão, P. (2022). *O chão da cidade. Guia de avaliação do design de espaço público*. Portugal: Centro Português de Design. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i19p250-254>

Brandão, P. (2008). *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva: Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público* (1^oed.). Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Calvino, I. (1990). *Seis propostas para o próximo milénio: lições americanas* (3^oed.); tradução Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras.

- Campos, A. P. (2013). *Habitação Social no Concelho da Covilhã. Inclusão ou Exclusão?* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior]. <http://hdl.handle.net/10400.6/2836>
- Coelho, A. B. (2005). *Urgência e complexidade da regeneração de bairros sociais e outros espaços urbanos degradados*. <http://infohabitar.blogspot.com/2005/11/urgncia-e-complexidade-da-regenerao-de.html>
- Coelho, A. B. (2009). *Entre casa e cidade, a humanização do habitar*. Porto: Dafne Editora.
- Coelho, A. B., & Pedro, J. B. (1998). *Do Bairro e da Vizinhança à Habitação: Tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil. <https://doi.org/10.13140/2.1.1172.2563>
- Domus Social. (2022). *Porto. Domus Social*. <https://domussocial.pt/empresa>
- Faraone, C., & Sarti, A. (2008). *Intermittent Cities. On Waiting Spaces and How to Inhabit Transforming Cities*. <https://doi.org/10.1002/ad.607>
- Gehl, J. (2021). *La humanización del espacio urbano: La vida social entre los edificios*. Barcelona: Editorial Reverté.
- Habitar Portugal. (2012). *Bairro do Lagarteiro*. <http://www.habitarportugal.org/pt/arquivo/?listtype=grid&edicao=12-14&local=norte-norte>
- IHRU. (2018). *Habitação Cem anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918-2018*. Lisboa.
- IHRU. (2019). *Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana*. https://www.ihru.pt/web/guest/-/bairro-lagarteiro?redirect=%2Fp-ihru_2012
- Koolhaas, R. (2014). *Acerca de la ciudad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Lacaton & Vassal. (2017). *Transformação de 530 fogos, edifícios G, H, I, bairro Grand Parc*. <https://www.lacatonvassal.com/index.php?idp=80>
- Lacaton, A., & Vassal, J.-P. (2021). *Lacaton & Vassal espacio libre, transformación, habiter*. Barcelona: Fundación ICO/Puente editores.
- Lefebvre, H. (2011). *O direito à cidade*. Centauro Editora.
- Lisboa, C. M. (2013). *Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa. Objectivos e Enquadramento, Volume 1*. <https://www.am-lisboa.pt/451600/1/008983,000513/index.htm>

Lisboa Trienal. d. (2022). *Trienal de Arquitectura 2022: Terra*.
<https://www.trienaldelisboa.com/programa/trienais/2022>

Lynch, K. (1960). *A Imagem da Cidade*. Edições 70.

Madanipour, A. (2019). *Espaço público: O espaço da co-presença*. Em Brandão, Ana; Brandão, Pedro (eds.), *O LUGAR DE TODOS - Interpretar o espaço público urbano*. IST-ID, Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento.

Oliveira, V. (2014-2015). *A dimensão física do planeamento II: Forma urbana*.

Pavel, F. (2010). *Corviale: monstro de cimento ou lugar extraordinário?*. Article presented in International Federation for Housing and Planning. World Congress (54: 2010: Porto Alegre, RS) Building Communities for the cities of the future.

Pedrotti, L. (2019). Gounod, Haendel and Ingres refurbishment, Anne Lacaton & Jean-Philippe Vassal, Bordeaux . *Arketipo n°119*.

Peretti, Laura. (2015). *Regeneration of Corviale*.
<https://www.lauraperettiarchitects.com/project/rigenerare-corviale/>

Pinto, F., Figliolino, H., & Silva, S. (2022). A Cidade antítese. Em M. Santiago, M. Neto, & O. Azevedo, *Cidade Criativa*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Pinto, P. T. (2009). *Memória Descritiva. Bairro do Lagarteiro*. Lisboa.

Ribeiro, L. C. (2003). Segregação Residencial e Políticas Públicas. *Análise do Espaço Social da Cidade na Gestão do Território*. <http://hdl.handle.net/10071/3406>

Riso, V. (2017). Rehousing na Europa: A cidade contemporânea e a sua emergente herança de alojamento do pós-guerra. *O caso do complexo residencial Corviale em Roma*. <https://hdl.handle.net/1822/56908>

Sá, T. (2006). *Lugares e Não-lugares em Marc Augé*. Lisboa.

Saudáveis, B. (2020). *Programa Bairros Saudáveis*. Obtido de Bairros Saudáveis:
<https://www.bairrossaudaveis.gov.pt/o-programa/o-que-e/index.htm>

Serra, Associação Beira. (2021). *Ficha de Candidatura N°737*.

Serra, Associação Beira (2023). Obtido de Beira Serra Associação de Desenvolvimento:
<https://www.beiraserra.pt/quem-somos>

Stavrides, S. (2021). *Espaço comum - A cidade como obra colectiva*. Lisboa: Orfeu Negro.

Valente-Pereira, L. (1990). Planeamento da Reabilitação Urbana. *Conceitos gerais e metodologia, 1*.

Vital Neighborhoods . (2017). *Lessons from international housing renewal*:GHI Le Grand Parc. <https://www.lacatonvassal.com/publications.php?idpu=292>

Vultur, I. Z. (2019). The architecture of pleasure. *Zeppelin n°148*. <https://www.lacatonvassal.com/publications.php?fka=141>

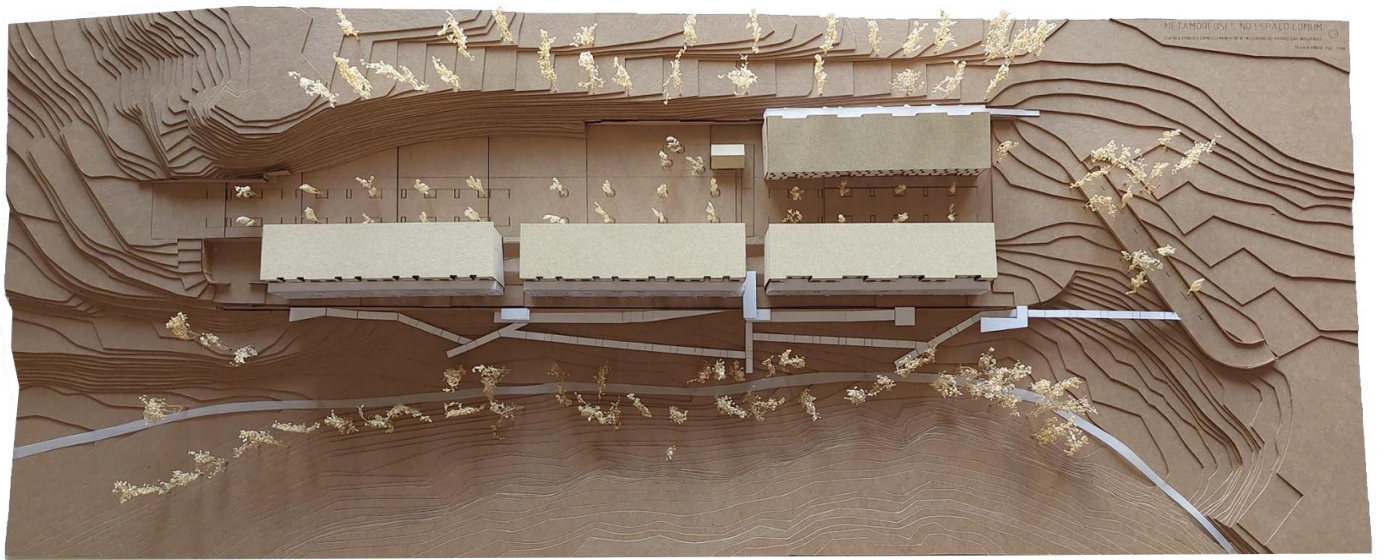
Apêndices

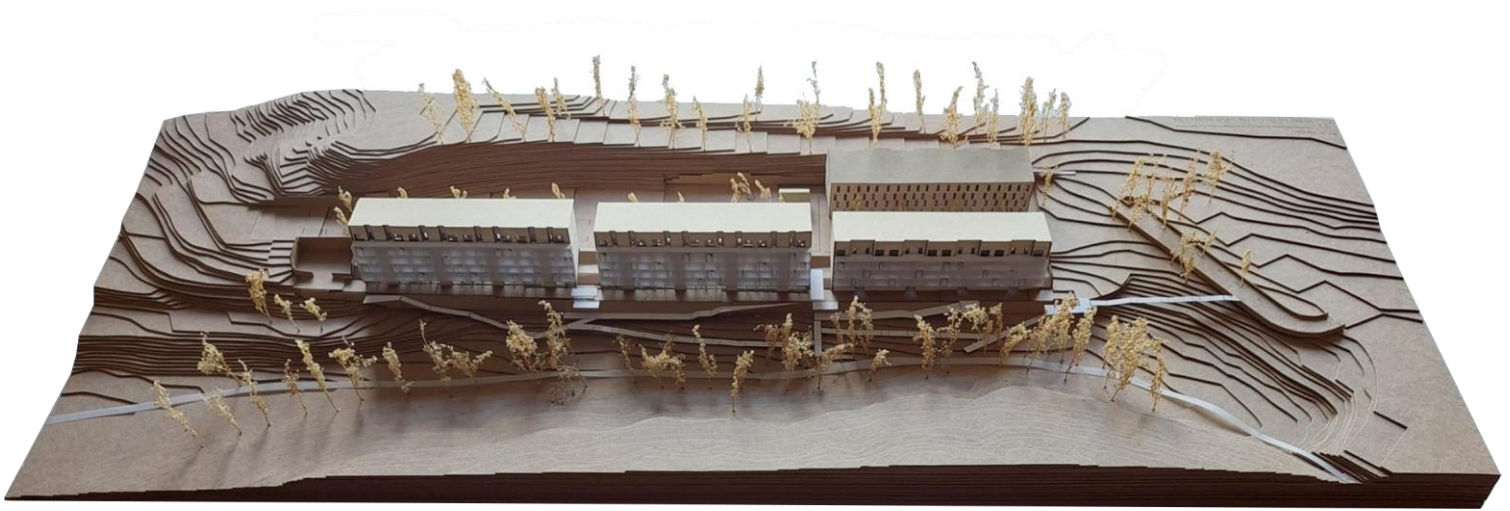
Imagens da maquete da proposta para o bairro das Nogueiras

Imagens dos ambientes da proposta para o bairro das Nogueiras

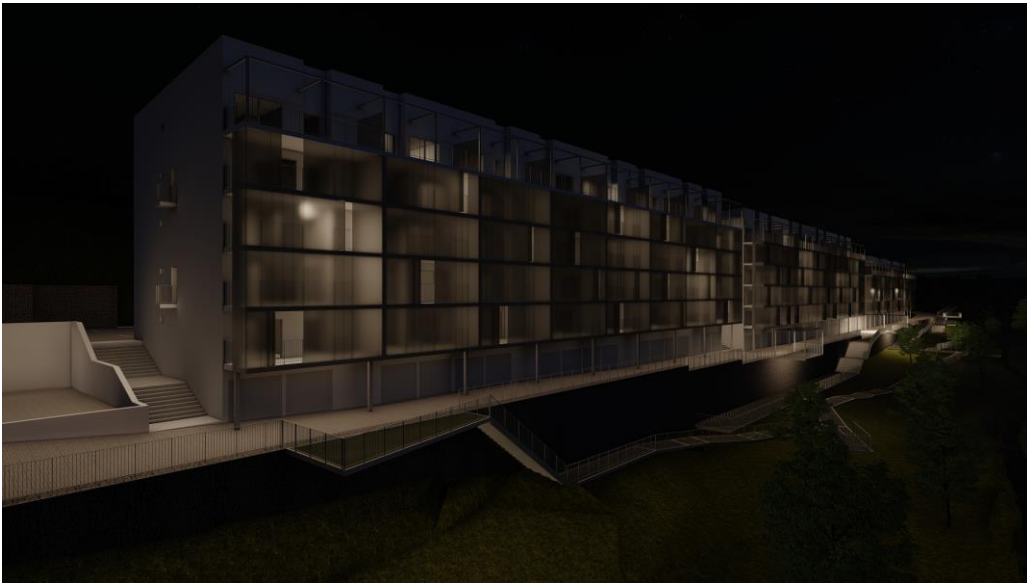
Levantamento do bairro das Nogueiras – Painéis 1 a 8

Painéis de apresentação da proposta – Painéis 0 a 5



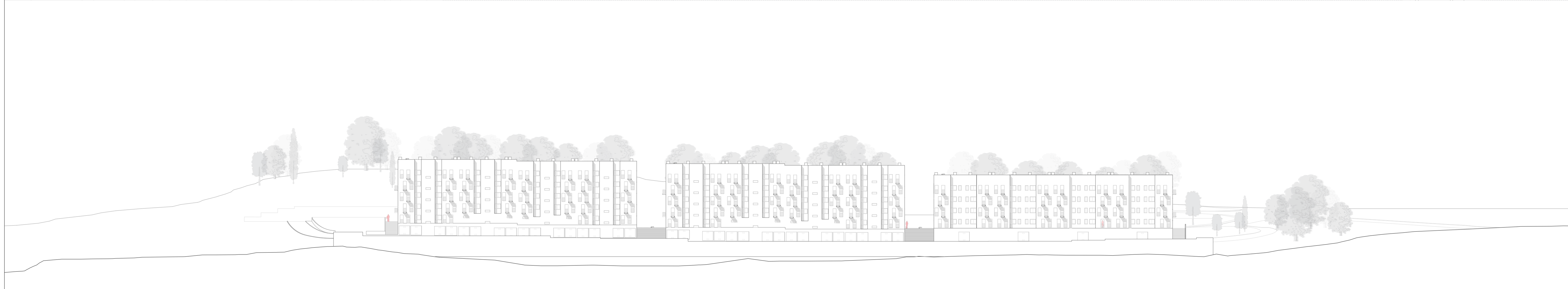
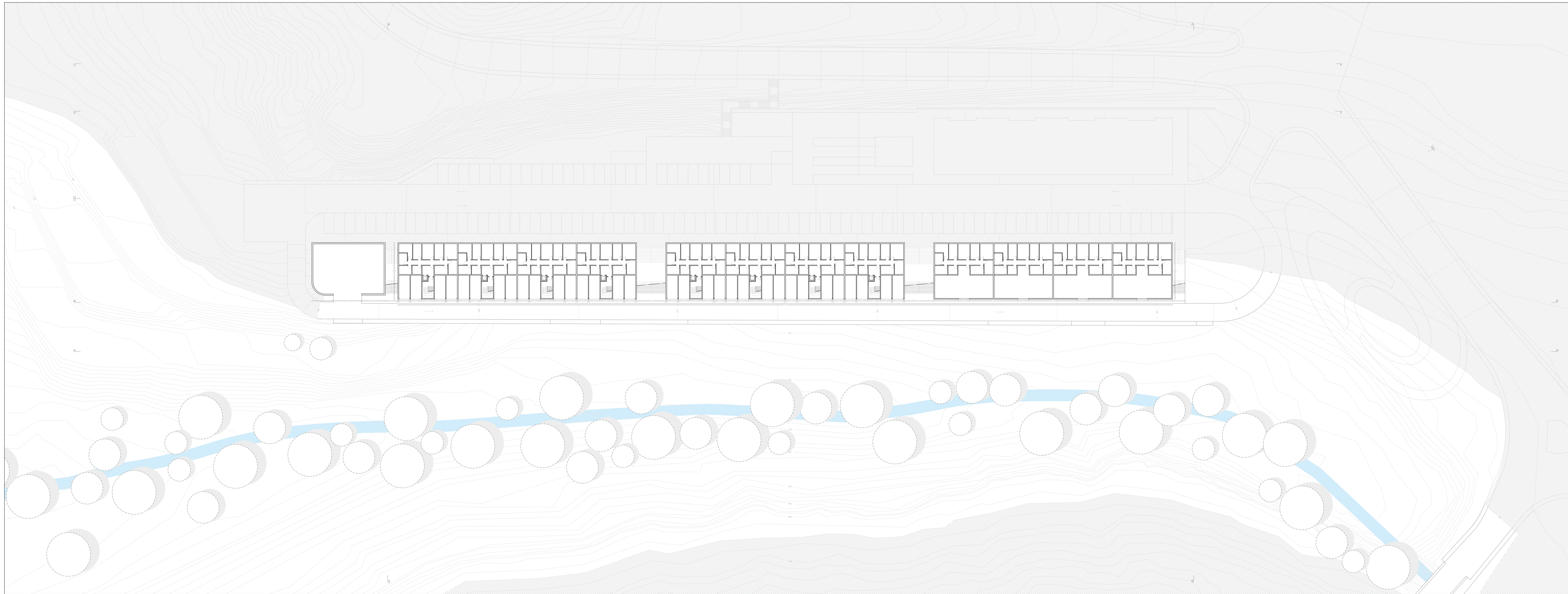




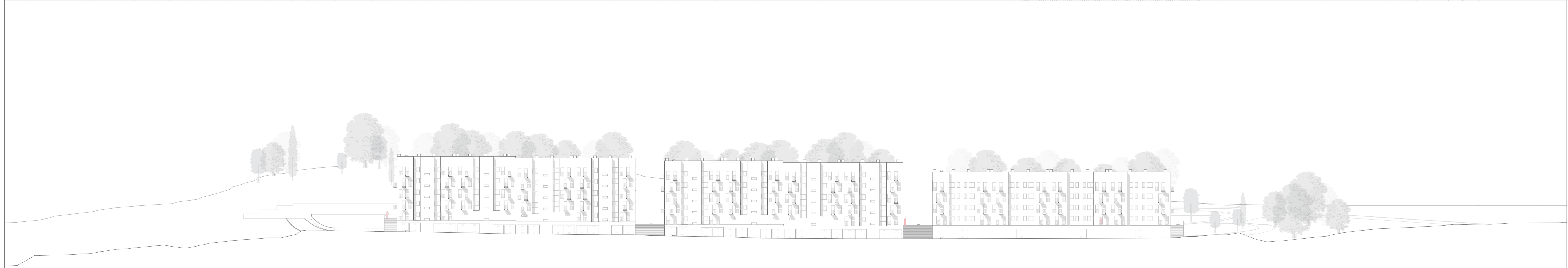
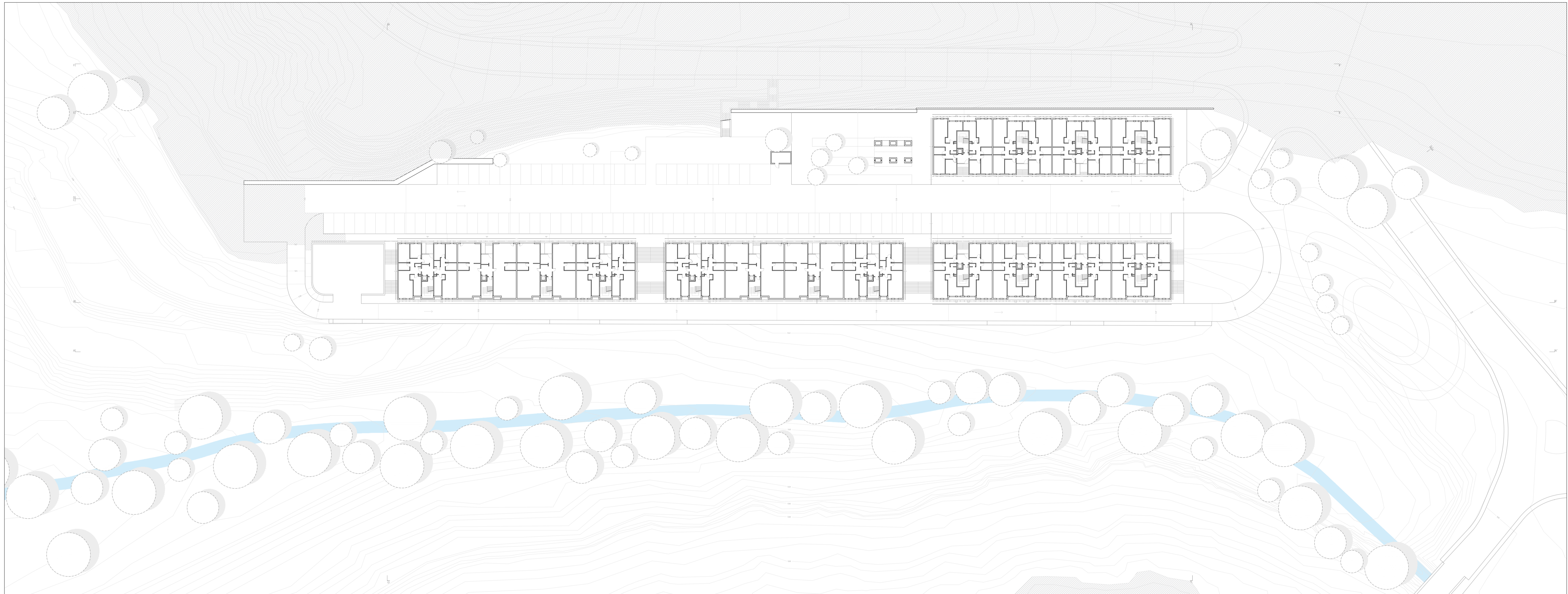




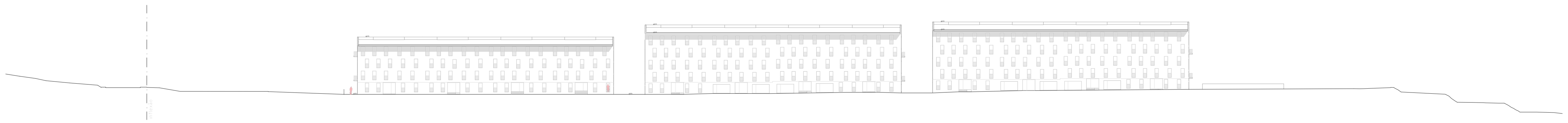
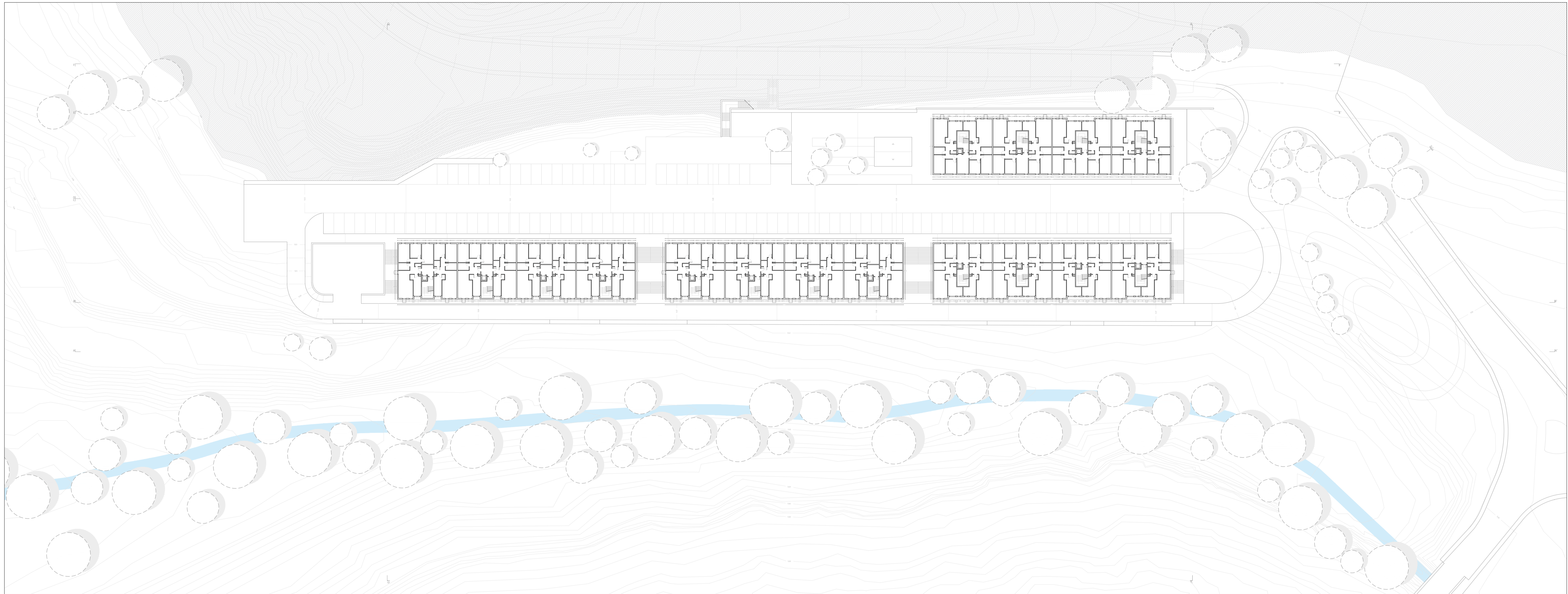
TÍTULO	
METAMORFOSES NO ESPAÇO COMUM	
ESPAÇO PÚBLICO COMO ELEMENTO REVITALIZADOR DO BAIRRO DAS NOGUEIRAS	
DESENHO:	NOTAS:
LEVANTAMENTO DO BAIRRO DAS NOGUEIRAS	- DIMENSÕES EM METROS LINEARES
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO	- ÁREA DE INTERVENÇÃO - - -
FLÁVIA PINTO	ESC_1:2000
MARÇO 2014	FOLHA [1]



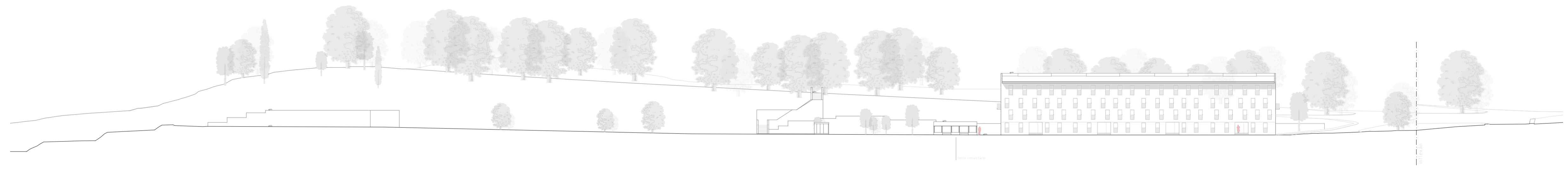
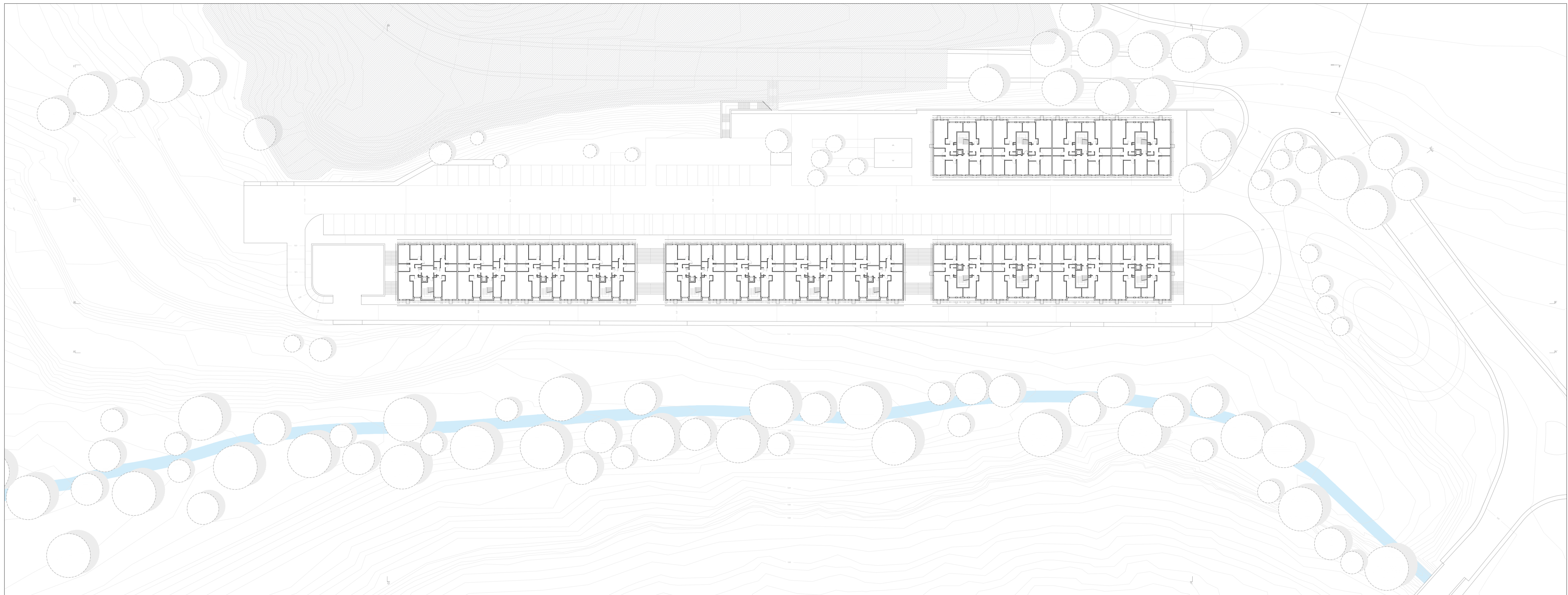
TÍTULO		METAMORFOSES NO ESPAÇO COMUM	
		ESPAÇO PÚBLICO COMO ELEMENTO REVITALIZADOR DO BAIRRO DAS NOGUEIRAS	
DESENHO:	LEVANTAMENTO DO BAIRRO DAS NOGUEIRAS	NOTAS	
	PLANTA PISO -1 (GARAGENS)	• DIMENSÕES EM METROS LINEARES	
	PERFIL AA'	• COTA DE SOLEIRA 0.00 x 5.19.00	
	ESC_1500		
FLÁVIA PINTO			FOLHA
MARÇO 2015			[2]



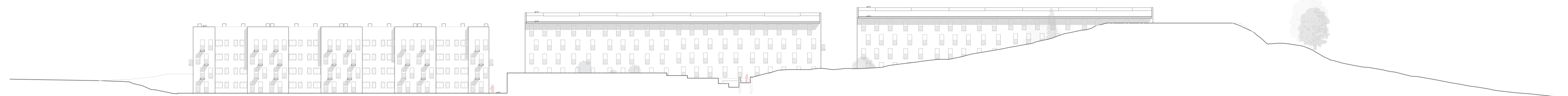
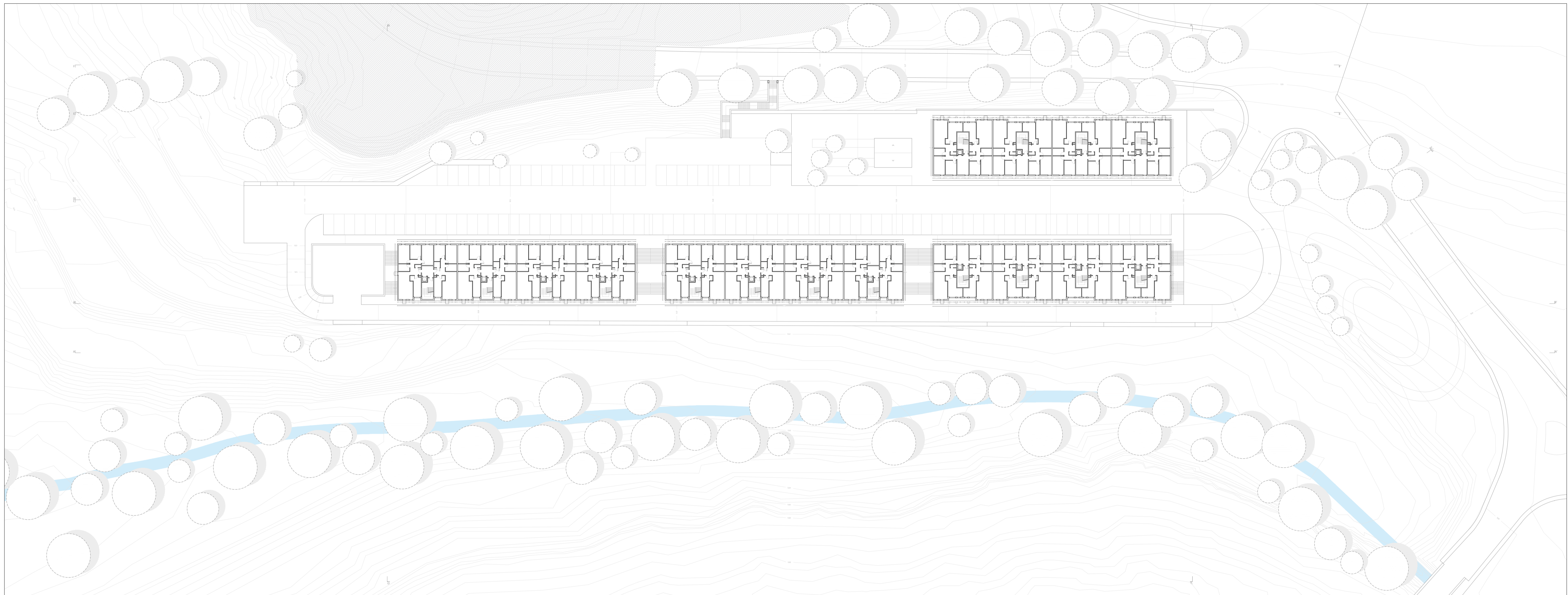
TÍTULO		METAMORFOSES NO ESPAÇO COMUM	
		ESPAÇO PÚBLICO COMO ELEMENTO REVITALIZADOR DO BAIRRO DAS NOGUEIRAS	
DESENHO:	LEVANTAMENTO DO BAIRRO DAS NOGUEIRAS	NOTAS	
	PLANTA PISO 0	• DIMENSÕES EM METROS LINEARES	
	PERFIL BB'	• COTA DE SOLEIRA 0,00 x 519,00	
	ESC_1500		
FLÁVIA PINTO			FOLHA
MARÇO 2011			[3]



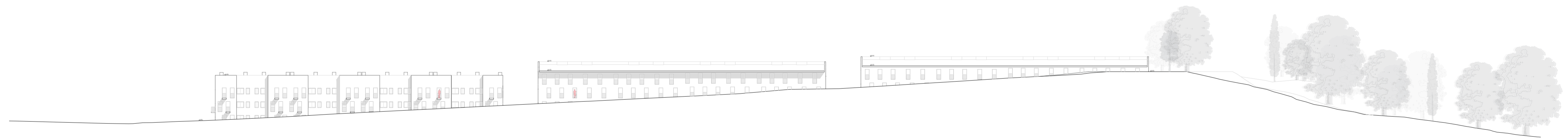
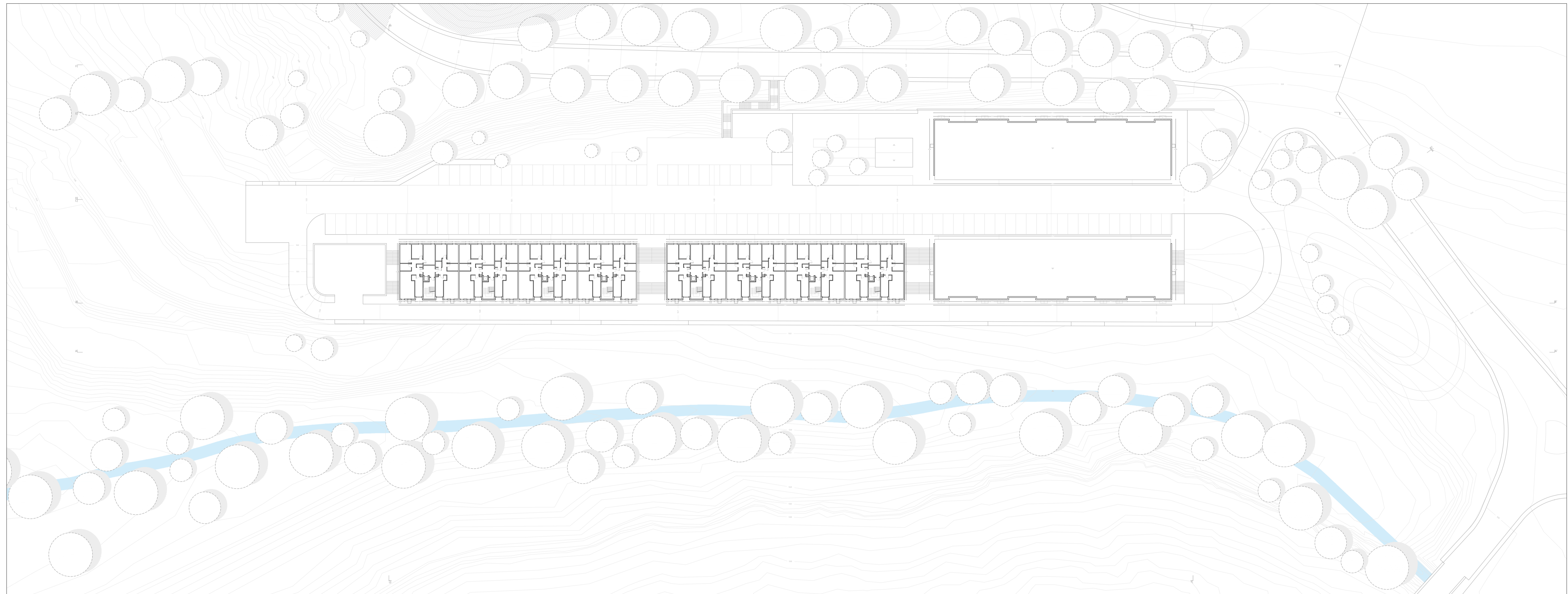
TÍTULO		METAMORFOSES NO ESPAÇO COMUM	
		ESPAÇO PÚBLICO COMO ELEMENTO REVITALIZADOR DO BAIRRO DAS NOGUEIRAS	
DESENHO:	LEVANTAMENTO DO BAIRRO DAS NOGUEIRAS	NOTAS:	
	PLANTA PISO 1		• DIMENSÕES EM METROS LINEARES
	PERFIL CC'	ESC_1500	• COTA DE SOLEIRA 0.00 x 519.00
FLÁVIA PINTO			FOLHA
MARÇO 2015			[4]



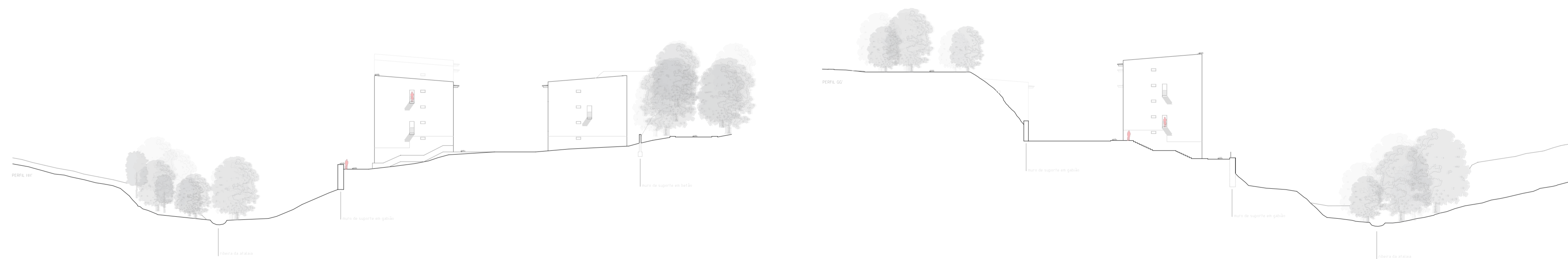
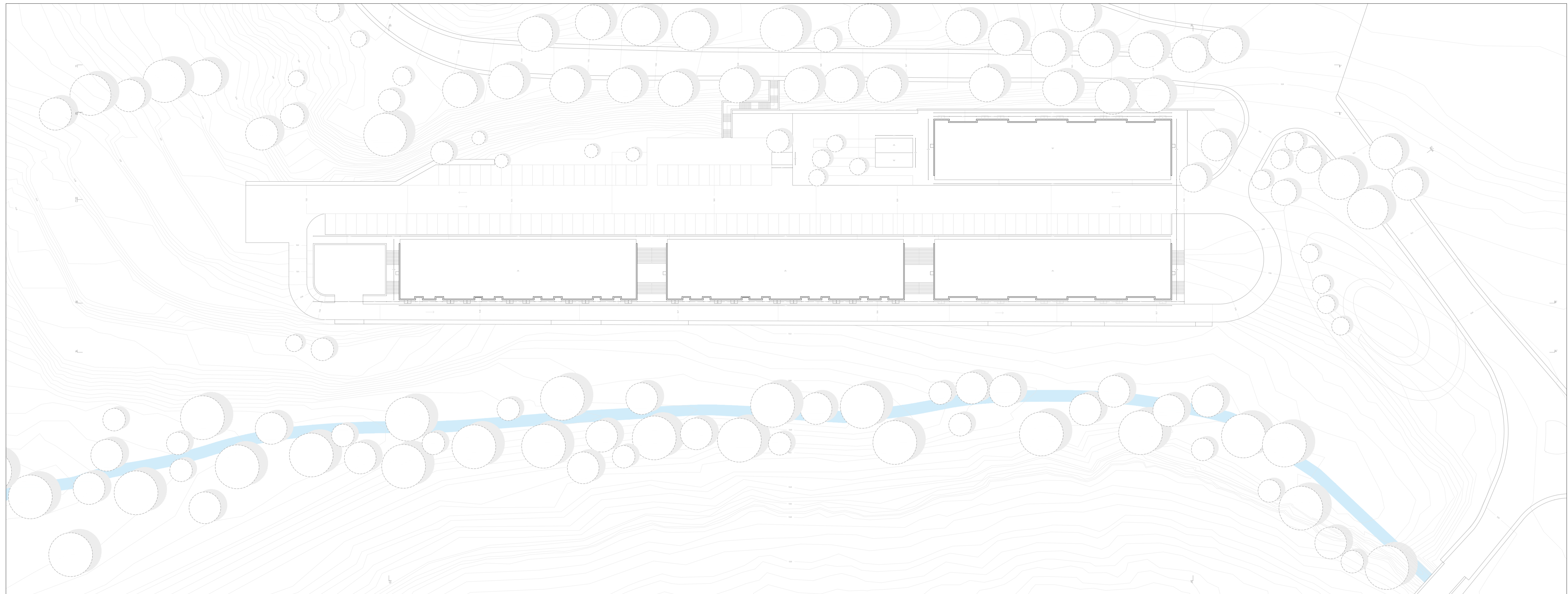
TÍTULO		METAMORFOSES NO ESPAÇO COMUM	
ESPAÇO PÚBLICO COMO ELEMENTO REVITALIZADOR DO BAIRRO DAS NOGUEIRAS			
DESENHO:	LEVANTAMENTO DO BAIRRO DAS NOGUEIRAS	NOTAS	<ul style="list-style-type: none"> • DIMENSÕES EM METROS LINEARES • COTA DE SOLEIRA 0.00 + 519.00
	PLANTA PISO 2		
	PERFIL DD'	ESC_1500	
FLÁVIA PINTO			FOLHA
MARÇO 2015			[5]




TÍTULO		METAMORFOSES NO ESPAÇO COMUM	
		ESPAÇO PÚBLICO COMO ELEMENTO REVITALIZADOR DO BAIRRO DAS NOGUEIRAS	
DESENHO:	LEVANTAMENTO DO BAIRRO DAS NOGUEIRAS	NOTAS:	
	PLANTA PISO 3	• DIMENSÕES EM METROS LINEARES	
	PERFIL EE'	• COTA DE SOLEIRA 0 00 x 519 00	
	ESC_1500		
FLÁVIA PINTO			FOLHA
MARÇO 2015			[6]



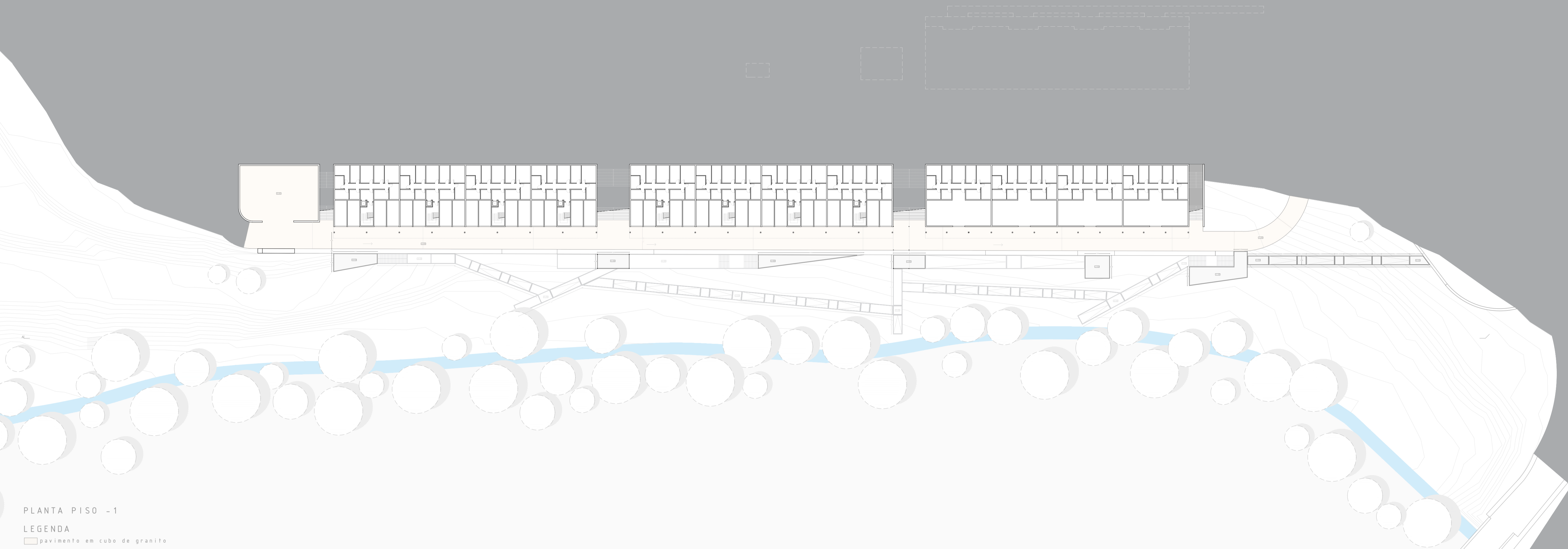
TÍTULO		METAMORFOSES NO ESPAÇO COMUM	
ESPAÇO PÚBLICO COMO ELEMENTO REVITALIZADOR DO BAIRRO DAS NOGUEIRAS			
DESENHO:	LEVANTAMENTO DO BAIRRO DAS NOGUEIRAS	NOTAS:	<ul style="list-style-type: none"> • DIMENSÕES EM METROS LINEARES • COTA DE SOLEIRA 0.00 x 519.00
	PLANTA PISO 4		
	PERFIL FF'	ESC_1500	
FLÁVIA PINTO	MARÇO 2015	FOLHA	[7]



TÍTULO		METAMORFOSES NO ESPAÇO COMUM	
ESPAÇO PÚBLICO COMO ELEMENTO REVITALIZADOR DO BAIRRO DAS NOGUEIRAS			
NOTAS			
DESENHO:	LEVANTAMENTO DO BAIRRO DAS NOGUEIRAS	• DIMENSÕES EM METROS LINEARES	
	PLANTA DE COBERTURAS	• COTA DE SOLEIRA 0,00 + 510,00	
	PERFIL GG' E HH'	ESC_1500	
FLÁVIA PINTO	MARÇO 2015	FOLHA	[8]



METAMORFOSES NO ESPAÇO COMUM
ESPAÇO PÚBLICO COMO ELEMENTO REVITALIZADOR DO BAIRRO DAS NOGUEIRAS
FLÁVIA PINTO



PLANTA PISO -1
LEGENDA
pavimento em cubo de granito
cota 0,00=519



PERFIL AA'

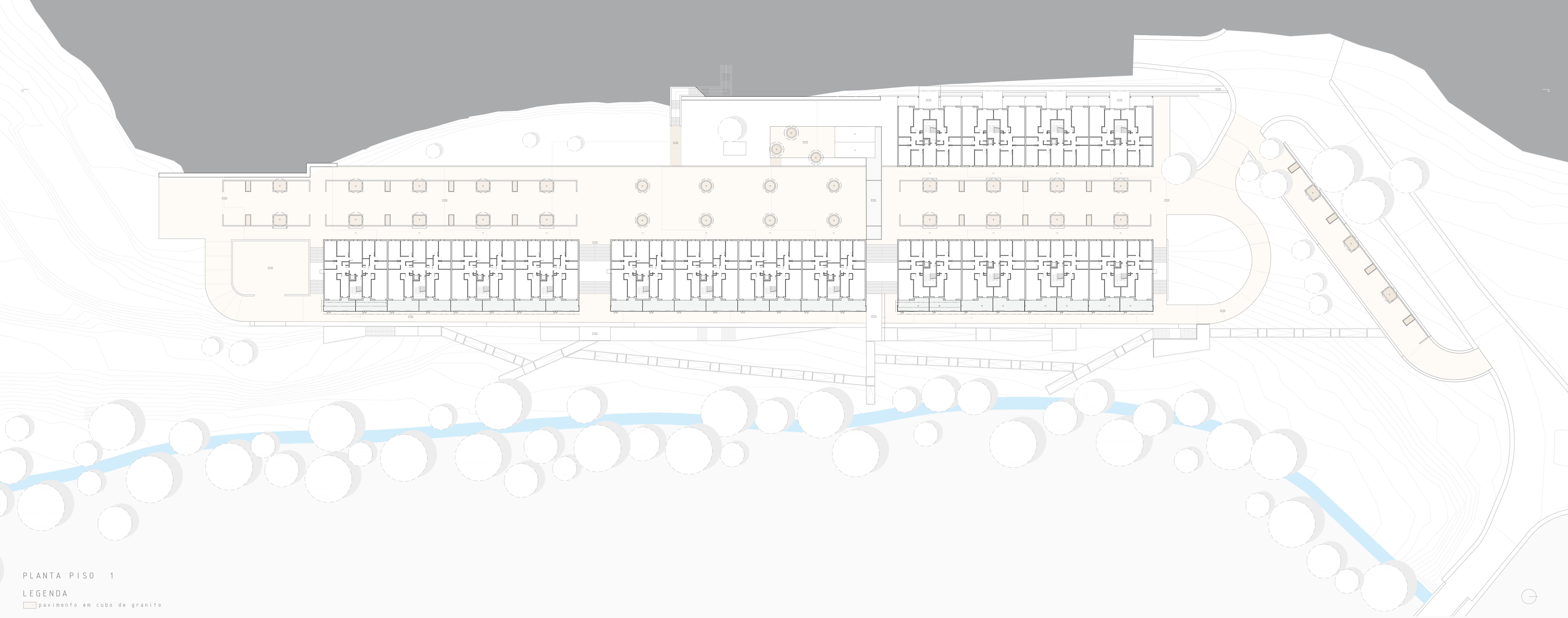


PLANTA PISO 0
 LEGENDA
 □ pavimento em cubo de granito
 1m
 cota 0.00=519

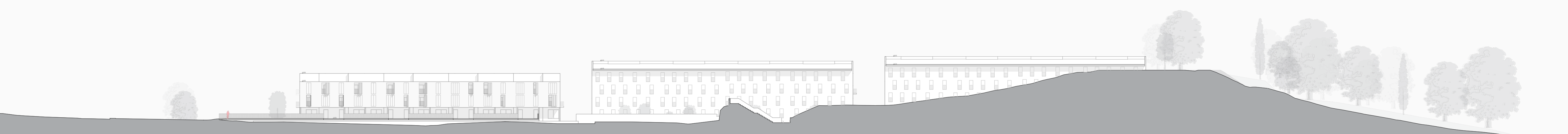


PERFIL BB'

METAMORFOSES NO ESPAÇO COMUM
 ESPAÇO PÚBLICO COMO ELEMENTO REVITALIZADOR DO BAIRRO DAS NOGUEIRAS
 FLÁVIA PINTO



PLANTA PISO 1
LEGENDA
pavimento em cubo de granito
cota 0,00=519



PERFIL CC'

METAMORFOSES NO ESPAÇO COMUM
ESPAÇO PÚBLICO COMO ELEMENTO REVITALIZADOR DO BAIRRO DAS NOGUEIRAS
FLÁVIA PINTO



PLANTA PISO 2
 LEGENDA
 □ pavimento em cubo de granito
 0 5 10 m
 cota 0.00=519



PERFIL EE''

PERFIL DD''

METAMORFOSES NO ESPAÇO COMUM
 ESPAÇO PÚBLICO COMO ELEMENTO REVITALIZADOR DO BAIRRO DAS NOGUEIRAS
 FLÁVIA PINTO



PLANTA DE COBERTURAS

LEGENDA

□ pavimento em cubo de granito

0 5 10m

cota 0.00=519



PERFIL FF''

PERFIL GG''

METAMORFOSES NO ESPAÇO COMUM
ESPAÇO PÚBLICO COMO ELEMENTO REVITALIZADOR DO BAIRRO DAS NOGUEIRAS
FLÁVIA PINTO